

CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO ESCOLAR DA REGIÃO DE LEIRIA

RELATÓRIO TÉCNICO NO ÂMBITO TERRITORIAL
DOS MUNICÍPIOS INTEGRADOS NA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA

SETEMBRO 2016

SANDRINA MILHANO
CATARINA MANGAS
SUSANA REIS

FICHA TÉCNICA

Título: Caraterização e diagnóstico escolar da Região de Leiria

Autoria:

Sandrina Milhano (CICS.NOVA / IPLeiria)

Catarina Mangas (iACT; NIDE / IPLeiria)

Susana Reis (NIDE / IPLeiria)

Edição:

Instituto Politécnico de Leiria

Rua General Norton de Matos,

Apartado 4133,

2411-901 Leiria – Portugal

GPS: 39°44'15.1"N 8°48'40.8"W

Telefone (+351) 244830010

E-mail ipleiria@ipleiria.pt

setembro de 2016

Este relatório corresponde à Fase 1 do projeto de consultoria técnica especializada de apoio à construção, implementação e acompanhamento do plano integrado e inovador de combate ao insucesso e abandono escolar na área de intervenção da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Agradecimentos

Este relatório resulta de um processo de preparação, recolha, apresentação e análise de dados com o intuito de apoiar a construção, implementação e acompanhamento do plano integrado e inovador de combate ao insucesso e abandono escolar no âmbito territorial dos municípios integrados na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIM RL)

Não poderíamos deixar de redigir esta página para oferecer os nossos sinceros agradecimentos pelo contributo de várias pessoas, entidades e instituições no processo de construção deste relatório.

Agradecemos à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIM RL), nomeadamente na pessoa da Dra. Alcina Costa, pela receção calorosa nas instalações da CIM RL, pela organização e agendamento da reunião inicial e pelo acompanhamento ao longo de todo o processo.

Agradecemos aos Srs. Presidentes das Câmaras Municipais, às Sras. e Srs. Vice-Presidentes, às Sras. e Srs. Vereadores da Educação e respetivas equipas técnicas dos municípios integrados na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria: Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós pela forma como agilizaram o agendamento de cada uma das reuniões, pela simpática receção nas suas instalações e pela participação dedicada na recolha dos dados que um trabalho desta natureza reclama. Agradecemos também a partilha de ideias e de perspetivas com vista à concretização dos objetivos regionais na redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino. Temos bem presente que este projeto constitui simultaneamente um desafio e um fator crítico de sucesso para o desenvolvimento e coesão territorial para a Região de Leiria e para cada um dos seus dez municípios integrados.

Agradecemos à equipa dos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Leiria, ao CTC – Centro de Transferência e Valorização do Conhecimento do Instituto Politécnico de Leiria pela gestão do projeto, ao Dr. Marcos Paixão pela ilustração das capas.

Agradecemos especialmente ao Professor Doutor Rui Pedrosa, Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, pela disponibilidade e colaboração dada ao longo do projeto e à Professora Doutora Rita Cadima, Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, pela disponibilidade e apoio na resolução de questões procedimentais.

A todos, agradecemos os contributos para a concretização desta primeira fase do projeto que serviu de inspiração à dedicação com que realizámos este relatório.

Obrigada,

A equipa do IP Leiria

Índice

Índice de Figuras	vii
Índice de Quadros	ix
Índice de Tabelas	xii
Abreviaturas, acrónimos e siglas	xiii
1. Introdução.....	1
2. Nota metodológica	8
3. Enquadramento legislativo	12
4. Indicadores e conceitos	17
5. Caracterização da rede educativa	30
5.1. Estabelecimentos de Ensino	30
5.2. Número de docentes	37
5.3. Não docentes	40
5.4. Número de alunos	42
5.5. Necessidades Educativas Especiais.....	45
6. Escolarização e qualificação.....	50
6.1. Taxa de analfabetismo.....	50
6.2. Taxa de pré-escolarização.....	51
6.3. Taxa Bruta de Escolarização	53
6.4. Taxa Real de escolarização	55
6.5. Escolarização média.....	63
6.6. Competências das crianças e jovens	67
6.7. Insucesso escolar	79
6.8. Abandono escolar [10-15]	79
6.9. Abandono antecipado [15-17 anos]	81
6.10. Abandono escolar precoce [18-24]	83
6.11. Taxa de retenção	89

6.12. Atraso escolar	93
6.13. Caracterização do desempenho e potencial de sucesso escolar	95
6.14. Dificuldades e necessidades identificadas.....	100
7. Síntese e recomendações	120
Referências bibliográficas	135

Índice de Figuras

Figura 1 - Número de estabelecimentos de ensino por relação jurídica (público/privado) na Região de Leiria.....	30
Figura 2 – Número de estabelecimentos de ensino por relação jurídica (público/privado) e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015	32
Figura 3 – Número de Estabelecimentos de Ensino por tipologia e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016.....	35
Figura 4 – Número de Estabelecimentos de Ensino Público por oferta e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016.....	37
Figura 5 – Número de docentes por nível de educação/ensino na Região de Leiria, ano letivo 2014/2015.....	38
Figura 6 – Número de docentes por nível de Educação/Ensino e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015.....	40
Figura 7 – Número de alunos por Nível e Ciclo de Ensino, no ano letivo 2014/2015, na Região de Leiria.....	42
Figura 8 – Número de alunos por nível e ciclo de Ensino Público na Região de Leiria e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015	44
Figura 9 - % de Alunos com NEE apoiados, por medida educativa	46
Figura 10 - Taxa bruta de escolarização do ensino básico nos concelhos da Região de Leiria.....	53
Figura 11 - Taxa bruta de escolarização do ensino secundário nos concelhos da Região de Leiria .	54
Figura 12 - Taxa bruta de escolarização no ensino básico CIM RL e Centro, 2013/2014	55
Figura 13 - Taxa bruta de escolarização no secundário CIM RL e Centro, 2013/2014.....	55
Figura 14 - Taxa real de escolarização, por nível de educação e ensino, em Portugal (2000/01 a 2013/14)	56

Figura 15 - Proporção da população da Região de Leiria com 15 ou mais anos sem qualquer grau de ensino completo (Censos, 2011)	57
Figura 16 - População residente na Região de Leiria com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos, 2011 (%)	59
Figura 17 - População residente na Região de Leiria do sexo feminino com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos 2011 (%)	62
Figura 18 - Taxa média de escolarização da população da Região de Leiria, 2011	65
Figura 19 - Taxa média de escolarização da população da Região de Leiria 25-64, 2011	66
Figura 20 - Taxa média de escolarização da população da Região de Leiria 25-44, 2011	66
Figura 21 - Pontuação dos países com melhor desempenho e de Portugal na área da leitura (ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos, 2012a, p. 2)	70
Figura 22 - Pontuação dos países com melhor desempenho e de Portugal na área da matemática (ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos, 2012b, p. 2)	73
Figura 23 - Pontuação dos países com melhor desempenho e de Portugal na área das ciências (ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos, 2012c, p. 2)	74
Figura 24 - Taxa de abandono escolar (%) nos concelhos da Região de Leiria (Censos 2011)	81
Figura 25 – Taxas de Abandono Antecipado nos concelhos da Região de Leiria, 2011	82
Figura 26 - Taxa de Abandono Escolar Precoce nos concelhos da Região de Leiria e Centro (censos, 2011)	85
Figura 27 - Taxa de retenção e desistência, no 1.º Ciclo / 4.º ano, Continente (2000/01; 2013/14)	90
Figura 28 - Taxa de retenção e desistência, no 2.º Ciclo / 6.º ano Continente (2000/01; 2013/14)	91
Figura 29 - Taxa de retenção e desistência, no 3.º Ciclo / 9.º ano, Continente (2000/01; 2013/14)	91

Índice de Quadros

Quadro 1 - Documentos de âmbito municipal	9
Quadro 2 - Documentos relativos aos Agrupamentos de Escolas dos dez municípios da CIMRL	10
Quadro 3 - Documentos de referência no que concerne à promoção do sucesso escolar no ensino básico e no 1.º CEB em particular.....	12
Quadro 4 – Número de estabelecimentos de ensino por relação jurídica (público/privado) na Região de Leiria, ano letivo 2014/2015.....	30
Quadro 5 - Número de estabelecimentos de ensino por relação jurídica (público/privado) e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015	31
Quadro 6 – Número de Agrupamentos de Escola por concelho da Região de Leiria e número de estabelecimentos de ensino por Agrupamento de Escola*, ano letivo 2015/2016	33
Quadro 7 - Número de Estabelecimentos de Ensino por tipologia e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016.....	34
Quadro 8 – Número de Estabelecimentos de Ensino Público por oferta e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016.....	36
Quadro 9 – Número de docentes por nível de educação/ensino na Região de Leiria, no ano letivo 2014/2015.....	38
Quadro 10 – Número de docentes por nível de Educação/Ensino e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015.....	39
Quadro 11 – Número de pessoal não docente (assistentes operacionais, assistentes técnicos e tarefeiros) por entidade empregadora e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016*	41
Quadro 12 - Número de assistentes operacionais por entidade empregadora e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016.....	41
Quadro 13 – Número de alunos por Nível e Ciclo de Ensino, no ensino público e privado, no ano letivo 2014/2015, na Região de Leiria	42
Quadro 14 – Número de alunos por nível e ciclo de Ensino Público na Região de Leiria e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015	43
Quadro 15 - Crianças e alunos com NEE a frequentarem escolas públicas no continente e na NUTS II - Centro por nível de educação e ensino, ano letivo 2015/2016	46

Quadro 16 – Crianças e alunos com NEE de caráter permanente a frequentarem escolas públicas nos dez municípios da CIMRL	47
Quadro 17 – Serviços de Educação Especial existentes nos Agrupamentos de Escolas dos dez concelhos da CIM RL, ano letivo 2015/2016	49
Quadro 18 - Taxa bruta de pré-escolarização CIM RL e Centro, 2013 / 2014.....	51
Quadro 19 – Índice de envelhecimento na Região de Leiria e Centro, 2011, 2014.....	58
Quadro 20 - Percentagem de alunos com 15 anos de idade, com competências reduzidas em leitura, matemática e ciência, por ano, em Portugal (%) (2006; 2009; 2012).....	78
Quadro 21 - Taxa de abandono escolar (%) por local de residência nos concelhos da Região de Leiria (à data dos Censos 2011).....	80
Quadro 22 - Taxa de abandono escolar precoce (18-24 anos), por sexo em Portugal (%) (2002 a 2015)	83
Quadro 23 - Taxa de Variação da Taxa de abandono precoce de educação e formação, por total e sexo entre os anos 2012 e 2015.	84
Quadro 24 - Síntese do posicionamento relativo de cada concelho da Região de Leiria tendo por base os três indicadores do abandono escolar – 10-15; 15-17; 18-24, 2011.....	87
Quadro 25 - Síntese da caracterização do desempenho e potencial de sucesso e insucesso nos concelhos da CIM RL, 9.º ano, Atlas da Educação 2015	97
Quadro 26 - Síntese da caracterização do desempenho e potencial de sucesso e insucesso nos concelhos da CIM RL, ensino secundário, Atlas da Educação 2015	99
Quadro 27 – Diagnóstico das áreas de intervenção e melhoria identificadas pelos Agrupamentos de Escolas transversais aos concelhos da CIM RL, alunos.....	100
Quadro 28 – Diagnóstico das necessidades de intervenção identificadas pelos Agrupamentos de Escolas e transversais aos concelhos da CIM RL, famílias	101
Quadro 29 – Diagnóstico das necessidades de reforço de formação transversais aos concelhos da CIM RL, dos auxiliares de ação educativa	102
Quadro 30 – Diagnóstico das necessidades de formação identificadas pelos Agrupamentos de Escolas e transversais aos concelhos da CIM RL, centradas nos educadores e professores	103
Quadro 31 - Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Alvaiázere.	104

Quadro 32 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Ansião.	105
Quadro 33 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Batalha.	106
Quadro 34 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Castanheira de Pêra	107
Quadro 35 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Figueiró dos Vinhos.	108
Quadro 36 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Leiria, por agrupamento de escolas.	109
Quadro 37 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Pombal, por agrupamento de escolas.	116

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Taxa de analfabetismo, Centro e Região de Leiria (Censos 1991, 2001, 2011)	50
Tabela 2 - Taxa real de pré-escolarização nos concelhos da Região de Leiria, 2005-2015.....	52
Tabela 3 - População residente na Região de Leiria do sexo feminino com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos 2011 (%)	64
Tabela 4 - Níveis de desempenho 4.º ano (<i>international benchmark</i>) – países com melhor desempenho e Portugal (Ferreira, 2012, p. 8).	71
Tabela 5 - Níveis de desempenho 4.º ano (international benchmark) – países da Ásia Oriental (top 5) e Portugal (ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos, 2012b, p. 5)	73
Tabela 6 – Comparação dos níveis de desempenho dos alunos portugueses do 4º ano de escolaridade nas provas PIRLS (leitura); TIMSS (matemática) e TIMSS (ciências) - 2011	75
Tabela 7 - Taxa de abandono precoce de educação e formação, Centro, 2011-2015	86
Tabela 8 - Taxa de retenção e desistência, segundo o ciclo de estudo, por NUTS I e II (2000/01; 2013/14)	89
Tabela 9 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) – 2011/2012 – 2013/ 2014, anual, nos Concelhos da Região de Leiria	92
Tabela 10 – Taxas de atraso nos concelhos da Região de Leiria, 2011	95

Abreviaturas, acrónimos e siglas

1.º CEB – 1.º Ciclo do Ensino Básico

2.º CEB - 2.º Ciclo do Ensino Básico

3.º CEB - 3.º Ciclo do Ensino Básico

AE – Agrupamento de Escolas

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade

CIM RL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

CNE - Conselho Nacional de Educação

CRTIC - Centros de Recursos TIC para a Educação Especial

DGE – Direção-Geral de Educação

DEEBS - Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário

DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

EREAC - Escolas de Referência para a Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão

EREBAS - Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos

IAVE - Instituto de Avaliação Educativa

IEA - International Association for the Evaluation of Educational Achievement

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPI - Escolas de Referência para a Intervenção Precoce na Infância

ISCED – International Standard Classification of Education

MEC - Ministério da Educação e Ciência

NEE – Necessidades Educativas Especiais

NEEP - Necessidades Educativas Especiais de caráter permanente

NEET - Not in Education, Employment or Training

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIRLS - Progress in International Reading Literacy Study

PISA – Programme for International Student Assessment

PLNM - Português Língua Não Materna

ProjAVI - Projeto para a Avaliação Internacional de Alunos

QECRL - Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

SNIPi - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

TIMSS - Trends in International Mathematics and Science Study

UNESCO – United Nations Organization for Education, Science and Culture

UAE - Unidades de Apoio Especializado para Educação a Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita

UEE - Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo

1. Introdução

O presente relatório visa a caracterização e diagnóstico da realidade ao nível do sistema de ensino no âmbito territorial dos Municípios integrados na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIM RL). Constitui a primeira fase do projeto que permite informar a estratégia que visa promover **a inclusão**, a **igualdade de acesso** ao ensino e **o sucesso** educativo dos alunos. Este relatório contribuirá, numa próxima fase, para a elaboração de um plano integrado e inovador de **combate ao insucesso e abandono escolar** nos municípios associados, incluindo os potenciais projetos passíveis de serem disseminados nos restantes.

Inclusão é “uma forma dinâmica de responder positivamente à diversidade dos alunos e de olhar para as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades para enriquecer a aprendizagem.”

UNESCO (2005, pp. 6-26)

Fundamentada na observância dos direitos humanos, a UNESCO (2005, pp. 6-26) vê a inclusão como “uma forma dinâmica de responder

positivamente à diversidade dos alunos e de olhar para as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades para enriquecer a aprendizagem.” A educação inclusiva é assim, “uma perspetiva sobre a forma de transformar os sistemas educativos e outros espaços de aprendizagem de forma a responder à diversidade dos alunos”. Neste documento intitulado *Orientações para a Inclusão: Assegurar o Acesso à Educação para Todos*, exige-se “que se adopte uma visão alargada da Educação para Todos que abranja o espectro de necessidades de todos os alunos, incluindo os que são vulneráveis à marginalização e à exclusão”, nomeadamente “através de uma participação cada vez maior na aprendizagem, culturas e comunidades”, de modo a “reduzir a exclusão da educação e dentro da educação.”

“Portugal enfrenta desafios para garantir que todos os alunos completem o ensino obrigatório, para aumentar as taxas de conclusão no ensino secundário e superior, e para proporcionar a todos os alunos uma educação de qualidade e inclusiva relevante para as necessidades do mercado de trabalho.”

OCDE (2014, p. 4)

Neste sentido, a educação é um importante veículo através do qual os adultos e as crianças, económica e socialmente marginalizadas podem ter a possibilidade de mudar as suas oportunidades de vida e obter as condições para uma maior participação nas suas comunidades (UNESCO, 2005, p. 26). Portanto, tal como referem Justino *et al.* (2014, p. 6), o abandono e o insucesso escolares são entendidos como “duas faces dessa incapacidade social de formar as novas gerações para criar e potenciar oportunidades de mobilidade social ascendente, bem como contribuir para a redução dos contextos de exclusão social”.

A este propósito, transcrevemos a informação da OCDE (2012) citada por Ferreira, Félix & Perdigão (2014, pp. 37-38):

“(…) quase um em cada cinco alunos não atinge um nível básico mínimo de formação (refletindo falta de inclusão). Constatou-se, igualmente, que os alunos oriundos de meios socioeconómicos desfavorecidos têm duas vezes mais probabilidades de ter fraco aproveitamento (refletindo falta de equidade). Ainda de referir que os sistemas educacionais mais eficazes dos países da OCDE combinam qualidade e equidade.”

“Educação com qualidade é por isso a que é inclusiva porque deseja a plena participação de todos os alunos.”

(UNESCO, 2005, p. 15)

A síntese apresentada no documento intitulado *Perspetivas das Políticas de Educação em Portugal* da OCDE (2014, p. 4) identifica os desafios do país para proporcionar a todos os alunos uma educação de qualidade e

inclusiva que se constitua relevante para o mercado de trabalho. Portanto, “reduzir a repetência e o abandono escolar e garantir oportunidades de aprendizagem inclusivas para todos os alunos” (OCDE, 2014, p. 6) constituem desafios identificados e partilhados por várias instituições nacionais e europeias.

A necessidade de promover culturas de sucesso e mobilizar a sociedade, as famílias e as escolas para que elas contribuam não só para gerações mais escolarizadas, mas melhor escolarizadas é salientada em vários documentos, entre os quais referimos o documento *Estado da Educação* (CNE, 2013).

A educação integra as políticas centrais da estratégia europeia na Agenda 2020 (“*A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*”). Os objetivos educacionais interligam-se com os outros objetivos da Europa 2020, nomeadamente pelo seu papel na criação de uma sociedade melhor, como se pode ler no excerto seguinte do documento “*Education and Training – Monitor 2015*” da Comissão Europeia (p. 11):

Nesta perspetiva, o abandono escolar precoce relaciona-se com o desemprego, com a

“Pessoas bem instruídas têm menor risco de marginalização e exclusão social. Uma educação eficaz é sobre inclusão, assegurando que cada cidadão tem uma oportunidade para desenvolver os seus talentos e sentir-se parte de um futuro partilhado. Construir sistemas educativos e formativos eficazes requer um foco na inclusão como parte e parcela de uma demanda maior pela excelência, qualidade e relevância.”

[tradução das autoras]

exclusão social e com a pobreza. Existem muitas razões pelas quais os jovens desistem prematuramente da educação e formação: baixos *backgrounds* educativos, alienação ou fracos desempenhos escolares, fatores do mercado de trabalho e/ou a combinação de problemas sociais, emocionais e educativos. O modo como o sistema de educação está organizado e o ambiente nas escolas são também importantes fatores (Council of the European Union, 2011, C191/4).

“Como não há apenas uma razão única para o abandono escolar, não há respostas fáceis.”

Council of the
European Union,
2011

Como refere a Comissão Europeia, como não há apenas uma razão única para o abandono escolar, não há respostas fáceis. As políticas para reduzir o abandono escolar precoce devem dirigir-se a um conjunto de ativadores e combinar política educativa e social e aspetos relacionados com o trabalho jovem e a saúde.

Em Portugal, o parecer recente do Conselho Nacional de Educação de junho de 2016, intitulado *Organização da escola e promoção do sucesso escolar*, salienta os novos desafios e investimentos no contexto nacional que passam por aumentar a qualidade e a equidade, de modo a criar oportunidades para todos os cidadãos.

“A questão central do investimento público em educação já não é a garantia do acesso, mas sim o imperativo do sucesso escolar de todos. Temos de aprender a responder à atual heterogeneidade sociocultural com muito mais do que com uma mera uniformidade de políticas, impostas do mesmo modo burocrático a todas as escolas/Agrupamentos, com soluções pré-estabelecidas.”

(CNE, 2016, p. 4)

No documento atrás citado (Council of the European Union, 2011, C191/5-6) é enumerado um conjunto de **propostas: preventivas, de intervenção e de compensação do abandono escolar precoce**. Destas propostas, destacamos algumas: a promoção ativa de políticas de anti-segregação; a criação de redes com pais e outros atores fora da escola, tais como serviços da comunidade, organizações representantes de minorias, associações culturais e desportivas, entre outros que possibilitem soluções holísticas para ajudar as crianças em risco e que lhe facilitem o acesso a apoio externo tais como psicólogos, educadores sociais, técnicos e mediadores sociais, comunitários e culturais; o reforço da formação de professores sobre estas temáticas; a oferta de atividades extracurriculares, culturais e desportivas dado que podem aumentar a auto-estima dos alunos em risco e elevar a sua resiliência contra as suas dificuldades de aprendizagem; a realização de intervenções individuais focadas no desenvolvimento pessoal dos alunos em risco ou em dificuldades concretas de natureza social, cognitiva ou emocional, tais como orientação e

aconselhamento vocacional e o acesso a informação suficiente que os apoie nas suas escolhas e que vá ao encontro das suas ambições, interesses e talentos.

No parecer do CNE (2016), no n.º 5 intitulado “O sucesso escolar para todos e com cada um”, são identificados os pressupostos essenciais da promoção do sucesso escolar que a seguir se transcrevem:

A promoção do sucesso escolar apresenta-se assim como uma problemática atual, urgente

“(…) identificar uma política que reconheça às escolas a capacidade de se auto-organizarem e que apoie os seus projetos; uma alteração dos modelos tradicionais de organização escolar; uma mudança dos modelos didáticos, dos métodos, dos recursos de ensino e da relação pedagógica; melhores estratégias de gestão curricular e de gestão da sala de aula; a valorização das lideranças intermédias e de topo na promoção da qualidade do ensino e das aprendizagens; uma mudança contínua e construída com o envolvimento de todos, com metas e objetivos claramente partilhados; o compromisso de toda a sociedade, a começar pela comunidade local, neste grande desígnio democrático e de justiça social” (p. 5).

CNE (2016)

e complexa com impactos na formação das novas gerações. Constitui um desafio e um fator crítico de sucesso para o desenvolvimento do país e para a coesão territorial das regiões. É percecionada como uma responsabilidade de um coletivo o que apela a um envolvimento e compromisso integrado, das escolas, das famílias, das comunidades educativas, das entidades de nível municipal e intermunicipal e parceiros de modo a contribuírem de forma mais relevante para potenciar o sucesso de cada um e de todos os alunos.

Assim, o relatório tem por base os seguintes objetivos:

- **Caraterizar a rede educativa da área da CIM RL (Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal, Porto de Mós);**

- **Efetuar o diagnóstico da realidade ao nível do sistema de ensino incidindo na recolha e análise de dados dos fenómenos da exclusão, insucesso e abandono escolar que informem a estratégia que visa promover a inclusão, o sucesso educativo dos alunos e a igualdade de acesso ao ensino.**

O capítulo 1 refere-se à introdução. O capítulo 2 refere-se à metodologia e o capítulo 3 contem um breve enquadramento legislativo que consiste na compilação dos documentos de referência na área da educação, nomeadamente dos que se relacionam com a promoção do sucesso escolar no ensino básico e no 1.º CEB em particular.

Considerando a multidimensionalidade e complexidade dos fenómenos em estudo, o capítulo 4 é dedicado à concetualização e revisão de literatura e são referenciados os indicadores definidos para a medição dos fenómenos da exclusão, insucesso e abandono escolares. Considerando os objetivos do relatório, o abandono escolar foi um dos principais indicadores a ter em conta considerando que se trata de um dos conceitos-chave no plano europeu relativo aos compromissos assumidos na Agenda 2020 e que consiste na redução para menos de 10% até ao final da presente década da taxa de abandono precoce de educação e formação.

Os capítulos 5 e 6 apresentam dados alusivos a um conjunto de indicadores tendo por referência, sempre que a disponibilidade dos dados o permitiu, o posicionamento da área territorial dos municípios integrados na CIM RL face à região Centro e ao País, e a identificação das necessidades por município. São analisados e apresentados dados qualitativos resultantes dos documentos recolhidos entre os quais as Cartas Educativas; Planos Estratégicos Municipais, Plano/Projeto Educativo Municipal, Projetos Educativos dos Agrupamento e Planos Estratégicos dos Agrupamentos. São também analisados dados quantitativos de diversas fontes, nomeadamente os existentes em Plataformas de dados estatísticos e repositórios de dados.

Por fim, no capítulo 6 é apresentada uma síntese dos principais resultados e as recomendações com vista à concretização dos objetivos regionais na redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino.

2. Nota metodológica

Considerando que no estudo do abandono e insucesso escolar é visível a coexistência de diferentes abordagens formais, institucionais, quer entre diferentes países, quer entre instituições, a primeira etapa do processo consistiu numa pesquisa documental sobre o tema, tanto de estudos científicos como de relatórios técnicos, nacionais como internacionais.

Procedeu-se igualmente a uma pesquisa intensiva dos dados sendo as fontes consultadas recolhidas, inicialmente, a partir de uma pesquisa *online* nos principais repositórios do Ministério da Educação, dos organismos oficiais que levam a cabo a análise estatística da população residente em Portugal, nomeadamente os existentes em Plataformas de dados estatísticos, especialmente <http://datacentro.ccdrc.pt/> e <http://www.pordata.pt/>, e os disponibilizados *online* por um conjunto de fontes, tais como DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e INE – Instituto Nacional de Estatística e nas páginas *web* das Autarquias e dos Agrupamentos de Escolas. No processo de recolha de dados foram particularmente relevantes os documentos enviados pelas autarquias através da CIM RL, entre os quais Carta Educativa; Plano Estratégico Municipal, Plano/Projeto Educativo Municipal, Projeto Educativo do Agrupamento e o Plano Estratégico dos Agrupamentos.

Foram realizadas reuniões entre a equipa do IP Leiria e os responsáveis pela área educativa dos municípios num total de dez, uma em cada concelho: Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós. Em algumas destas reuniões estiveram também presentes os Diretores dos Agrupamentos. Estas reuniões permitiram solicitar e recolher dados e documentos que permitiram uma melhor perceção das diferentes realidades ao nível do sistema de ensino em cada um dos contextos territoriais integrados na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria. Estas reuniões foram também importantes para a identificação das necessidades por município bem como para a partilha de ideias e perspetivas com vista à concretização dos objetivos regionais na redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino.

2. Nota metodológica

Assim, foram analisados dados qualitativos resultantes dos documentos recolhidos e analisados dados quantitativos das diversas fontes referidas.

Enumeramos os principais documentos analisados relativos a cada um dos dez concelhos:

Quadro 1 - Documentos de âmbito municipal

Concelho	Carta Educativa	Plano/Projeto Educativo Municipal	Plano Estratégico Municipal
Alvaiázere	X (2007)	-	x
Ansião	X (2003)	-	x
Batalha	X (2006)	x	x
Castanheira de Pera	X (2007)	x	x
Figueiró dos Vinhos	X (2015, documento de monitorização de abril/2016)	-	x
Leiria	X (2007)	X (2013-2017)	x
Marinha Grande	X (2007) e revisão atualizada	x	
Pedrógão Grande	X (2007)	-outros docs.	-outros docs.
Pombal	X (2015)	X	x
Porto de Mós	X (2008)	-	

2. Nota metodológica

Quadro 2 - Documentos relativos aos Agrupamentos de Escolas dos dez municípios da CIMRL

Concelho	Agrupamento de Escolas	Projeto Educativo
Alvaiázere	Agrupamento de Escolas de Alvaiázere	2013-2016
Ansião	Agrupamento de Escolas de Ansião	2015-2018 Relatório de execução 16-17
Batalha	Agrupamento de Escolas de Batalha	2012-2015 2016-2019
Castanheira de Pera	Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera	2014-2017
Figueiró dos Vinhos	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos	2014-2017
Leiria	Agrupamento de Escolas de Caranguejeira	2014-2017
	Agrupamento de Escolas de Colmeias	2015-2018
	Agrupamento de Escolas Henrique Sommer	2014-2017
	Agrupamento de Escolas de Marrazes	2012-2015
	Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel	2013-2017
	Agrupamento de Escolas de Correia Mateus	-
	Agrupamento de Escolas D. Dinis	2013-2016
	Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira	2014-2017
Marinha Grande	Agrupamento Marinha Grande Poente	2014-2017
	Agrupamento Marinha Grande Nascente	2014-2018
	Agrupamento de Vieira de Leiria	2014-2017
Pedrógão Grande	Agrupamento de Escolas de Pedrógão Grande	2013-2017
Pombal	Agrupamento de Escolas Gualdim Pais	2013-2016
	Agrupamento de Escolas de Pombal	2013-2014/ 2015-2016
	Agrupamento de Escolas da Guia	2013-2014 e 2015- 2016
Porto de Mós	Agrupamento de Escolas de Porto de Mós	2015-2017

Para além do Projeto Educativo de cada um dos Agrupamentos, foram-nos disponibilizados os Planos Estratégicos dos Agrupamentos de Escolas e documentos referentes a níveis de retenção e a projetos implementados e em curso e que, pelo seu interesse para a compreensão do fenómeno do sucesso escolar, foram também recolhidos e analisados.

Não estando no âmbito deste relatório, em estudos futuros, a recolha e análise de informação sobre as motivações subjacentes ao abandono escolar dos alunos bem como o conhecimento das suas perspetivas de emprego e de carreira poderiam também constituir elementos importantes para complementar a caracterização do fenómeno e para a identificação das necessidades e tendências. Neste âmbito, a criação e o reforço de dinâmicas de cooperação intermunicipal envolvendo as entidades públicas e privadas

existentes e as comunidades educativas com efeitos no plano da investigação residiriam num contributo importante das políticas públicas na área da educação, apoiando e sustentando a necessária coordenação horizontal entre os diferentes atores no desenvolvimento de respostas e de ações, tanto ao nível local, como regional.

Uma das necessidades identificadas na elaboração deste relatório refere-se à importância da existência de evidências que permitam um conhecimento mais aprofundado e detalhado das características do fenómeno de abandono escolar precoce e que permitam a sua análise e comparação para diferentes grupos de alunos, escolas, tipos de instituição de educação e formação dos concelhos e da região.

3. Enquadramento legislativo

O breve enquadramento legislativo que aqui se apresenta é uma compilação dos documentos de referência na área da educação, nomeadamente dos que se relacionam com a promoção do sucesso escolar no ensino básico e no 1.º CEB em particular.

Quadro 3 - Documentos de referência no que concerne à promoção do sucesso escolar no ensino básico e no 1.º CEB em particular.

Documento	Síntese
LEI Nº 46/86, DE 14 DE OUTUBRO – LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO	Estabelece o quadro geral do sistema educativo, nomeadamente a sua organização, administração, desenvolvimento e avaliação bem como os apoios e complementos educativos.
LEI Nº 115/97, DE 19 DE SETEMBRO	Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).
DESPACHO CONJUNTO Nº 128/97, DE 9 DE JUNHO	Determina que as escolas em articulação com o Ministério da Educação e as Autarquias assegurem, no âmbito do apoio socioeducativo às famílias as condições para que as crianças e os jovens realizem percursos escolares bem-sucedidos.
DESPACHO CONJUNTO Nº 105/97, DE 1 DE JULHO	Estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo com base na articulação dos recursos e das atividades de apoio especializado existente nas escolas, no quadro do desenvolvimento dos projetos educativos.
LEI N.º 159/99, DE 14 DE SETEMBRO	Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

3. Enquadramento legislativo

Documento	Síntese
<p>DECRETO REGULAMENTAR N.º 12/2000, DE 29 DE AGOSTO</p>	<p>O regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, instituído pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, caracteriza-se pela definição de um quadro matricial comum para o universo das escolas daqueles níveis de educação e de ensino, o que pressupõe uma lógica de flexibilidade, de modo a permitir não só a sua adaptação às realidades da escola e do meio como a criação de mecanismos aptos a servir unidades de gestão viáveis, orgânica e pedagogicamente sustentáveis, com vista à realização de um serviço público de educação de qualidade.</p>
<p>DECRETO-LEI N.º 7/2003 DE 15 DE JANEIRO</p>	<p>Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo competências para as autarquias locais. Cabe aos Conselhos Municipais o acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa.</p>
<p>DECRETO-LEI N.º 3/2008 DE 7 DE JANEIRO</p>	<p>Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo.</p>
<p>DESPACHO N.º 14460/2008 DE 26 DE MAIO</p>	<p>Define as normas a observar no período de funcionamento dos respetivos estabelecimentos bem como na oferta das atividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família. Aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e o 1º Ciclo do ensino básico.</p>
<p>DECRETO-LEI N.º 144/2008 DE 28 DE JULHO</p>	<p>Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o regime previsto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.</p>

3. Enquadramento legislativo

Documento	Síntese
DECRETO-LEI N.º 75/2008, DE 22 DE ABRIL	Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
LEI N.º 85/2009, DE 27 AGOSTO	Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.
DECRETO-LEI N.º 281/2009, DE 6 DE OUTUBRO	Cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)
DESPACHO N.º 5106-A/2012, DE 12 DE ABRIL	Define um conjunto de normas relacionadas com as matrículas, distribuição dos alunos por escolas e Agrupamentos, regime de funcionamento das escolas e constituição das turmas.
DECRETO-LEI Nº 137/2012, DE 2 DE JUNHO.	Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
DECRETO-LEI N.º 176/2012, DR 149, SÉRIE I, DE 2 DE AGOSTO	Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares.
DESPACHO N.º 9265-B/2013, DE 28 DE JUNHO	Define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcionem a educação pré-escolar e o 1º Ciclo do ensino básico, bem como na oferta das atividades de animação e de

3. Enquadramento legislativo

Documento	Síntese
	apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).
Lei 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO	Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.
DESPACHO N.º 11306-D/2014, DE 8 DE SETEMBRO	Define as medidas de apoio social escolar a aplicar no ano escolar 2014-2015.
PORTARIA N.º 644-A/2015 de 24 de agosto	Tendo presente a necessidade de garantir a qualidade das atividades de enriquecimento curricular, bem como da componente de apoio à família e das atividades de animação e de apoio à família, a presente portaria visa regulamentar as regras de organização e funcionamento das escolas e respetivas ofertas.
PORTARIA n.º 201-C/2015	Regula o ensino de alunos com 15 ou mais anos de idade, com currículo específico individual (CEI), em processo de transição para a vida pós-escolar, nos termos e para os efeitos conjugados dos artigos 14.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, na sua redação atual, e da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, regulada pelo Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, e revoga a Portaria n.º 275-A/2012, de 11 de setembro
Despacho Normativo n.º17-A/2015 de 22 de Setembro	Regula a avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos do ensino básico, bem como os seus efeitos; bem como as medidas de promoção do sucesso escolar que podem ser adotadas no acompanhamento e desenvolvimento dos alunos, sem prejuízo de outras que o agrupamento de escolas ou escola não agrupada, doravante designados por escola, definida no âmbito da sua autonomia

3. Enquadramento legislativo

Documento	Síntese
DESPACHO NORMATIVO N.º 1-F/2016, DE 5 DE ABRIL	Procede à terceira alteração ao Decreto -Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, redefine os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, afirmando a dimensão eminentemente formativa da avaliação, que se quer integrada e indutora de melhorias no ensino e na aprendizagem. Regula o regime de avaliação e certificação das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos do ensino básico, bem como as medidas de promoção do sucesso educativo que podem ser adotadas no acompanhamento e desenvolvimento das aprendizagens.
Resolução do Conselho de Ministros nº 23/2016, de 11/04/2016	Cria o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

4. Indicadores e conceitos

No estudo do abandono e insucesso escolar, importa salientar a coexistência de diferentes abordagens formais, institucionais, visíveis quer entre diferentes países, quer entre instituições e que têm por vezes imbuídas concepções distintas de educação e formação. Estas diferentes abordagens associadas às dificuldades inerentes na contabilização e na realização de estimativas rigorosas do fenómeno colocam desafios à sua medição e, por consequência, à elaboração de caracterizações e diagnósticos com base em dados atualizados e comparáveis.

No documento do Conselho da Europa, de 28 de junho de 2011, sobre políticas de redução do abandono escolar precoce (Council of the European Union, 2011, C191/4) recomenda-se a identificação e monitorização do fenómeno de abandono escolar precoce, designadamente através de políticas sustentadas em evidências por setor de educação e formação de modo a permitir uma análise local, regional e nacional. Esta análise poderá conter, entre outros aspetos, informação sobre taxas de abandono precoce, taxas de transição entre níveis educativos, absentismo escolar e comportamentos que sugiram risco de abandono, assim como a combinação desta informação com dados contextuais, tais como informação socioeconómica.

Como referido, o **abandono escolar** é um dos conceitos-chave no plano europeu relativo aos compromissos assumidos na Agenda 2020. Como se pode ler no relatório da Comissão Europeia (European Commission, 2015, p. 36), trata-se de um problema complexo, multifacetado que frequentemente tem origem muito antes que os alunos saiam do sistema de educação e formação e cujo eco perdura muito depois.

Enquanto conceito, a noção de abandono foi-se complexificando e é frequentemente referido como um fenómeno multifatorial que conjuga diversos fatores, nomeadamente de natureza individual, familiar e social e fatores relacionados com o meio, o sistema educativo e com o mercado de trabalho. Entre os investigadores, parece consensual a ideia de que as causas do abandono escolar são múltiplas, sendo internas e externas à instituição

escolar. Uma outra ideia consensual é a de que o abandono e o insucesso escolar são vistos como um processo que se desenvolve de forma contínua e ao longo do tempo.

Na reflexão sobre um conjunto de variáveis concorrentes na explicação, caracterização e predição do fenómeno de insucesso e abandono escolar, Miguel, Rijo & Lim (2012, pp. 127-143) salientam o papel determinante dos fatores pessoais no processo de abandono escolar na medida em que são os que “apresentam maior potencial de mudança” (p. 138) Neste processo “dinâmico e cumulativo, de carácter desenvolvimental”, fruto de uma “trajetória multideterminada” explicam que pode estar “subjacente o autoconceito, a autoeficácia escolar, a autorregulação comportamental, o valor da tarefa, a ansiedade de desempenho, as rotinas de estudo, as atribuições para o sucesso e insucesso e as relações interpessoais e integração social.” (p. 139)

Indicadores de abandono escolar:

Taxas de abandono escolar [10 -15 anos], Taxas de abandono escolar precoce / Taxa de abandono precoce de educação e formação [18 - 24 anos] e Taxas de abandono antecipado [15 - 17 anos]

Assim,

as taxas de abandono traduzem-se pela proporção da população residente de um determinado grupo etário que abandonou a escola e o total da população residente no respetivo grupo, multiplicado pela base 100.

Taxa de abandono

Na revisão de literatura em torno do conceito de abandono escolar precoce e dos indicadores a utilizar e as suas formas de medição, Estevão & Álvares (2013, p. 7) identificam e distinguem duas categorias de definições de abandono escolar: formais e funcionais.

Numa perspetiva formal, o conceito de abandono escolar em Portugal pode ser definido como a interrupção da frequência do sistema de ensino antes da idade legalmente estabelecida, nesse país, de acordo com a legislação vigente para a escolaridade obrigatória. Como explicam Justino *et al.* (2014) esta categoria está associada a um

4. Indicadores e conceitos

determinado nível de ensino e tem como referência essencial o número de anos da escolaridade obrigatória. Neste contexto, em sede de inquérito ou recenseamento, a identificação do abandono escolar é sempre a frequência escolar interrompida antes de atingida a idade obrigatória legal e que pode variar entre os países.

Assim, nesta perspetiva formal, a taxa de **“Abandono escolar”** apenas pode ser medida cada dez anos quando se realizam os Censos da população pois, como esclarecem Estêvão & Álvares (2013, p. 11):

Taxa de abandono antecipado

“No sistema de informação do organismo responsável pela produção de Estatísticas da Educação – a Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e da Ciência (MEC) – existe informação que permite calcular a taxa de desistência – que representa a relação entre o número de alunos inscritos no início do ano e o número de alunos presentes no final do ano – desde 2003, mas o MEC apenas divulga os valores da Taxa de Retenção e Desistência, ou seja, o valor da relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados nesse ano letivo, informação que não permite calcular taxas de abandono escolar. A razão apontada é alguma dificuldade em distinguir abandono escolar de absentismo reiterado.”

Taxa de abandono escolar

Taxa de abandono precoce de educação e formação

O abandono escolar é expresso pela respetiva taxa calculada pela razão entre população residente com idades compreendidas **entre os 10 e 15 anos** que abandonou a escola **sem concluir o 9.º ano**, e a população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos, multiplicado pela base 100. Este é o indicador tradicional utilizado para aferir do grau de concretização da escolaridade obrigatória de 9 anos.

Como elucidam Estêvão e Álvares (2013, p. 2), “tratava-se, assim, de uma medida de acesso ao sistema formal e não de sucesso escolar, pois não tinha em conta nem o grau de escolaridade atingido nem reconhecia a educação/aprendizagem não formal como parte essencial da educação em geral.”

As perspetivas funcionais do conceito de abandono escolar têm menor ligação com os limites etários estabelecidos legalmente e “têm em consideração o contexto em que se

4. Indicadores e conceitos

processa o abandono e procuram ter em perspetiva as consequências desse abandono ao nível do trajeto biográfico futuro do indivíduo” (Estêvão & Álvares, 2013, p. 6). Nesta abordagem evidencia-se uma maior relação com as taxas de escolarização por ano de escolaridade, com a empregabilidade e desempenho profissional por nível de ensino.

As **Taxas de abandono antecipado** [15 - 17 anos] referem-se à proporção entre a população residente com idades compreendidas entre os 15-17 anos que não se encontra a frequentar o sistema de ensino ou que nunca o frequentaram e o total da população residente do mesmo grupo etário, multiplicado pela base 100. [Metadata Atlas da Educação]

Como referido, o abandono escolar é um dos conceitos-chave no plano europeu relativo aos compromissos assumidos na Agenda 2020. Para monitorizar o comportamento dos países relativamente a este fenómeno no âmbito dos objetivos da estratégia europeia, é utilizado como principal indicador, o *“Early leaver from education and training”*, designado em Portugal por “abandono escolar precoce” e mais recentemente por **"Taxa de abandono precoce de educação e formação"**. Este indicador foi adoptado em 1999 como resultado da cooperação europeia no Employment Committee da UE, com o objetivo de monitorizar e reduzir o abandono escolar precoce entre os Estados membros. Como atrás referido, foi incluído nos objetivos horizontais da Estratégia Europeia para o Emprego e considerado domínio-chave prioritário da Estratégia de Lisboa emergindo como relevante na promoção do emprego e da competitividade da economia europeia.

Para 2010, a Comissão Europeia tinha já definida uma meta de 10% para a taxa de abandono precoce de educação e formação da UE, entretanto (re)estabelecida na estratégia “Europa 2020” de redução para menos de 10% até ao final da presente década. (“Taxa de abandono precoce de educação e formação” é a atual designação do indicador utilizado na monitorização da estratégia Europa 2020 anteriormente designado por "Taxa de abandono escolar precoce")

Em termos nacionais, em 2015 Portugal tinha uma percentagem de 13,7%. No entanto, em duas das suas regiões, a percentagem de abandono escolar precoce era superior a 20% (Europe 2020 Statistic – Education).

Estratégia “Europa 2020”

Redução para menos de 10% até ao final da presente década da taxa de abandono precoce de educação e formação

No âmbito das definições, citamos a adotada pelo Eurostat. Trata-se de uma taxa calculada a partir da razão entre a população residente com idade **entre os 18 e 24 anos** com o 3.º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino que **não concluiu o ensino secundário** (ISCED 3 - International Standard Classification of Education) e não se encontra a frequentar qualquer curso de ensino formal ou de formação, durante o mês anterior ao inquérito ou ao recenseamento, e o total da população residente entre 18 e 24 anos. Assim, nesta taxa, esse número de indivíduos é dividido pelo total da população residente com idades compreendidas nesse grupo etário e multiplicado por 100.

Como referem Estêvão e Álvares (2013, p. 2) é, deste modo um “indicador que tem como referência a certificação de um nível de escolaridade e por isso se trata de uma medida de sucesso escolar que se baseia numa perspetiva abrangente do que são atividades educativas/formativas, incluindo a educação não formal.”

É também um indicador que nos aproxima do grau de escolarização secundária ou, de outra forma, do grau de concretização da escolaridade de 12 anos. Como explicado por Justino *et al.* (2014), trata-se de uma variável retrospectiva dado avaliar a escolarização de um grupo etário que em situação de idade regular estaria fora do sistema de ensino.

Neste âmbito, transcrevemos a noção apresentada por Estêvão e Álvares (2013):

“este conceito de abandono escolar que subjaz ao indicador de abandono escolar precoce europeu remete para a ideia de que: a) o ónus do abandono escolar está não no aluno mas no sistema; b) parte da convicção de que todos os jovens e

adultos possuem competências e capacidades para concluir uma formação de nível secundário; e c) assume como válidos percursos não lineares e alternativos de formação.” (p. 2)

O mesmo indicador pode assim provir de duas fontes diferentes: O Eurostat contendo um registo anual é obtido dos dados que têm como origem em Portugal os Inquéritos ao Emprego promovidos pelo INE, e os Censos com um registo decenal.

É ainda possível identificar a utilização deste indicador ao nível da OCDE no qual é utilizada uma classe etária diferente situando-se entre os **20 e os 24 anos** com referência ao mesmo nível (ISCED 3). De acordo com a OCDE (2014, p. 4), no contexto educacional português,

Assim, neste relatório, no caso do abandono escolar e de acordo com as conceções atrás explanadas, utilizaremos os **indicadores** correspondentes a três grupos etários específicos: **10-15 anos** (Taxas de abandono escolar), **15-17 anos** (Taxas de abandono antecipado) e **18-24 anos** (Taxas de abandono escolar precoce/ Taxa de abandono precoce de educação e formação). Sempre que possível será preferencialmente utilizado o conceito de abandono escolar precoce do Eurostat [18-24 anos] e que corresponde ao conceito de saída precoce de educação/formação utilizado pelo INE.

“Portugal tem vindo a reduzir o abandono escolar desde 2000, com uma diminuição mais acentuada nos últimos anos, embora continue a ser elevado em comparação com a média dos países da OCDE.”

OCDE (2014, p.4)

Escolarização

Taxa de analfabetismo

A **escolarização** refere-se ao número médio de anos de frequência escolar da população que já não está a frequentar qualquer estabelecimento de ensino, residente num determinado concelho. [Metadata – Atlas da Educação]

Taxa de pré-escolarização

A **Taxa de analfabetismo** definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário. [Metadata - INE] É obtida através da relação percentual da população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever e a população residente com 10 e mais anos.

Taxa bruta de escolarização

Taxa de pré-escolarização refere-se às crianças entre os 3 e os 5 anos matriculadas no ensino pré-escolar (nível que antecede o 1º CEB). É um dos objetivos estratégicos para preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento” incluída na prioridade estratégia “Educação e Formação”. Trata-se de um indicador importante para o desenvolvimento sustentável dado que, como refere a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável: "A qualificação dos recursos humanos é crucial para que a economia e a sociedade portuguesas assegurem um crescimento sustentado num futuro próximo." Aponta como uma das exigências a que a estratégia de qualificação deve responder: "Generalizar a educação pré-escolar às idades dos 3 a 5 anos por forma a assegurar a entrada precoce no sistema educativo, promovendo a participação das crianças num ambiente estimulante, contribuindo para uma efetiva igualdade de oportunidades para todos." (Fonte: INE)

A **Taxa Bruta de Escolarização** refere-se à relação percentual entre o número total de indivíduos matriculados num determinado ciclo de ensino e o número total de indivíduos em idade normal de frequência nesse ciclo.

A Taxa Bruta de Escolarização do ensino básico refere-se à proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau

de ensino. Esta taxa obtém-se pela razão entre os alunos matriculados no ensino básico e a população residente com idade entre 6 a 14 anos a dividir por 100.

A partir do ano letivo de 2011/2012, os dados do indicador "Taxa bruta de escolarização" assentam na série Estimativas Provisórias de População Residente, pelo que não são diretamente comparáveis com a série anterior [Metainformação INE].

Como referem Estevão & Álvares (2013, p. 39) a evolução da taxa bruta de escolarização, em termos nacionais, evidencia um “aspecto particularmente interessante do ponto de vista do desempenho do sistema português na promoção do acesso dos adultos à educação”. Referem que uma explicação para o comportamento deste indicador estará, em determinados anos, numa “reentrada massiva de adultos que não tinham completado o ensino básico ou o ensino secundário no sistema”.

Taxa real de escolarização

Um dos indicadores utilizados para monitorizar a performance dos estados membros na concretização da Agenda 2020 diz respeito às **taxas reais de escolarização**. Estas taxas dão-nos a proporção de jovens que participam no sistema escolar dentro do coorte geracional em que é esperada essa participação (Mauritti *et al.*, 2015, p.10).

Assim, a taxa real de escolarização refere-se à relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários. A relação percentual entre população escolar (segundo o recenseamento anual de alunos matriculados) e população residente (segundo os Censos e as estimativas intercensitárias do Instituto Nacional de Estatística), para cada idade, não deveria ser superior a 100%. Na prática, uma vez que estamos a trabalhar com dados provenientes de fontes diferentes (ME/GEPE e INE), o cálculo conduz, para algumas idades/grupos etários, a valores superiores.

Os indicadores estatísticos referentes às **taxas de escolarização bruta e real** contribuem com alguns dados relativamente à compreensão do fenómeno de abandono escolar. Apesar das várias limitações que estes indicadores encerram e apresentadas por Estevão & Álvares (2013, p. 14), permitem a “localização dos ciclos em que se dá a saída dos jovens da escola, no caso da taxa real de escolarização; e o regresso ao sistema de educação e formação de adultos fracamente qualificados, no caso da taxa bruta de escolarização.” Por

outro lado, as taxas reais de escolarização são um dos indicadores utilizados para monitorizar a performance dos estados membros na concretização da Agenda 2020 na medida em que nos fornecem a proporção de jovens que participam no sistema escolar dentro do coorte geracional em que é esperada essa participação (Mauritti *et al.*, 2015, p.10).

A literatura identifica a escolarização dos país, com especial atenção à escolarização feminina, como umas das variáveis que poderão influenciar o fenómeno do abandono, designadamente o abandono escolar precoce [18-24 anos]. A **taxa de escolarização por idade** refere-se à relação percentual entre o número de alunos matriculados e a população residente, em cada uma das idades. Neste relatório iremos observar os dados referentes à **população residente na Região de Leiria com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo** dado que contribuem para a compreensão da estrutura e distribuição da população desta região proporcionada pela qualificação.

*Taxa de escolarização
por idade*

A este respeito, importa referir a publicação da DGEEC de Fevereiro de 2016 intitulado *Desigualdades Socioeconómicas e resultados escolares – 3.º Ciclo do Ensino Público Geral*, no qual se apresentam os resultados de um estudo sobre a relação entre o desempenho escolar dos alunos do 3.º ciclo, em Portugal Continental, e o meio socioeconómico dos seus agregados familiares. Uma das observações apresentadas é a de que disparidade de resultados reflete as oportunidades entre os alunos de diversas origens, designadamente:

“ (...) entre os alunos cujas mães têm uma habilitação equivalente a licenciatura ou bacharelato, a percentagem de percursos de sucesso no 3.º ciclo é de 71%, ao passo que entre os alunos cujas mães têm habilitação escolar baixa, equivalente ao 4.º ano completo, a mesma percentagem de percursos de sucesso reduz-se para uns parcos 19%.”

DGEEC (2016, p.6)

Tal como já referido pelo CNE no documento Estado da Educação (2013, p.12), a redução do abandono escolar tem sido um caso exemplar no contexto da União Europeia e está associado ao aumento da escolarização dos pais.

“A escolaridade destes potencia a maior e melhor escolaridade dos seus filhos. Em segundo lugar, porque as oportunidades de inserção precoce no mercado de trabalho tendem a ser mais reduzidas. Em terceiro lugar, porque as culturas escolares, os professores e dirigentes têm dado uma atenção acrescida aos seus alunos e à importância da escolaridade obrigatória até aos 18 anos.”

(CNE, 2013, p.12)

A informação sobre os valores de **escolarização média da população** permitem-nos uma maior aproximação às várias realidades educativas. Esta informação permite identificar melhor as desigualdades, quer de género, quer espaciais constituindo também uma “razoável aproximação às desigualdades sociais” (Justino *et al.*, 2014, p. 19). Não se tratando de um valor diretamente indicado pelas fontes estatísticas, recorreremos à definição e aos resultados apresentados no Atlas da Educação (Justino *et al.*, 2014).

Escolarização média da população

A temática da **retenção** tem sido objeto de estudo de um conjunto de investigadores, tendo sido referida na publicação dos relatórios anuais Estado da Educação (2010, 2011 e 2012) e mais recentemente incluída pelo Conselho Nacional de Educação (2015) num conjunto alargado de recomendações sobre a organização pedagógica e a progressão dos alunos, nomeadamente, o combate a atrasos sistemáticos na escolaridade dos alunos nos Ensinos Básico e Secundário e as desigualdades face ao sucesso escolar.

A retenção consiste na “manutenção do aluno abrangido pela escolaridade obrigatória, no ano letivo seguinte, no mesmo ano de escolaridade que frequenta, por razões de insucesso ou por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas” (CNE, 2014; DGEEC, 2014). A taxa de retenção e desistência é a “relação percentual entre o número de alunos que não pode

transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo” (CNE, 2014; DGEEC, 2014).

Taxa de retenção

O **insucesso escolar** é entendido como a repetência ou retenção, durante um ou mais anos ao longo do percurso escolar dos alunos. Para o seu estudo utiliza-se a **taxa de retenção** que é um indicador construído a partir das informações estatísticas do Ministério da Educação, tendo como origem os registos das escolas. Este indicador não é comparável ao nível de concelho, nomeadamente pela mobilidade entre concelhos decorrente da localização da residência num concelho diferente da escola, nem é comparável ao longo de vários anos.

No Relatório Técnico sobre Retenção Escolar nos Ensinos Básico e Secundário apresentado pelo CNE (2015) é apresentada uma síntese com a perspetiva de vários investigadores sobre um conjunto de conceitos associados à retenção. Desta síntese, destacamos algumas perspetivas sobre o conceito de retenção e seus impactos, as quais transcrevemos:

Insucesso escolar

“Reter alunos não contribui para uma melhor aprendizagem nem para alcançar os objetivos pedagógicos em anos subsequentes, mas aumenta a probabilidade de abandono e diminui a autoestima.” (Jimerson, 2001 citado por CNE, 2015, p. 8)

“Consideram a retenção como um preditor significativo do abandono escolar de alunos no nível secundário de escolaridade” (Jimerson, Anderson & Whipple, 2002 in EACEA/Eurydice, 2014 citados por CNE, 2015, p. 8).

“Concluíram, em estudos sobre a retenção que esta leva à diminuição da autoestima, prejudica o processo de socialização, contribui para a alienação da escola, e aumenta a probabilidade de eventual abandono; cria, igualmente, problemas orçamentais e patrimoniais para as escolas e sistemas de ensino.” (Brophy, 2006; Xia & Kirby, 2009 citados por CNE, 2015, p. 8)

“(…) perante os resultados do seu estudo prospetivo, a necessidade de procurar estratégias eficazes para combater o insucesso escolar, diferentes da retenção, pois esta, pelo modo como é aplicada, não parece beneficiar os alunos (2001: 313)” Pagni *et al.*, 2001 in Rebelo, 2009 citados por CNE, 2015, pp. 8-9)

As transcrições seguintes referem-se à relação entre retenção/ insucesso/ abandono/indisciplina:

*Necessidades
educativas especiais*

“Quando os alunos constroem trajetórias a partir de histórias de retenção, logo no primeiro ciclo, a probabilidade de insucesso reiterado e de abandono é maior, considerando que os conhecimentos e competências básicas indispensáveis às aprendizagens nos ciclos seguintes não estão consolidados (p. 38). A retenção e a repetência nos primeiros quatro anos de escolaridade são fatores de insucesso e de abandono que vão refletir-se nos anos seguintes. De um sistema de ensino em que cerca de 35% dos alunos têm, pelo menos, um ano de atraso em relação à idade normal de conclusão do ciclo de ensino, teremos de concluir que não está concebido para promover o sucesso e a equidade” (Justino *et al.*, 2014, p. 90, citados por CNE, 2015, p. 11).

“(…) as repetências são amplamente consideradas como causa do abandono” (Almeida, 2013 citado por CNE, 2015, p. 12)

Do relatório do CNE (2015, p. 64) destacamos ainda uma das conclusões que refere que “no apuramento da taxa de retenção e desistência as situações relacionadas com a falta de assiduidade que conduzem à não transição ou não conclusão apresentam contribuição pouco expressiva”.

*Taxa de atraso
escolar*

O indicador designado de “**atraso escolar**” (Justino *et al.*, 2015) apresenta uma “variável de aproximação ao insucesso”, isto é, uma aproximação ao problema da repetência e do insucesso designada por “atraso” ao cruzar o ciclo que um determinado indivíduo está a frequentar com a sua idade. As taxas de atraso medem a “proporção entre os indivíduos a frequentar um determinado ciclo de ensino com idade superior à idade ajustada, no total de indivíduos com idade ajustada a esse ciclo” (Justino *et al.*, 2014, p. 38).

“Esta taxa relaciona assim a percentagem da população que se encontra a frequentar um determinado ciclo de ensino, com idade igual ou superior à idade ajustada à conclusão do respectivo ciclo, com o total da população com idade ajustada ao ciclo. Corresponde

4. Indicadores e conceitos

aproximadamente à proporção do número de alunos com pelo menos um ano de retenção no total de alunos sem retenção que frequentam um determinado ciclo” [Metadada – Atlas da Educação].

(,..) há casos particulares em que as incapacidades das crianças e jovens afetam a sua funcionalidade

Classificação Internacional de Funcionalidade (2004)

Todos os alunos, independentemente das suas características, têm necessidades educativas que, geralmente, são colmatadas pelas atividades regulares que as escolas oferecem. No entanto, há casos particulares em que as incapacidades das crianças e

jovens afetam a sua funcionalidade (Classificação Internacional de Funcionalidade, 2004) gerando o que, comumente, é chamado de **Necessidades Educativas Especiais (NEE)**.

As diferentes definições e métodos de identificação das NEE entre os países europeus têm-se repercutido na ausência de dados concretos sobre a sua prevalência, estimando-se apenas um valor aproximado de quinze milhões de crianças com NEE (Drabble, 2013).

Em Portugal, as Necessidades Educativas Especiais têm, também, diversas aceções, o que não impede que as mesmas sejam reconhecidas pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), criado ao abrigo do Decreto-Lei nº 281/2009, e enquadradas na escolaridade obrigatória pelo Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro. Este decreto acaba por delinear uma definição, enquadrando-as enquanto “limitações significativas ao nível da actividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social” que pressupõem a mobilização de serviços e recursos especializados que promovam o potencial de cada criança/jovem.

A Portaria n.º 201-C/2015, de 10 de julho complementa do DL nº3/2008 regulando o ensino de alunos com 15 ou mais anos e Currículo Específico Individual, com vista à preparação da sua transição para a vida pós-escolar.

5. Caraterização da rede educativa

A presente caraterização da rede educativa encontra-se subdividida em 4 secções, nomeadamente: Estabelecimentos de Ensino; Docentes; Não Docentes e Alunos.

5.1. Estabelecimentos de Ensino

O Quadro 4 e o Figura 1 apresentam os dados relativos aos estabelecimentos de ensino público e privado na Região de Leiria, destacando-se a existência de **345 estabelecimentos de ensino** nesta região, tendo em consideração os dados relativos ao ano letivo de 2014/2015:

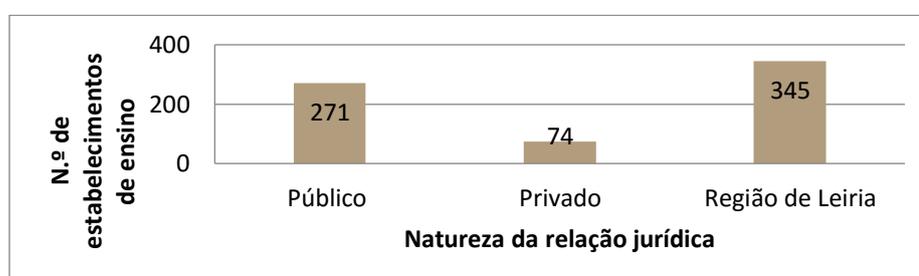
Quadro 4 – Número de estabelecimentos de ensino por relação jurídica (público/privado) na Região de Leiria, ano letivo 2014/2015

345 estabelecimentos de ensino, público e privado

Natureza da relação Jurídica	N.º de estabelecimentos de ensino	% CIM RL
Público	271	79,2
Privado	74	20,8
Região de Leiria	345	100,0

Fonte dos dados: DGEEC (2016)

Figura 1 - Número de estabelecimentos de ensino por relação jurídica (público/privado) na Região de Leiria



Fonte dos dados: ano letivo 2014/2015 (DGEEC, 2016)

5. Caracterização da rede educativa

No ano letivo 2014/2015, o número de estabelecimentos de ensino, públicos e privados, da CIM RL representa apenas 13,7% do universo de estabelecimentos da região Centro. O número de estabelecimentos de ensino públicos corresponde a 14,1% do universo de estabelecimentos da região Centro, enquanto os estabelecimentos de ensino privados representam 12,5%.

No âmbito da Região de Leiria considera-se relevante salientar a diferença entre os concelhos a norte e a sul, sendo que os concelhos a norte têm efetivamente um número reduzido de estabelecimentos de ensino.

Fonte dos dados: ano letivo 2014/2015 (DGEEC, 2016)

No Quadro 5 e na Figura 2 é possível observar a distribuição do número de estabelecimentos de ensino público e privado por concelho da Região de Leiria. Como se pode observar existem **diferenças claramente diferenciadoras** entre os concelhos da Região de Leiria, aspeto que deverá ser tido em consideração.

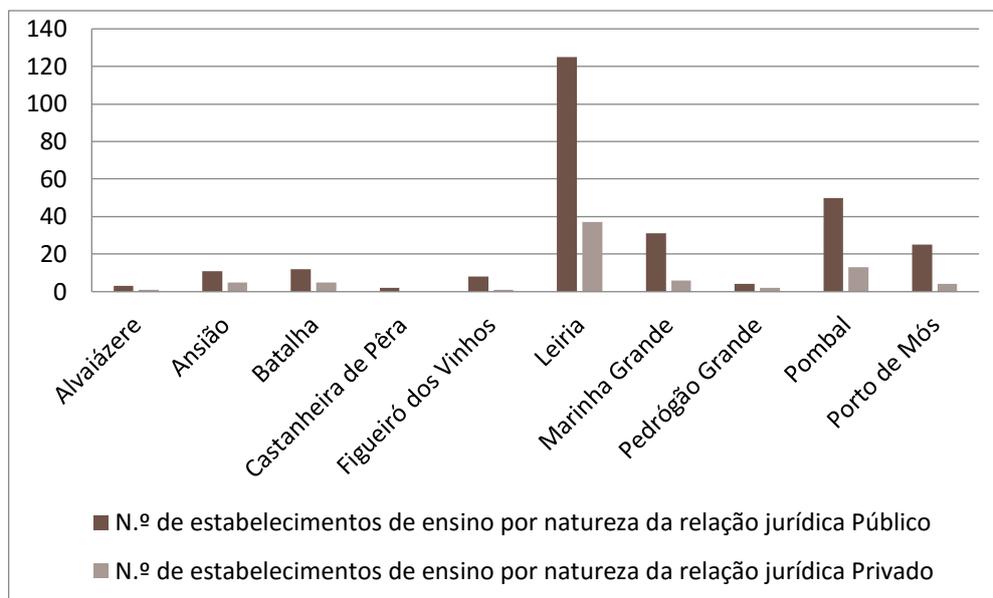
Quadro 5 - Número de estabelecimentos de ensino por relação jurídica (público/privado) e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015

Concelho	N.º de estabelecimentos de ensino por natureza da relação jurídica		Total por Concelho
	Público	Privado	
Alvaiázere	3	1	4
Ansião	11	5	16
Batalha	12	5	17
Castanheira de Pêra	2	0	2
Figueiró dos Vinhos	8	1	9
Leiria	125	37	169
Marinha Grande	31	6	37
Pedrogão Grande	4	2	6
Pombal	50	13	63
Porto de Mós	25	4	29
Região de Leiria	271	74	345

Fonte dos dados: DGEEC (2016)

5. Caracterização da rede educativa

Figura 2 – Número de estabelecimentos de ensino por relação jurídica (público/privado) e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015



Fonte dos dados: DGEEC (2016)

Focando agora a atenção nos estabelecimentos de **natureza pública** podemos observar no Quadro 6 o **número de Agrupamentos de Escola** por **concelho** da Região de Leiria, bem como do número de estabelecimentos de Ensino por Agrupamento, dados relativos ao ano letivo de 2015/2016. Podemos observar que existem 84 Jardins de Infância, 172 Escolas Básicas, 6 Escolas Básicas e Secundárias, 9 Escolas Secundárias e 7 escolas Profissionais.

5. Caracterização da rede educativa

Quadro 6 – Número de Agrupamentos de Escola por concelho da Região de Leiria e número de estabelecimentos de ensino por Agrupamento de Escola*, ano letivo 2015/2016

Concelho	Número de Agrup. de Escolas	Designação dos Agrupamentos de Escola	N.º de escolas		
Alvaiázere	1	Agrup. Escolas de Alvaiázere	3		
Ansião	1	Agrup. Escolas de Ansião	11		
Batalha	1	Agrup. Escolas de Batalha	12		
Castanheira de Pêra	1	Agrup. Escolas Dr. Bissaya Barreto	2		
Figueiró dos Vinhos	1	Agrup. Escolas de Figueiró dos Vinhos	8		
Leiria	8	Agrup. Escolas de Caranguejeira - Santa Catarina da Serra	18	125	
		Agrup. Escolas D. Dinis, Leiria	7		
		Agrup. Escolas de Colmeias	14		
		Agrup. Escolas de Marrazes	24		
		Agrup. Escolas Domingos Sequeira	15		
		Agrup. Escolas Dr. Correia Mateus	10		
		Agrup. Escolas Henrique Sommer, Maceira	12		
		Agrup. Escolas Rainha Santa Isabel, Carreira	23		
	2 Escolas Não Agrupadas				
			Escola Secundária Afonso Lopes Vieira		1
		Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo	1		
Marinha Grande	3	Agrup. Escolas de Vieira de Leiria	6	31	
		Agrup. Escolas Marinha Grande Nascente	15		
		Agrup. Escolas Marinha Grande Poente	10		
Pedrógão Grande	1	Agrup. Escolas de Pedrógão Grande	4		
Pombal	3	Agrup. Escolas de Guia, Pombal	11	50	
		Agrup. Escolas Gualdim Pais, Pombal	20		
		Agrup. Escolas de Pombal	19		
Porto de Mós	1	Agrup. Escolas de Porto de Mós	25		
Região de Leiria	21	-	271		

21 Agrupamentos de Escolas na Região de Leiria, com 271 estabelecimentos de ensino

Fonte dos dados: DGEstE (2016)

<http://www.dgeste.mec.pt/index.php/escolas/pesquisa-de-agrupamentos/>)

*Apenas foram tidos em consideração os dados relativos às escolas públicas.

5. Caracterização da rede educativa

No que concerne à tipologia das escolas públicas observa-se o **número de estabelecimentos de ensino por tipologia por concelho** da Região de Leiria (ver Quadro 7 e Figura 3):

Quadro 7 - Número de Estabelecimentos de Ensino por tipologia e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016

Concelho	Público				Privado*
	Tipologia				Escola Profissional
	Jardim de Infância (JI)	Escola Básica (EB)	Escola Básica e Secundária (EBS)	Escola Secundária (ES)	
Alvaiázere	0	2	1	0	1
Ansião	3	7	1	0	
Batalha	2	9	1	0	0
Castanheira de Pêra	0	2	0	0	0
Figueiró dos Vinhos	3	4	0	1	0
Leiria	47	74	1	3	2
Marinha Grande	7	21	0	3	2
Pedrógão Grande	1	3	0	0	1
Pombal	16	32	1	1	1
Porto de Mós	5	18	1	1	0
Região de Leiria	84	172	6	9	7

84 Jardins de Infância,
172 Escolas Básicas, 6
Escolas Básicas e
Secundárias, 9 Escolas
Secundárias e 7
escolas Profissionais.

Fonte dos dados: DGEstE (2016)

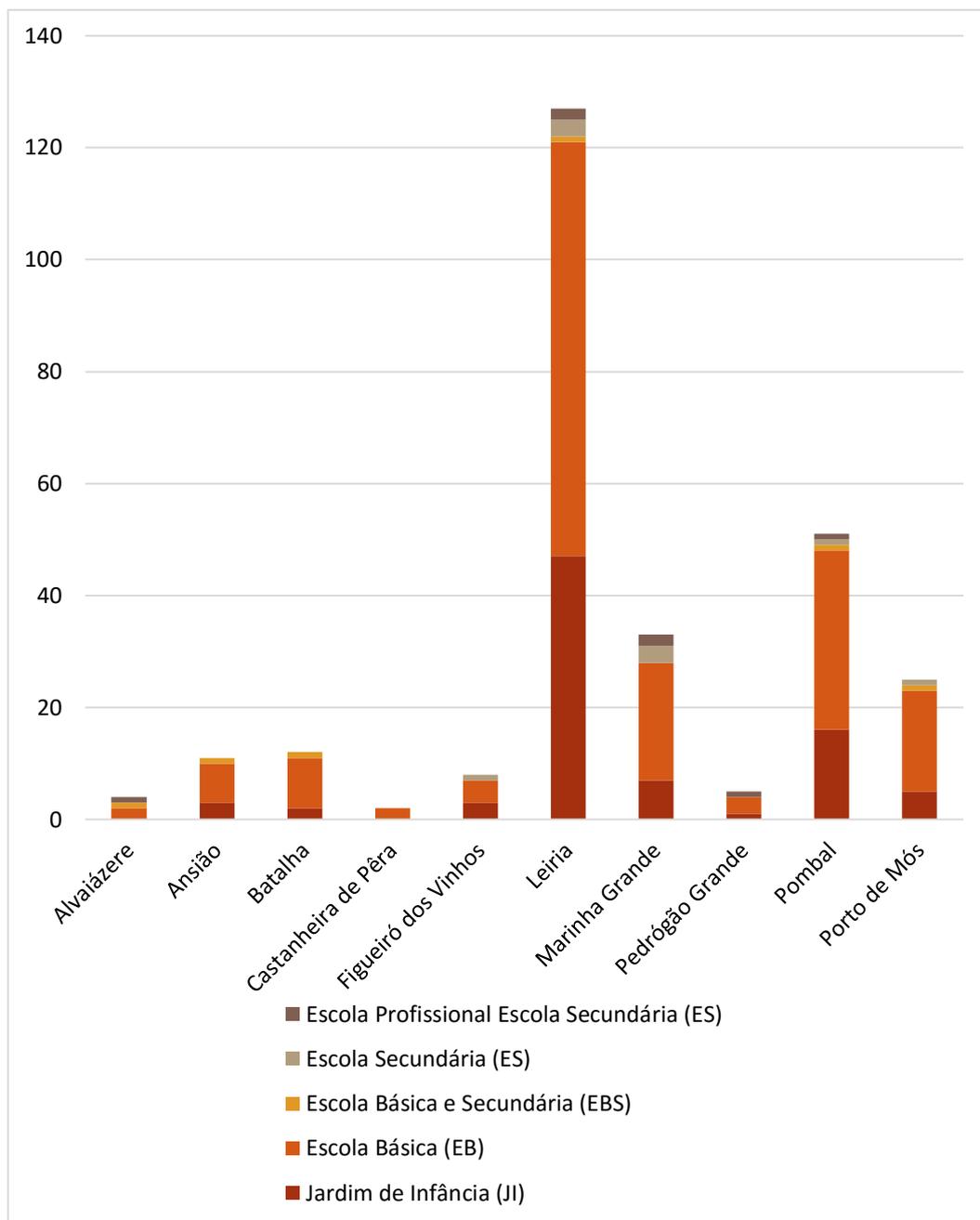
<http://www.dgeste.mec.pt/index.php/escolas/pesquisa-de-agrupamentos/>

*Apresenta-se apenas a referência ao número de estabelecimentos de ensino profissional por concelho da Região de Leiria, que embora privados, podem ter um papel importante no combate ao insucesso escolar.

5. Caracterização da rede educativa

Figura 3 – Número de Estabelecimentos de Ensino por tipologia e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016

Destaca-se o maior número de estabelecimentos de ensino de tipologia jardins-de-infância e escolas básicas em todos os concelhos da Região de Leiria.



Fonte dos dados: DGEstE (2016)

<http://www.dgeste.mec.pt/index.php/escolas/pesquisa-de-agrupamentos/>

5. Caracterização da rede educativa

No que diz respeito ao número de estabelecimentos de ensino público por oferta e por concelho da Região de Leiria verifica-se um **maior número** de estabelecimentos com oferta ao nível **do pré-escolar e/ou 1.º CEB**, como se pode observar no Quadro seguinte:

Quadro 8 – Número de Estabelecimentos de Ensino Público por oferta e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016

Concelhos	Público											
	Oferta Educativa											
	Pré-Escolar (PE)	Pré-escolar e 1.º CEB (PE+1)	Pré- Escolar, 1.º, 2.º e 3.º CEB (PE+1+2+3)	1.º CEB (1)	2º CEB (2)	1.º e 2.º CEB (1+2)	1.º CEB, 2.º CEB e 3.º CEB (1+2+3)	2.º e 3.º CEB (2+3)	2.º, 3.º e Secundário (2+3+S)	3.º CEB e Secundário (3+S)	1.º, 2.º, 3.º CEB e Secundário (1+2+3+S)	Secundário (S)
Alvaiázere	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Ansião	3	4	-	2	-	-	-	1	-	-	1	-
Batalha	2	6	-	3	-	-	-	-	-	-	1	-
Castanheira de Pêra	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Figueiró dos Vinhos ¹	3	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
Leiria	47	18	1	48	-	-	2	5	1	1	-	2
Marinha Grande	7	7	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Pedrógão Grande	1	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Pombal ²	17	14	-	15	-	-	1	1	1	1	-	-
Porto de Mós	5	13	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Região de Leiria	85	70	1	83	2	1	4	10	4	7	2	2

Fonte dos dados: DGEstE (2016)

<http://www.dgeste.mec.pt/index.php/escolas/pesquisa-de-agrupamentos/>

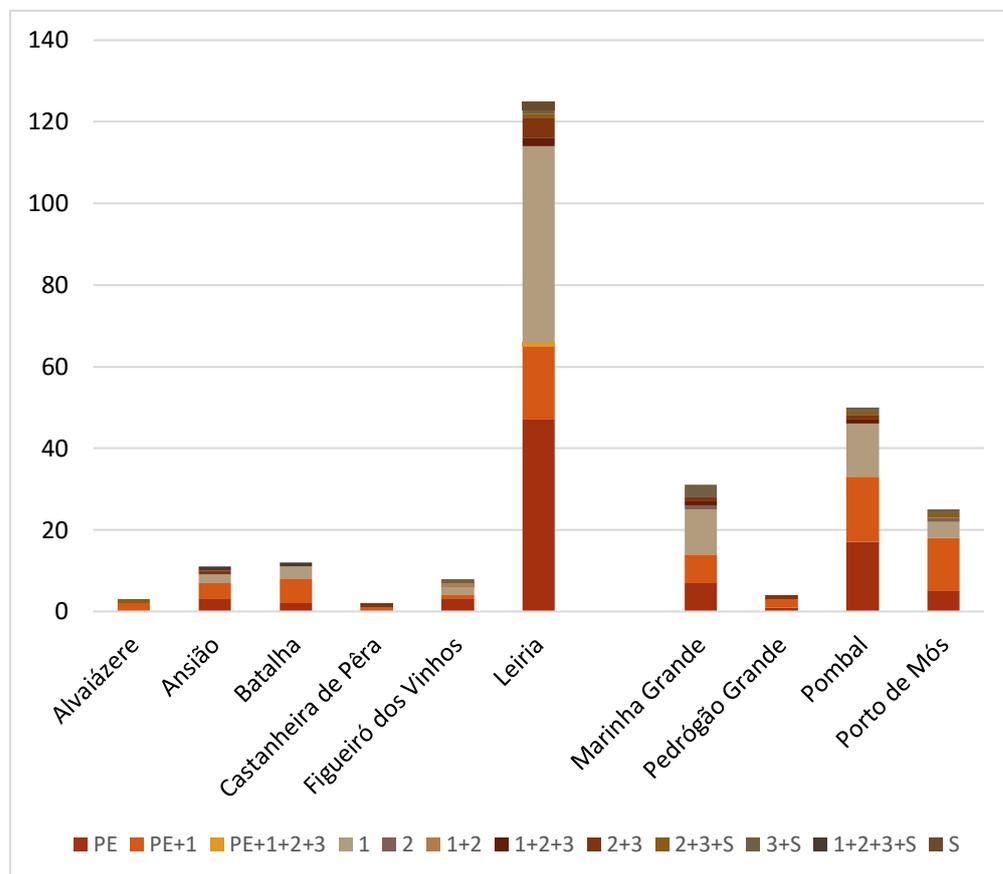
Notas:

- (1) Na carta educativa de Figueiró dos Vinhos são referenciados os seguintes dados: 4 jardins-de-infância, 3 escolas do 1.º CEB, 1 escola do 2.º e 2.º CEB e 1 escola secundária.
 (2) Dados enviados pelo Município de Pombal a 10 de novembro de 2016.

Castanheira de Pera e Pedrógão Grande não têm na sua oferta educativa o Ensino Secundário.

5. Caracterização da rede educativa

Figura 4 – Número de Estabelecimentos de Ensino Público por oferta e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016



Fonte dos dados: DGEstE (2016)

<http://www.dgeste.mec.pt/index.php/escolas/pesquisa-de-agrupamentos/>

5.2. Número de docentes

O Quadro 9 e o Figura 5 apresentam os dados relativos ao número de docentes/formadores dos estabelecimentos de ensino público e escolas profissionais, tendo-se verificado no ano letivo de 2014/2015, um total de **4000 docentes na Região de Leiria**.

5. Caracterização da rede educativa

No ano letivo 2014/2015, o número de docentes da CIM RL representa 12,3% do universo de docentes da região Centro.

Fonte dos dados: ano letivo 2014/2015 (DGEEC, 2016)

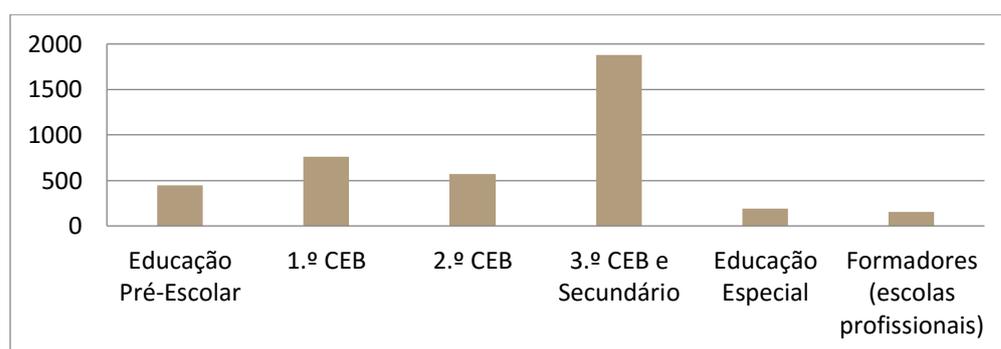
Quadro 9 – Número de docentes por nível de educação/ensino na Região de Leiria, no ano letivo 2014/2015

4000 docentes na Região de Leiria em estabelecimentos de ensino público e privado

Nível de Educação/Ensino	N.º de docentes/formadores no ano letivo 2014/2015
Educação Pré-Escolar	446
1.º CEB	764
2.º CEB	570
3.º CEB e Secundário	1876
Educação Especial	190
Formadores (escolas profissionais)	154
Região de Leiria	4000

Fonte dos dados: DGEEC (2016)

Figura 5 – Número de docentes por nível de educação/ensino na Região de Leiria, ano letivo 2014/2015



Fonte dos dados: DGEEC (2016)

5. Caracterização da rede educativa

Tendo em consideração o número de docentes na Região de Leiria por nível de educação/ensino, podemos agora analisar, de forma mais aprofundada, a realidade de cada um dos concelhos da Região de Leiria, que se pode consultar no Quadro 10 e a Figura 6.

Quadro 10 – Número de docentes por nível de Educação/Ensino e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015

Concelhos	Pré-Escolar (PE)	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB e Secundário	Educação Especial	Formadores (Escolas Profissionais)	Total
Alvaiázere	7	15	12	34	3	10	81
Ansião	13	33	19	78	7	24	174
Batalha	18	34	22	97	6	-	177
Castanheira de Pêra	4	7	10	17	2	-	40
Figueiró dos Vinhos	7	11	10	42	4	-	74
Leiria	125	311	198	638	90	42	1404
Marinha Grande	37	91	77	289	25	23	542
Pedrógão Grande	3	8	10	18	1	28	68
Pombal	59	146	62	235	34	27	563
Porto de Mós	27	65	30	92	15	-	229
Região de Leiria	300	721	450	1540	187	154	3352

3352 docentes nos estabelecimentos de ensino públicos, incluindo escolas profissionais

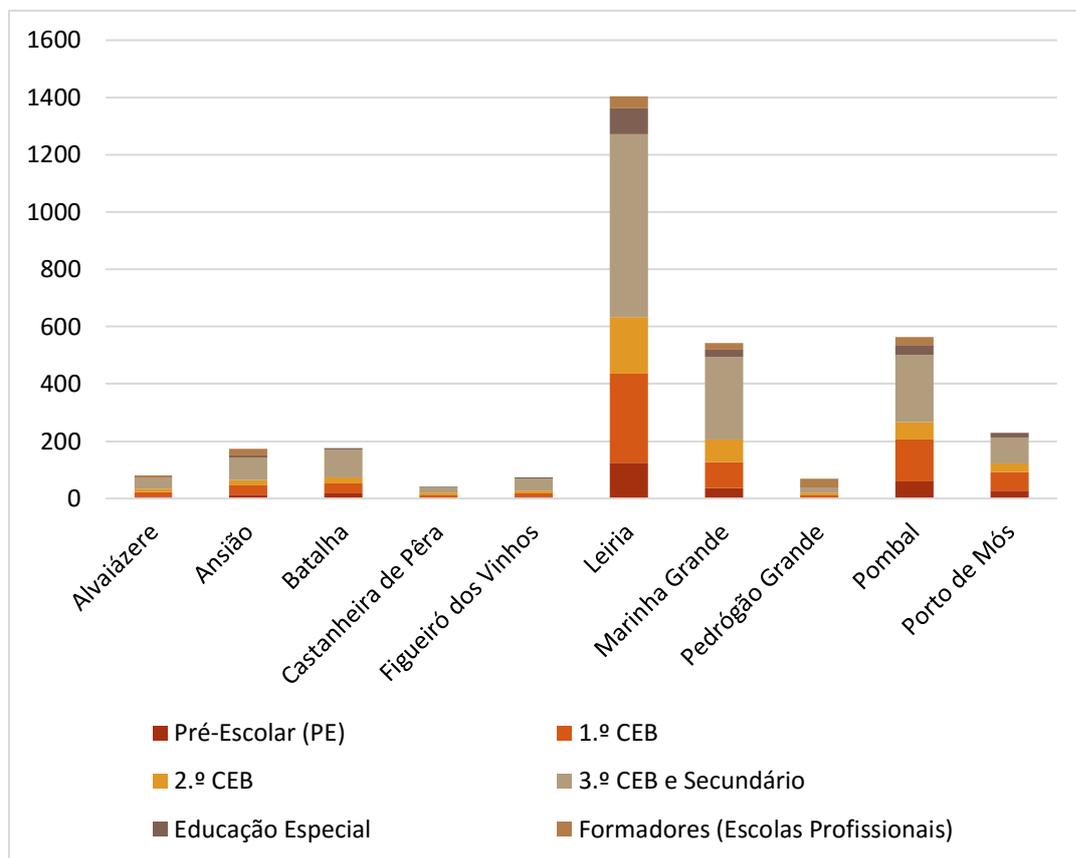
Fonte dos dados: DGEEC (2016)

Notas:

Na carta educativa de Figueiró dos Vinhos são referenciados os seguintes dados já relativos ao ano letivo de 2015/2016: 5 educadores de infância; 12 professores do 1.º CEB; 14 professores do 2.º CEB, 40 professores do 3.º CEB e Secundário.

5. Caracterização da rede educativa

Figura 6 – Número de docentes por nível de Educação/Ensino e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015



Fonte dos dados: DGEEC (2016)

5.3. Não docentes

Tendo em consideração a importância do pessoal não docente na orgânica de uma organização escolar, considerou-se pertinente caracterizar o número de técnicos por concelho da região de Leiria. Contudo, como se pode observar pelo Quadro 11, apenas se conseguiu reunir os dados relativos a dois concelhos.

5. Caracterização da rede educativa

Quadro 11 – Número de pessoal não docente (assistentes operacionais, assistentes técnicos e tarefeiros) por entidade empregadora e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016*

Concelhos	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Outras entidades	MEC/Agrup.	Contrato de Emprego e Formação	Total
Alvaiázere	13	0	0	33	0	46
Ansião	0	0	0	55	0	55
Batalha	77	0	46	0	0	123
Castanheira de Pêra	9	0	0	22	0	31
Figueiró dos Vinhos	17	0	0	59	5	81
Leiria	78	37	0	409	9	553
Marinha Grande						
Pedrógão Grande						
Pombal	49	91	7	150	16	313
Porto de Mós						
Região de Leiria						

Fonte: Informações disponibilizadas pelos Municípios

Quadro 12 - Número de **assistentes operacionais** por entidade empregadora e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2015/2016

Concelhos	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Outras entidades	MEC/Agrupamento	Contrato de Emprego de Inserção	Total
Alvaiázere	13	0	0	27	0	40
Ansião	0	0	0	43	0	43
Batalha	57	0	44		11	112
Castanheira de Pêra	8	0	0	15	0	23
Figueiró dos Vinhos	17	0	0	46	5	68
Leiria	78	0	0	329	15	422
Marinha Grande						
Pedrógão Grande						
Pombal	39	82	6	120	16	263
Porto de Mós						
Região de Leiria						

5. Caracterização da rede educativa

5.4. Número de alunos

O Quadro 12 e o Figura 7 apresentam os dados relativos ao número de alunos, no ano letivo 2014/2015, por nível e ciclo de ensino, do ensino público e privado, da Região de Leiria, destacando-se os **45069 alunos** existentes na Região de Leiria.

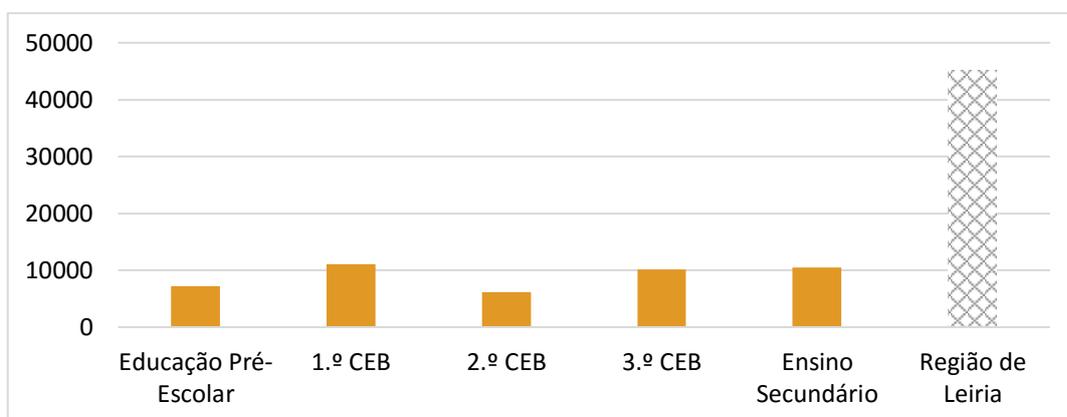
Quadro 13 – Número de alunos por Nível e Ciclo de Ensino, no ensino público e privado, no ano letivo 2014/2015, na Região de Leiria

45069 alunos nos estabelecimentos de ensino públicos e privados da Região de Leiria

Nível e Ciclo de Ensino	N.º de alunos no ano letivo 2014/2015
Educação Pré-Escolar	7150
1.º CEB	11102
2.º CEB	6211
3.º CEB	10104
Ensino Secundário	10502
Região de Leiria	45069

Fonte dos dados: DGEEC (2016)

Figura 7 – Número de alunos por Nível e Ciclo de Ensino, no ano letivo 2014/2015, na Região de Leiria



Fonte dos dados: DGEEC (2016)

5. Caracterização da rede educativa

No ano letivo 2014/2015, o número de alunos da CIM RL representa apenas 13,2% do universo de alunos da região Centro.

Fonte dos dados: ano letivo 2014/2015 (DGEEC, 2016)

No que diz respeito ao número de alunos por nível e ciclo de ensino e por concelho da Região de Leiria verifica-se um **maior número** de alunos a frequentar o **1.º CEB**, na maioria dos concelhos, como se pode observar no Quadro 13 e na Figura 8 seguintes:

Quadro 14 – Número de alunos por nível e ciclo de Ensino Público na Região de Leiria e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015

Concelhos	Pré-Escolar (PE)	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Total
Alvaiázere	107	184	94	199	116	700
Ansião	154	469	211	364	333	1531
Batalha	255	524	253	471	371	1874
Castanheira de Pêra	56	80	51	65	-	252
Figueiró dos Vinhos ¹	68	162	91	165	220	706
Leiria ²	1918	4324	1809	3123	4144	15318
Marinha Grande	730	1444	830	1295	1267	5566
Pedrógão Grande	42	100	67	92	-	301
Pombal	956	1988	691	1021	993	5649
Porto de Mós	442	911	311	432	402	2498
Região de Leiria	4728	10186	4408	7227	7846	34395

Fonte dos dados: DGEEC (2016)

Notas:

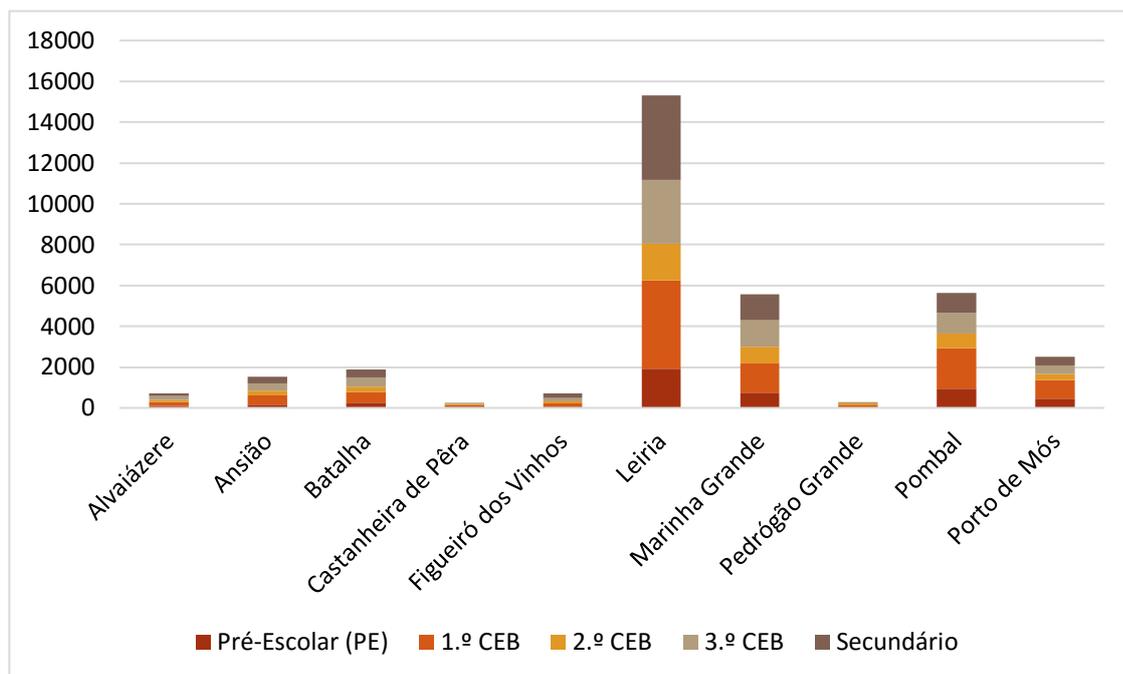
(1) Na carta educativa de Figueiró dos Vinhos são referenciados os seguintes dados já relativos ao ano letivo de 2015/2016: 601 alunos, dos quais 59 no pré-escolar, 163 no 1.º CEB, 70 no 2.º CEB, 142 no 3.º CEB e 167 no ensino secundário.

(2) Num dos documentos de caracterização da rede educativa do município de Leiria, são referenciados dados relativos a 2015/2016: 12498 alunos, dos quais 1847 no pré-escolar, 4206 no 1.º CEB, 4274 no 2.º e 3.º CEB e 2171 no ensino secundário.

34395 alunos nos estabelecimentos de ensino públicos da Região de Leiria, dos quais 10186 frequentam o 1.º CEB

5. Caracterização da rede educativa

Figura 8 – Número de alunos por nível e ciclo de Ensino Público na Região de Leiria e por concelho da Região de Leiria, ano letivo 2014/2015



Fonte dos dados: DGEEC (2016)

No âmbito da Região de Leiria importante salientar novamente a diferença entre o número de alunos dos concelhos a norte e a sul.

Fonte dos dados: ano letivo 2014/2015 (DGEEC, 2016)

5.5. Necessidades Educativas Especiais

Nos últimos anos, em especial após a publicação do Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro, é notável o esforço da comunidade educativa na identificação e caracterização dos casos de Necessidades Educativas Especiais existentes em Portugal e em cada uma das suas regiões, assim como na procura de respostas pedagógicas adequadas às necessidades das crianças/alunos sempre que estes, depois de avaliados por referência à Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), reúnam condições de elegibilidade para a educação especial.

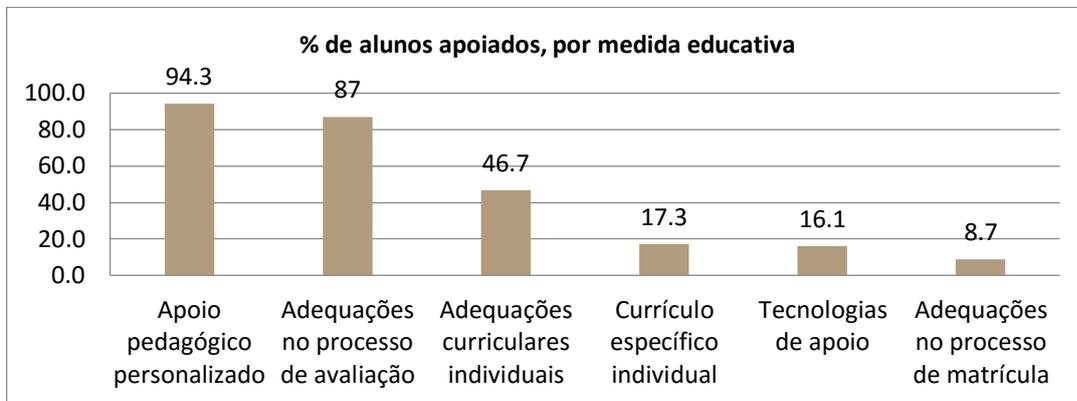
Segundo a DGEEC, no ano letivo 2015/2016 foi possível identificar um total de 79203 crianças e alunos com Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente (NEEP), sendo que apenas 1028 se encontram institucionalizadas. A grande maioria frequenta, portanto, as escolas regulares, quer privadas (9567) quer, na grande parte dos casos, escolas regulares públicas (68608).

Importa realçar que estas crianças e alunos com NEE não estão apenas no mesmo espaço físico que os seus pares. Pelo contrário, 87% encontra-se a tempo integral na sua turma cumprindo, desta forma, o currículo escolar destinado ao seu ano de escolaridade (DGEEC).

Para o acompanhamento e apoio a estes alunos, o Ministério da Educação e Ciência prevê a existência de diversas medidas educativas, tais como o apoio pedagógico personalizado, adequações no processo de avaliação, adequações curriculares individuais, currículo específico individual, tecnologias de apoio e adequações no processo de matrícula que estão expressas em percentagem de alunos apoiados no gráfico abaixo:

5. Caracterização da rede educativa

Figura 9 - % de Alunos com NEE apoiados, por medida educativa



Fonte dos dados: DGEEC

No caso particular da NUTS II – Centro as escolas públicas albergam cerca de 26% do total de casos de crianças e alunos com NEE que se encontram nas escolas regulares públicas (17873), que se concentram, tal como acontece a nível nacional, no Ensino Básico, especialmente no 1.º e 2.º CEB, como se pode constatar no Quadro abaixo:

Quadro 15 - Crianças e alunos com NEE a frequentarem escolas públicas no continente e na NUTS II - Centro por nível de educação e ensino, ano letivo 2015/2016

Nível de educação e ensino	Estabelecimento Público
Continente	68 608
Educação pré-escolar	2 349
Ensino básico	57 187
1.º ciclo	20 488
2.º ciclo	15 479
3.º ciclo	21 220
Ensino secundário	9 072
Centro	17 873
Educação pré-escolar	550
Ensino básico	14 597
1.º ciclo	5 082
2.º ciclo	3 903
3.º ciclo	5 612
Ensino secundário	2 726

Fonte dos dados: DGEEC

5. Caracterização da rede educativa

No que diz respeito especificamente à Região de Leiria, através das Cartas Educativas dos dez Municípios e dos Projetos Educativos dos Agrupamentos, foi possível identificar os valores expressos no Quadro abaixo:

Quadro 16 – Crianças e alunos com NEE de caráter permanente a frequentarem escolas públicas nos dez municípios da CIMRL

Município	Ano letivo	Educação pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	TOTAL
			1ª CEB	2ª CEB	3ª CEB		
Alvaiázere	2015-2016	0	14	8	19	6	47
Ansião	2015-2016	3	23	20	27	13	86
Batalha	2015-2016	1	29	30	47	17	124
Castanheira de Pêra	2015-2016	2	10	3	9	N/A	24
Figueiró dos Vinhos	2015-2016	0	14	15	18	18	65
Leiria	2015-2016	44+7	340+28	217+14	312+14	178+7	1091 + 70
Marinha Grande							
Pedrógão Grande	2016/2017	1	3	8	13	0	25
Pombal	2015/2016	13	111	83	129	53	389
Porto de Mós							
TOTAL							

Nota: No Município de Leiria 0 + é referente aos alunos que frequentam as unidades de ensino estruturado.

Fonte dos dados: Cartas Educativas dos dez Municípios e dos Projetos Educativos dos Agrupamentos

Para além das medidas educativas atrás enunciadas, o Ministério da Educação e Ciência prevê, também, serviços de educação especial integrados nas escolas públicas, nomeadamente: Unidades de Apoio Especializado para Educação a Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita (UAE); Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo (UEE); Escolas de

5. Caracterização da rede educativa

Referência para a Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão (EREAC); Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS); Escolas de Referência para a Intervenção Precoce na Infância (IPI) e Centros de Recursos TIC para a Educação Especial (CRTIC).

As UAE, no ano letivo 2015/2016, albergaram em Portugal Continental, segundo a DGEEC, 2081 alunos, estando 380 na NUTS II – Centro, dos quais 330 no Ensino Básico e 50 no Ensino Secundário. Já as UEE contaram com 1878 alunos, 507 dos quais na zona centro do país (453 no Ensino Básico e 54 no Ensino Secundário).

Segundo a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) 1978 crianças com Necessidades Especiais de Educação foram apoiadas no ano letivo 2015/2016, no Continente, simultaneamente, pelo Decreto-Lei n.º 3/2008 e pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. Destas 923 encontravam-se em estabelecimentos públicos, das quais 241 no zona centro do país (25 – 3 anos; 53 – 4 anos; 101 – 5 anos; 57 – 6 anos; 5 – 7 anos).

Nos dez municípios da CIM RL é possível identificar estes serviços nalguns dos seus Agrupamentos de Escolas. O Quadro abaixo resume os serviços de educação especial por município/agrupamento de escolas:

5. Caracterização da rede educativa

Quadro 17 – Serviços de Educação Especial existentes nos Agrupamentos de Escolas dos dez concelhos da CIM RL, ano letivo 2015/2016

Serviço	Concelho	Agrupamento de Escolas	Ciclo
UAE	Ansião	AE de Ansião	1.º
	Leiria	AE Rainha Santa Isabel	1.º 2.º 3.º
		AE Dr. Correia Mateus	1.º 2.º 3.º
	Marinha Grande	AE Marinha Grande Nascente	3.º Sec
Pombal	AE de Pombal	2.º 3.º	
UEE	Ansião	AE de Ansião	1.º 2.º 3.º Sec
	Batalha	AE de Batalha	1.º
	Figueiró dos Vinhos	AE de Figueiró dos Vinho	2.º Sec
	Leiria	AE de Colmeias, Leiria	1.º 2.º 3.º
		AE de Marrazes	1.º 2.º 3.º
		AE Domingos Sequeira	1.º 2.º 3.º Sec
		AE Henrique Sommer	1.º
	Marinha Grande	AE Marinha Grande Poente	1.º 2.º 3.º
Pombal	AE Gualdim Pais	1.º 2.º 3.º	
Porto e Mós	AE de Porto de Mós	1.º 3.º Sec	
EREAC	Leiria	AE Domingos Sequeira	-
IPI	Castanheira de Pêra	AE Dr. Bissaya Barreto,	-
	Leiria	AE Domingos Sequeira	-
	Batalha	AE de Batalha	-
	Marinha Grande	AE Marinha Grande Poente	-
	Pombal	AE de Pombal	-
CRTIC	Pombal	AE Gualdim Pais, Pombal	-

Fonte dos dados: DGEstE; DGEEC

6. Escolarização e qualificação

6.1. Taxa de analfabetismo

Esta taxa é obtida através da relação percentual da população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever e a população residente com 10 e mais anos.

A Tabela seguinte apresenta a taxa de analfabetismo na região Centro, na Região de Leiria em cada um dos seus concelhos nos anos 1991, 2001, 2011.

Tabela 1 - Taxa de analfabetismo, Centro e Região de Leiria (Censos 1991, 2001, 2011)

Taxa de analfabetismo, Centro e Região de Leiria (Censos 1991, 2001, 2011)			
<i>Contexto</i> <i>Período</i>	<i>2011</i>	<i>2001</i>	<i>1991</i>
Centro (100)	6,4	10,9	14,0
Região de Leiria	6,5	x	x
Alvaiázere	10,8	17,1	21,5
Ansião	8,5	14,4	17,5
Batalha	5,4	9,9	13,8
Castanheira de Pêra	9,0	13,1	14,4
Figueiró dos Vinhos	9,2	14,6	18,8
Leiria	4,6	7,9	10,3
Marinha Grande	4,8	8,1	9,3
Pedrógão Grande	12,3	19,9	24,4
Pombal	10,3	16,2	21,5
Porto de Mós	5,7	9,8	12,8

Observa-se que, em 20 anos, a redução da taxa de analfabetismo na região Centro foi aprox. de 7,5 pp. Em alguns concelhos da Região de Leiria, com pontos de partida claramente acima da média do Centro, essa redução foi superior tendo ultrapassado os 12 pp. Esta redução contribuiu para diminuir as acentuadas distâncias face aos valores da região Centro, ainda presentes no território da CIM RL, havendo ainda espaço para melhorias, especialmente nos concelhos a norte.

Fonte: <http://datacentro.ccdrc.pt>

6. Escolarização e qualificação

Em 2011, a CIM RL (6,5%) apresentava um posicionamento ligeiramente desfavorável face à média da região Centro (6,4%) e com espaço de melhoria. No panorama da Região de Leiria, importa referir a dicotomia entre os contextos norte e sul, sendo que merecem destaque os concelhos mais a norte com taxas claramente superiores às dos restantes municípios e à região Centro (6,4%).

Taxa de analfabetismo na Região de Leiria, 2011.

6.2. Taxa de pré-escolarização

Refere-se às crianças entre os 3 e os 5 anos matriculadas no ensino pré-escolar (nível que antecede o 1º CEB). É um dos objetivos estratégicos para preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento” incluída na prioridade estratégia “Educação e Formação”.

O Quadro seguinte apresenta a taxa bruta de pré-escolarização na CIM RL e Centro, 2013/2014.

Quadro 18 - Taxa bruta de pré-escolarização CIM RL e Centro, 2013 / 2014

Taxa bruta de pré-escolarização	
2013/2014	
Centro (100)	96,2
Região de Leiria	95,0

Fonte: <http://datacentro.ccdrc.pt>

Em 2013/2014 a taxa bruta de pré-escolarização na CIM RL (95,2%) era ligeiramente inferior à registada na região Centro (96,2%).

Taxa bruta de pré-escolarização na CIM RL e Centro, 2013/2014.

Na tabela seguinte, é possível observar a Taxa real de pré-escolarização nos concelhos da Região de Leiria, na última década. Entre outros aspetos, esta informação permite ter uma maior perceção das crianças que frequentam estabelecimentos da educação pré-escolar e potencialmente abrangidas por futuras ações ou medidas de prevenção.

6. Escolarização e qualificação

Tabela 2 - Taxa real de pré-escolarização nos concelhos da Região de Leiria, 2005-2015

	Região Leiria	Alvaiázere	Ansião	Batalha	Castanheira de Pêra	Figueiró dos Vinhos	Leiria	Marinha Grande	Pedrogão Grande	Pombal	Porto de Mós
05/06	84,5	80,9	100	92,9	89,9	92,3	82,2	80,8	77,1	82,0	91,1
06/07	88,5	82,7	100	100	86,1	99,4	87,4	79,5	93,3	80,1	95,6
07/08	87,5	89,8	100	100	88,7	100	82,1	79,3	95,3	87,2	99,7
08/09	90,8	98,6	100	100	100	100	86,5	81,6	96,8	89,8	96,7
09/10	88,4	93,2	100	100	98,4	100	82,1	83,6	100	91,2	98,9
10/11	89,9	91,6	100	100	100	100	87,1	83,7	100	90,6	95,9
11/12	93,7	97,9	100	95,5	100	100	89,9	83,3	100	99,0	100
12/13	93,7	100	100	87,8	100	100	88,6	81,9	91,3	99,0	100
13/14	92,0	99,2	100	90,1	100	100	91,9	81,3	97,3	98,9	96,8
14/15	94,0	93,9	100	95,7	96,4	100	90,9	86,5	100	100	98,7

Fonte: DGEEC; DSEE; DEEBS (2016)

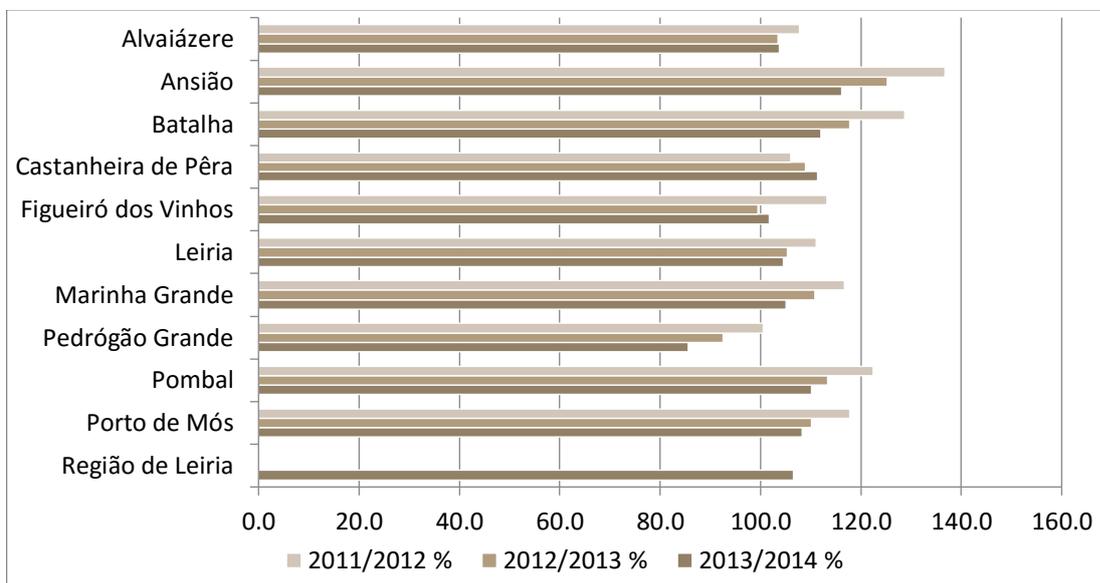
6. Escolarização e qualificação

6.3. Taxa Bruta de Escolarização

Como referido, a Taxa Bruta de Escolarização refere-se à relação percentual entre o número total de indivíduos matriculados num determinado ciclo de ensino e o número total de indivíduos em idade normal de frequência nesse ciclo.

Observando a Figura 10, as Taxas Brutas de Escolarização do ensino básico nos vários municípios da Região de Leiria revelam, ao longo do período aqui considerado referente aos anos letivos 2011/ 2012 a 2013/2014, valores próximos dos 100 pp na região e na globalidade dos seus municípios. Ao longo do período e em termos regionais, regista-se um decréscimo dos seus valores próximo dos 10 pp. Os concelhos de Ansião e Pedrógão Grande são aqueles onde se verifica um comportamento diferente dos restantes dado apresentarem respetivamente e em termos globais, uma maior e uma menor expressão desta taxa.

Figura 10 - Taxa bruta de escolarização do ensino básico nos concelhos da Região de Leiria

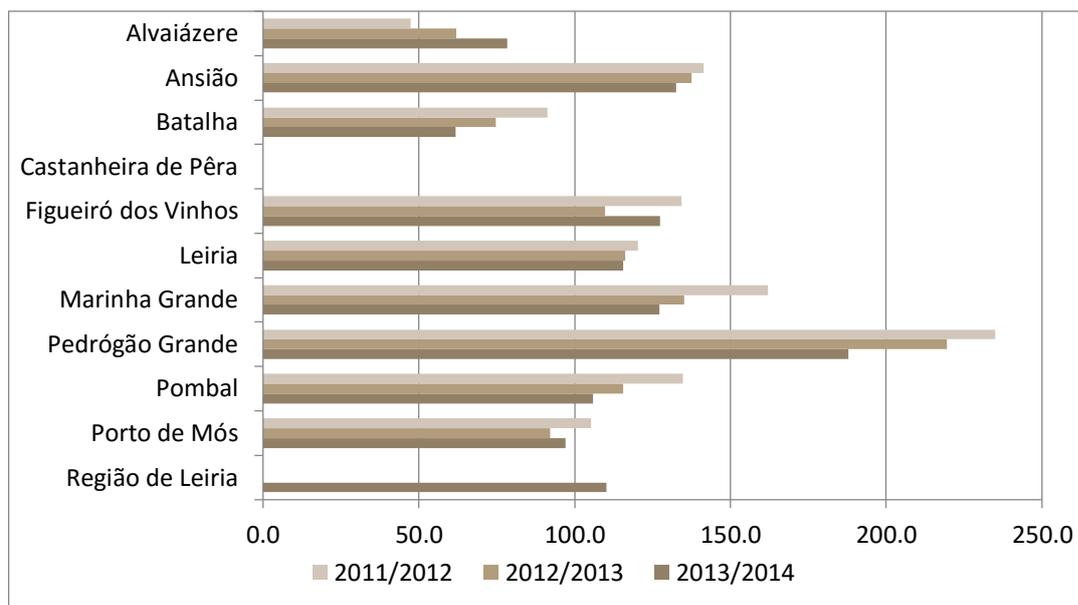


Fonte: <http://datacentro.ccdrc.pt>

6. Escolarização e qualificação

Observando a Figura 11 seguinte, percebemos que, na Região de Leiria, quando comparadas com as do ensino básico, o comportamento regional das taxas brutas de escolarização do ensino secundário não é muito distinto do anterior, tendo, no entanto, comportamentos distintos entre alguns dos seus concelhos. Neste nível de escolaridade e considerando os dados disponíveis e os anos em análise, o município de Pedrógão Grande destaca-se significativamente apresentando uma maior relação percentual entre o número total de indivíduos matriculados no ensino secundário e o número total de indivíduos em idade normal de frequência nesse ciclo, com uma diferença, em alguns anos, de aproximadamente 70 pp. Considerando a hipótese atrás apresentada, estes valores poderão representar, em parte, um maior regresso ao sistema de educação e formação de adultos fracamente qualificados nesse concelho.

Figura 11 - Taxa bruta de escolarização do ensino secundário nos concelhos da Região de Leiria



Fonte: <http://datacentro.ccdrc.pt>

Assim, no ano letivo 2013/2014, o último ano com informação disponível, a taxa bruta de escolarização no ensino básico da CIM RL (106,6%) era ligeiramente inferior à registada na região Centro (108,5%). O mesmo acontece com a taxa de escolarização bruta no ensino secundário, com a CIM RL a registar 110,13% e a região Centro 114,2%.

6. Escolarização e qualificação

Figura 12 - Taxa bruta de escolarização no ensino básico CIM RL e Centro, 2013/2014

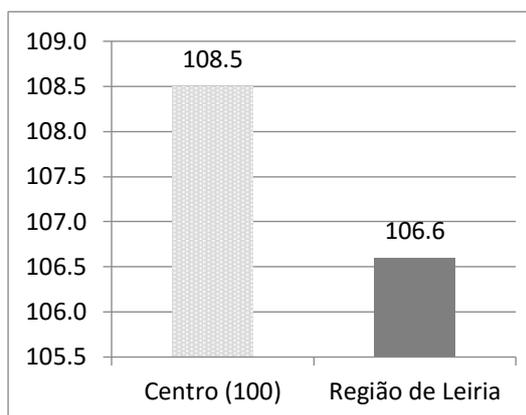
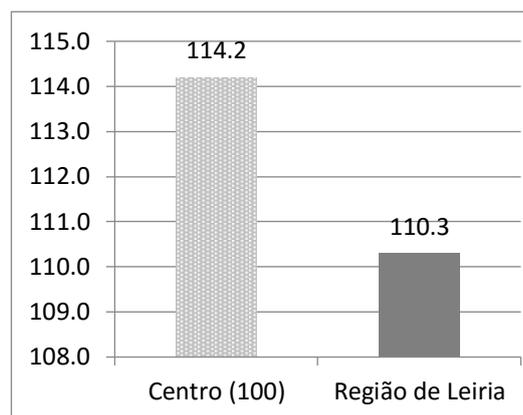


Figura 13 - Taxa bruta de escolarização no secundário CIM RL e Centro, 2013/2014



Fonte: <http://datacentro.ccdrc.pt>

No ano letivo 2013/2014, a taxa bruta de escolarização no ensino básico da CIM RL (106,6%) era ligeiramente inferior à registada na região Centro (108,5%). O mesmo acontece com a taxa de escolarização bruta no ensino secundário, com a CIM RL a registar 110,13% e a região Centro 114,2%.

Taxa bruta de escolarização na CIM RL e Centro, 2013/2014.

6.4. Taxa Real de escolarização

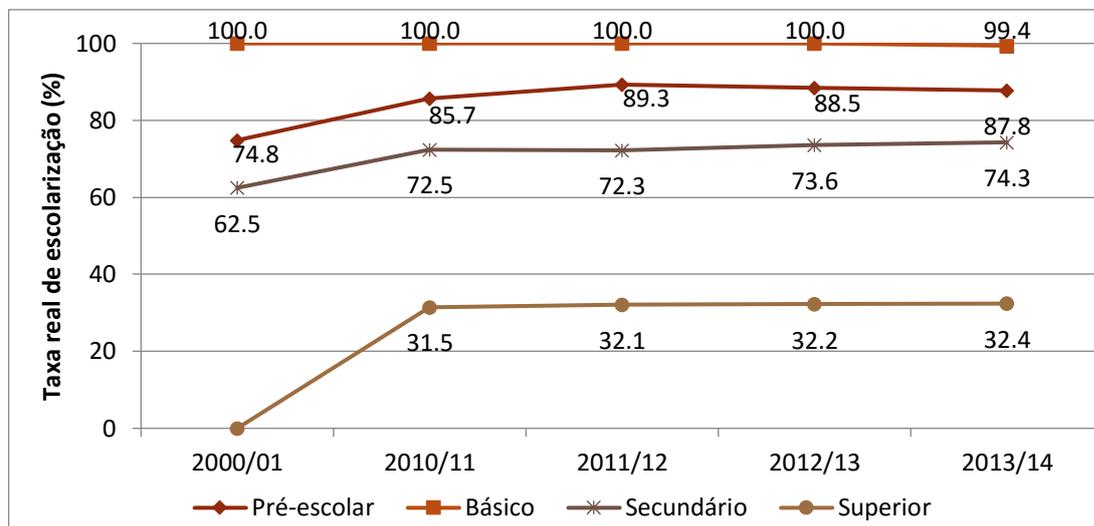
As taxas reais de escolarização dão-nos a proporção de jovens que participam no sistema escolar dentro do coorte geracional em que é esperada essa participação (Mauritti *et al.*, 2015, p.10).

A Figura 14 mostra a taxa real de escolarização, por nível de educação e ensino, em Portugal. A observação dos dados mostra que, em termos nacionais, apesar da forte

6. Escolarização e qualificação

evolução, no último ano no qual existem dados disponíveis, nem todos os jovens dentro do coorte geracional em que é esperada a sua participação, participavam no sistema escolar. Tal como referem (Mauritti et. al, 2015, p. 10), “*não atingimos ainda sequer 100% de escolarização real no ensino básico (3º ciclo), e é particularmente preocupante observar que esta taxa está a decair; no secundário temos ¾ dos jovens neste nível de escolaridade e no superior apenas cerca de ¼.*”

Figura 14 - Taxa real de escolarização, por nível de educação e ensino, em Portugal (2000/01 a 2013/14)



Fonte: DGEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015

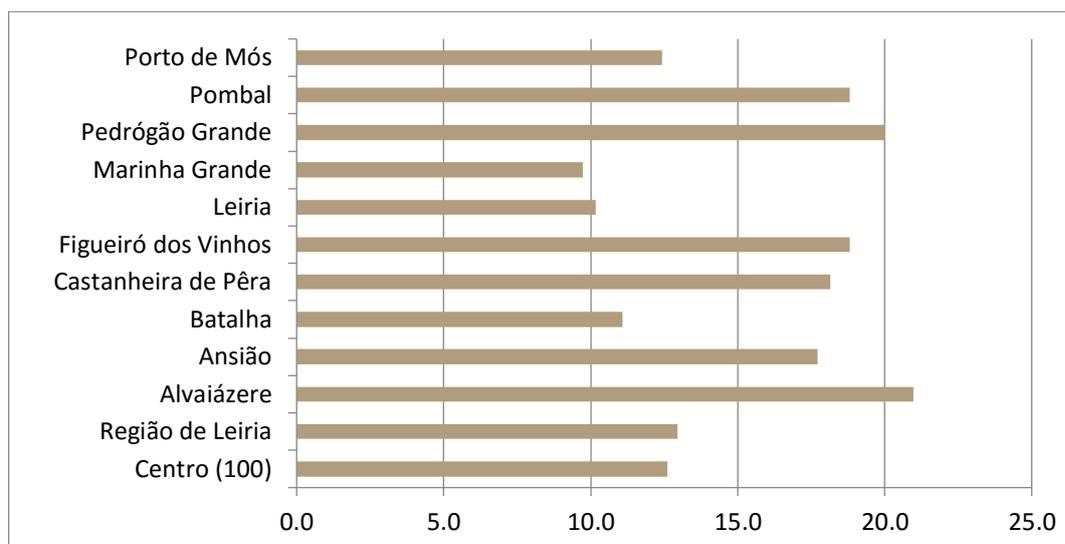
A observação dos dados referentes à **população residente na Região de Leiria com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo** contribui para a compreensão da estrutura e distribuição da população desta região proporcionada pela qualificação. Apesar de, em termos nacionais, esta proporção ter vindo a evoluir no sentido do decréscimo da proporção das pessoas sem qualquer grau de ensino completo, verificam-se algumas assimetrias, nomeadamente entre regiões e municípios.

No que respeita à Região de Leiria pode observar-se na Figura 15 que a proporção da população desta região com mais de 15 anos sem qualquer grau de ensino completo se

6. Escolarização e qualificação

situa nos 13pp, quatro décimas acima do valor apresentado no global da região Centro (NUTII).

Figura 15 - Proporção da população da Região de Leiria com 15 ou mais anos sem qualquer grau de ensino completo (Censos, 2011)



Fonte: <http://datacentro.ccdrc.pt>

É também possível observar-se na figura anterior que, entre alguns dos seus concelhos, se verifica uma diferença de mais de dez pontos percentuais tendo em conta a proporção da população aí residente sem qualquer grau de ensino completo. Apesar da população residente na Região de Leiria ter registado um saldo populacional de 6002 (informação sobre a população residente intercensitária 2001-2011 extraída de <http://datacentro.ccdrc.pt>), esta diferença na proporção da população desta região com mais de 15 anos sem qualquer grau de ensino completo pode ser interpretada, em parte, à luz do efeito da quebra demográfica registada em vários concelhos da Região de Leiria (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande e Pombal) e pelo processo de duplo envelhecimento demográfico traduzido no decréscimo do peso dos jovens e no crescimento do peso dos idosos no conjunto da população residente resente no Quadro seguinte (recorde-se que o índice de envelhecimento da população portuguesa continua a aumentar, traduzindo-se em 2011 em 128 idosos para cada 100 jovens).

6. Escolarização e qualificação

Quadro 19 – Índice de envelhecimento na Região de Leiria e Centro, 2011, 2014

	2011		2014	
	Região de Leiria (NUTS III)	Centro (NUTS II)	Região de Leiria (NUTS III)	Centro (NUTS II)
População residente	294 477	2 323 906	290 259	2 272 578
Índice de envelhecimento	136,6	158,2	152,9	173,6
Jovens (%) menos de 15 anos	14,6	13,8	13,8	13,1
População em idade activa (%)	65,4	64,4	65,1	64,0

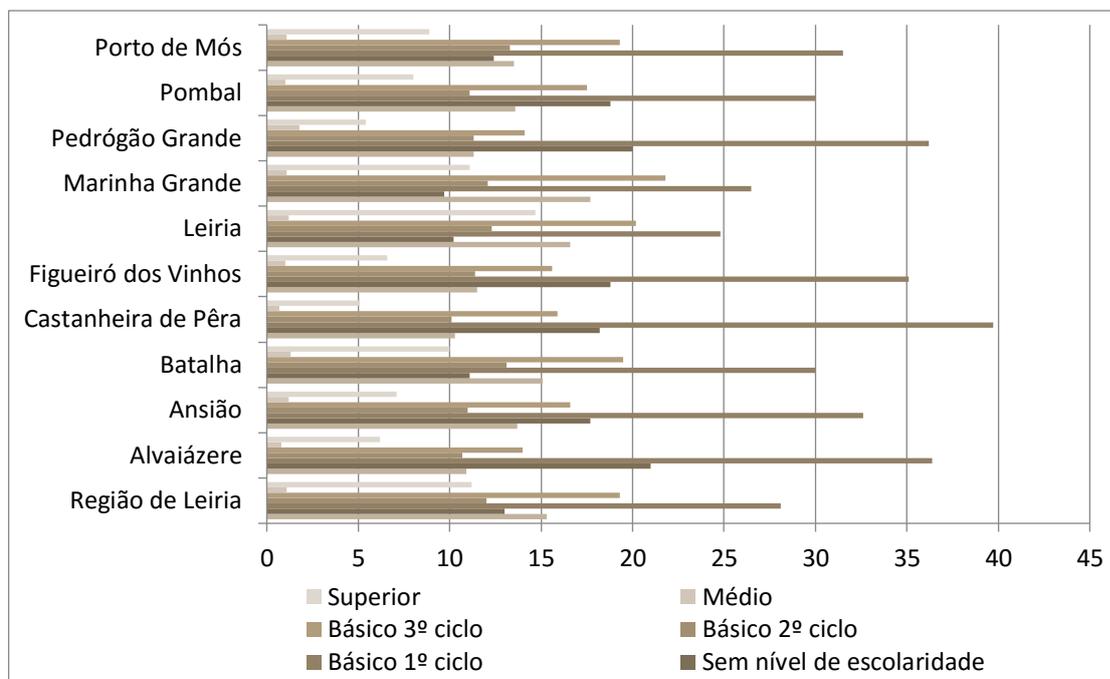
Fonte: PORDATA

Por outro lado, pode revelar-se importante o efeito do reforço dos níveis intermédios de urbanização em alguns destes concelhos (Justino *et al.*, 2015), ou de fatores e lógicas demográficas e configurações mais urbanas e periurbanas, nomeadamente mais próximas da capital de distrito e que integram a Região de Leiria (NUT III) nos quais, globalmente os valores são claramente mais favoráveis a uma maior escolaridade média dos seus residentes. De acordo com o CNE, no relatório Estado da Educação 2013, “os movimentos de urbanização que levaram à reconfiguração de alguns concelhos” e a uma maior concentração populacional em torno de certas capitais de distrito, com a consequente modificação da composição social, “justificam o aumento da escolaridade média registada em muitos concelhos.” (p. 24).

A Figura 16 apresenta a **população residente na Região de Leiria com 15 e mais anos, por nível de escolaridade completo mais elevado**, segundo os Censos, 2011 que, independentemente de, no momento de observação estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres [metainformação – INE].

6. Escolarização e qualificação

Figura 16 - População residente na Região de Leiria com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos, 2011 (%)



Fonte: PORDATA

Fonte de dados: INE

Não esquecendo a situação de partida em termos nacionais, na qual havia em 2011, perto de três milhões e meio de pessoas sem nenhum diploma ou apenas com o 1.º CEB, percebemos que a região Centro é uma das que possui maior percentagem de indivíduos sem qualquer nível de escolaridade completo e com o 1.º CEB como qualificação máxima (CNE, Estado da Educação, 2012, p. 36). Na Região de Leiria, estes dois grupos são também os mais representados com 41,1 pp, dos quais cerca de 43% são mulheres.

Na Região de Leiria a proporção da população com mais de 15 anos sem qualquer grau de ensino completo situa-se nos 13pp, quatro décimas acima do valor apresentado no global da região Centro (NUTII).

Proporção da população com mais de 15 anos sem qualquer grau de ensino completo na CIM RL e Centro, Censos, 2011.

6. Escolarização e qualificação

Observando estes dados por concelho, verifica-se que, segundo os Censos 2011, alguns concelhos da Região de Leiria ainda têm mais de 50 pp da sua população com qualificações muito baixas, designadamente iguais ou inferiores ao 1.º CEB, destacando-se neste conjunto os municípios de Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande e Pombal.

Na Região de Leiria, tal como na região Centro, a percentagem de indivíduos sem qualquer nível de escolaridade completo e com o 1.º CEB como qualificação máxima são os mais representados com 41,1 pp, dos quais cerca de 43% são mulheres.

Na Região de Leiria, a seguir ao grupo dos que detêm no máximo o 1.º CEB, as qualificações correspondentes aos detentores do 3.º CEB, anterior escolaridade obrigatória, constituem o grupo com maior representação com 19,3 pp em termos regionais e oscilando entre os 14 e os 21,8 pp entre concelhos.

O grupo dos diplomados com o Ensino Superior representa 11,2 pp em termos regionais e é aquele que regista menor expressão entre os concelhos onde as qualificações globais da população são mais baixas (não considerando a qualificações de nível médio). Na Região de Leiria destacam-se positivamente neste grupo Leiria, Marinha Grande e Batalha.

6. Escolarização e qualificação

Observando o número de habitantes com escolaridade superior ao 3.º CEB na região Centro (39%) e em Portugal continental (43%) em 2011, na Região de Leiria, estes valores registam 27,6% da população a qual 11,2% com formação superior. Esta disparidade é mais evidente em alguns concelhos da Região de Leiria, designadamente em Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos nos quais menos de 20% da população detinha, em 2011, escolaridade superior ao 9º ano.

Habitantes com escolaridade superior ao 3.º CEB na CIM RL e Centro, Censos, 2011.

Observando a figura anterior é também possível constatar a desigual distribuição do capital humano na região proporcionado pela escolarização e que, com exceção de Pombal e Porto de Mós, a relação entre o grupo destes diplomados com o Ensino Superior e o grupo das qualificações mais baixas apresenta-se como inversamente proporcional na maioria dos concelhos. Neste sentido, é possível observar que, apesar do aumento da escolarização média registado nas últimas séries censitárias, prevalece ainda, na Região de Leiria, uma desigual distribuição entre a população e pelos diferentes escalões etários com as novas gerações a apresentarem níveis de escolarização média mais elevados.

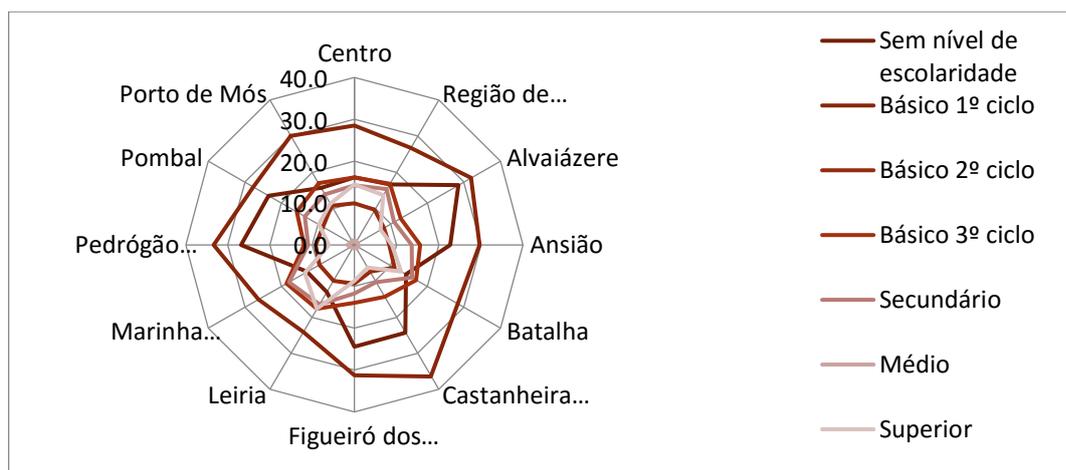
Constata-se uma desigual distribuição do capital humano na região proporcionado pela escolarização. Apesar do aumento da escolarização média registado nas últimas séries censitárias, prevalece ainda, na Região de Leiria, uma desigual distribuição entre a população e pelos diferentes escalões etários com as novas gerações a apresentarem níveis de escolarização média mais elevados.

6. Escolarização e qualificação

A literatura identifica a escolarização dos pais, com especial atenção à escolarização feminina como umas das variáveis que poderão influenciar o fenómeno do abandono, designadamente o abandono escolar precoce [18-24 anos].

A Figura 17 mostra a população residente na Região de Leiria do sexo feminino com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos, 2011. No que se refere à percentagem da população residente do sexo feminino sem nível de escolaridade o cenário acompanha, de modo geral, o anteriormente traçado, no qual, de entre os vários contextos territoriais, sobressaem, com percentagens acima das da Região Centro e da Região de Leiria (aprox. 16 pp), Alvaiázere (28,5%), Pedrógão Grande (26,9%), Figueiró dos Vinho (24,4%), Castanheira de Pêra (24,3%) e Pombal (23,5%). No que respeita à percentagem da população residente do sexo feminino com ensino superior, os valores da Região de Leiria (13,7%) situa-se ligeiramente abaixo dos da Região Centro (14,4%), para os quais contribuem de forma de forma mais destacada Leiria (17,7%), Marinha Grande (13,6%) e Batalha (12,8%).

Figura 17 - População residente na Região de Leiria do sexo feminino com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos 2011 (%)



Fonte: PORDATA

Fonte de dados: INE

6. Escolarização e qualificação

A percentagem da população residente do sexo feminino sem nível de escolaridade o cenário acompanha, de modo geral, o anteriormente traçado, no qual, de entre os vários contextos territoriais, sobressaem, com percentagens acima das da Região Centro e da Região de Leiria (aprox. 16pp), Alvaiázere (28,5%), Pedrógão Grande (26,9%), Figueiró dos Vinho (24,4%), Castanheira de Pêra (24,3%) e Pombal (23,5%).

A percentagem da população residente do sexo feminino com ensino superior na Região de Leiria (13,7%) situa-se ligeiramente abaixo dos da Região Centro (14,4%), para os quais contribuem de forma de forma mais destacada Leiria (17,7%), Marinha Grande (13,6%) e Batalha (12,8%).

6.5. Escolarização média

Numa outra perspetiva, a informação sobre os valores de escolarização média da população permitem uma maior aproximação às várias realidades educativas. Por escolarização, entende-se o número médio de anos de frequência escolar da população que já não está a frequentar qualquer estabelecimento de ensino, residente num determinado concelho. É calculada através da média ponderada, obtida pelo produto do número de indivíduos pelo número médio de anos de cada um dos ciclos (ponderadores), a dividir pelo total de indivíduos que já não se encontram a frequentar qualquer estabelecimento de ensino. [Metadata Atlas da Educação].

Como caracterizado por Justino *et al.* (2014, p. 10):

“em vinte anos a escolarização média da população portuguesa passou de 4,6 para 7,4 anos, crescendo a um ritmo constante de 1,4 anos por decénio. Este crescimento foi mais rápido entre a população masculina durante a década de 90 e mais acentuado na população feminina na década intercensitária seguinte”.

Na Tabela 3 apresentam-se os resultados dos indicadores referentes às taxas de escolarização por concelho e por grupos etários na Região de Leiria, com base nos dados dos três últimos períodos censitários: 1991, 2001, 2011.

6. Escolarização e qualificação

Tabela 3 - População residente na Região de Leiria do sexo feminino com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos 2011 (%)

Indicadores / Concelhos	Alvaiázere	Ansião	Batalha	Castanheira de Pêra	Figueiró dos Vinhos	Leiria	Marinha Grande	Pedrógão Grande	Pombal	Porto de Mós
Taxa média de escolarização da população - 1991	3	3,38	3,75	3,51	3,38	4,56	4,75	2,92	3,22	3,93
Taxa média de escolarização 25-64 anos - 1991	3,74	3,94	4,25	4,17	4,03	5,22	5,28	3,7	3,68	4,52
Taxa média de escolarização 25-44 anos - 1991	5,21	5,25	5,41	5,22	5,34	6,4	6,48	5,5	5,25	5,75
Taxa média de escolarização da população - 2001	4,16	4,45	5,12	4,38	4,52	6,05	6,21	4,13	4,57	5,24
Taxa média de escolarização 25-64 anos - 2001	5,37	5,49	6,09	5,27	5,55	7,1	7,23	5,54	5,61	6,25
Taxa média de escolarização 25-44 anos - 2001	6,77	7,03	7,52	6,48	6,96	8,41	8,75	7,06	7,16	7,54
Taxa média de escolarização da população - 2011	5,53	6,13	6,87	5,66	5,88	7,64	7,46	5,64	6,1	6,68
Taxa média de escolarização 25-64 anos - 2011	7,31	7,85	8,37	7,14	7,43	9,1	8,95	7,55	7,83	8,15
Taxa média de escolarização 25-44 anos - 2011	9,23	10,05	10,43	9,1	9,45	10,94	10,74	9,32	9,92	9,9

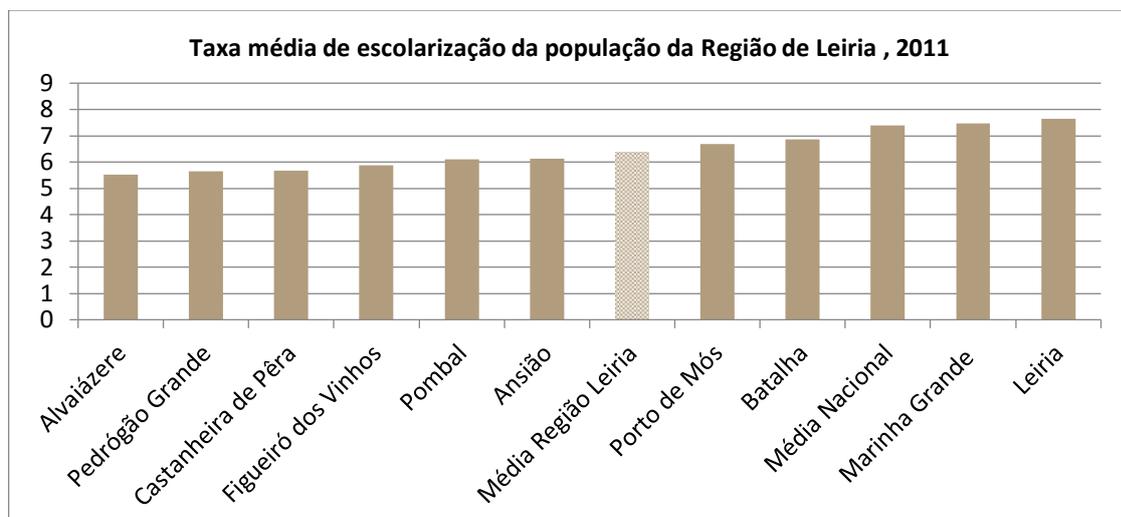
Fonte dos dados: INE, *Censos da População*

Fonte: Atlas da Educação - Metadata

6. Escolarização e qualificação

Para além da notória evolução dos últimos 20 anos nas taxas de escolarização média geral em cada um dos concelhos da Região de Leiria, comparando, em termos relativos, estas taxas entre concelhos e entre estes e as médias regional e nacional, percebemos, tal como se pode observar na Figura 18, a prevalência de diferentes posicionamentos.

Figura 18 - Taxa média de escolarização da população da Região de Leiria, 2011



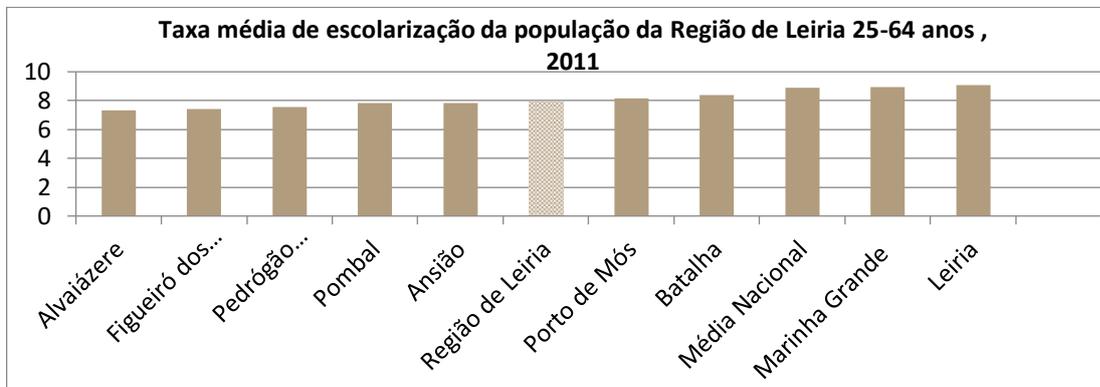
Fonte dos dados: INE, *Censos da População*

Fonte: Atlas da educação - Metadata

Na Figura 19 (seguinte), podemos observar o posicionamento relativo dos concelhos da Região de Leiria no que respeita aos valores da escolarização da população em 2011, face às médias regional e nacional, excluindo a população mais jovem e a população idosa, ou seja, incluindo a população residente em cada concelho com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos.

6. Escolarização e qualificação

Figura 19 - Taxa média de escolarização da população da Região de Leiria 25-64, 2011

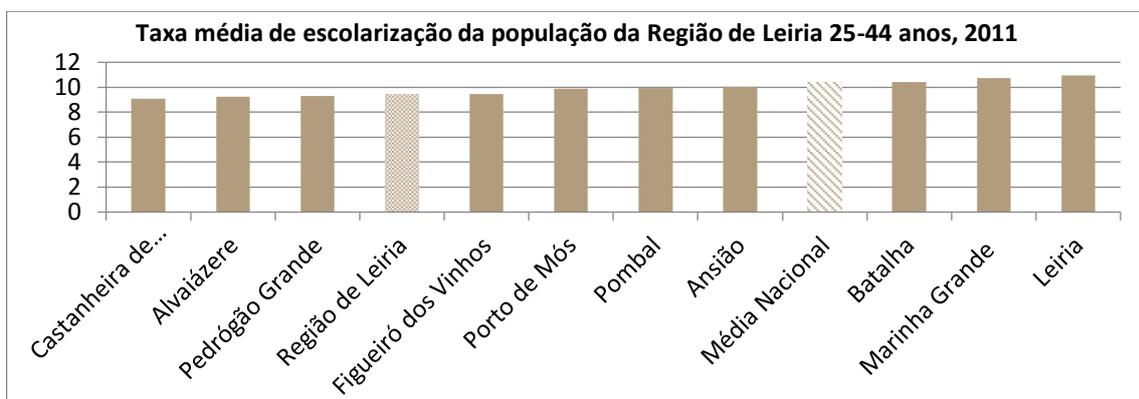


Fonte dos dados: INE, *Censos da População*

Fonte: Atlas da Educação - Metadata

A Figura 20 (seguinte) apresenta os dados para a população da Região de Leiria com idades compreendidas entre os 25 - 44 anos, apelidada de «geração dos pais». Em 2011, em termos nacionais, a escolarização média desta população situava-se nos 10,4 anos, com um particular destaque para a população feminina que superava a masculina (10,9 versus 9,9).

Figura 20 - Taxa média de escolarização da população da Região de Leiria 25-44, 2011



Fonte dos dados: INE, *Censos da População*

Fonte: Atlas da educação - Metadata

Os resultados da medição, em cada concelho, do modo como a escolarização se distribui pelos diferentes estratos da população, permitem melhor perceber alguns mecanismos de reprodução de desigualdades na medida em que podem constituir uma razoável aproximação às desigualdades sociais. Como é explicado no Atlas da Educação (Justino *et al.*, 2014), “a coexistência entre estratos altamente escolarizados e estratos escassamente escolarizados (...) pode ajudar a compreender certos mecanismos de reprodução dessas desigualdades, nomeadamente a capacidade de gerar expectativas de escolarização mais ou menos elevadas” (p. 19).

Sugere-se que o posicionamento relativo de cada um dos concelhos face à escolarização média, por estratos etários, se identifique, por um lado, com o peso das classes médias escolarizadas nos concelhos mais urbanizados e, por outro, com a coexistência de estratos populacionais mais envelhecidos, com níveis de escolarização mais reduzidos, com estratos superiores mais escolarizados.

6.6. Competências das crianças e jovens

Como observámos, o diagnóstico da escolarização é um aspeto importante na problemática da educação, nomeadamente no que respeita a informação sobre a frequência ou não frequência na escola e o nível de ensino concluído e na sua relação com questões de inclusão/exclusão no processo escolar. No entanto, nesta perspetiva, incide-se essencialmente sobre a noção de escolarização enquanto resultado, ou seja, esta abordagem não permite concluir que o indivíduo ficou escolarizado e que “adquiriu um conjunto de conhecimentos e de competências susceptíveis de o capacitar para satisfazer os requisitos elementares do saber escolar”. (Justino *et al.*, 2014, p. 9).

No sentido de obter valores de referência sobre o desempenho dos alunos, Portugal tem introduzido novas formas de avaliação nacionais e *estandardizadas*, as intituladas Provas de Aferição e Provas Finais. No último ano letivo, 2015/2016, as Provas de Aferição foram de realização facultativa, ficando a decisão ao critério de cada escola. Os Agrupamentos que aderiram a estas provas poderiam aplicá-las nos 2º, 5º e 8º anos de escolaridade nas áreas e português (compreensão do oral, leitura, gramática e escrita), matemática

6. Escolarização e qualificação

(números e operações, geometria e medida, organização e tratamento de dados – 2º ano; a que se adiciona álgebra, no 6º ano e funções, sequência e sucessões no 8º ano) e, no caso do 2º ano, também, pela primeira vez, ao nível do estudo do meio (à descoberta de si mesmo, à descoberta dos outros e das instituições, à descoberta do ambiente natural, à descoberta das inter-relações entre espaços e à descoberta dos materiais e objetos).

Estas provas foram avaliadas em função de quatro categorias: Conseguiram responder de acordo com o esperado ou fizeram-no com falhas pontuais; Revelaram dificuldade na resposta; Não conseguiram responder de acordo com o esperado e Não responderam.

Segundo os dados do Instituto de Avaliação Educativa (IAVE), na área do português, os alunos começam (2º ano) por apresentar mais dificuldades na Compreensão Oral, em que menos de metade conseguiu responder de acordo com o esperado (42,9%). Esta tendência não se mantém no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, sendo nestes níveis a gramática que apresenta piores resultados, seguida da leitura. Na gramática apenas 30,9% dos alunos do 5º e 16,9% do 8º ano conseguiram responder sem dificuldade; já ao nível da leitura os valores associados a respostas de acordo com o que era expectável para o seu nível de escolaridade também são consideravelmente inferiores no 8º ano (22,8%) relativamente ao que acontece no 5º ano (30,9%).

Os resultados das provas do 2º ano na área da matemática não parecem revelar grandes dificuldades nos alunos, já que os três domínios apresentam respostas de acordo com o esperado acima da média: 'Organização e Tratamento dos Dados' com uma percentagem de 83,5% e 'Números e Operações' e 'Geometria e Medida' com valores em torno dos 55%. Apesar deste cenário positivo no 1º CEB, a tendência verificada ao nível do português de redução dos valores nos anos de escolaridade posteriores mantém-se também na matemática. No 2º ano Geometria e Medida, Álgebra e Organização e Tratamento dos dados não atingiram percentagens superiores a 21,4% e Números e Operações com 12,1% de respostas que revelam que os alunos conseguiram alcançar os objetivos.

No 8º ano, com exceção dos resultados no domínio da Organização e Tratamento dos dados (43,5% associado à categoria 'Conseguiram'), os restantes quatro domínios evidenciam, para a mesma categoria, valores que variam entre 8,7% (Geometria e Medida) e os 23,1% (Funções, Sequências e Sucessões).

6. Escolarização e qualificação

Relativamente ao Estudo do Meio, avaliado apenas no 2º ano de escolaridade, “No domínio À descoberta das inter-relações entre espaços, a percentagem de alunos com respostas enquadradas na categoria «Conseguiram» atinge 89,3%. Os domínios À descoberta dos outros e das instituições, À descoberta do ambiente natural e À descoberta dos materiais e objetos apresentam percentagens de respostas enquadradas na mesma categoria que não ultrapassam os 25,3%.” (IAVE, 2016, p. 2).

As provas finais de matemática, português e português língua não materna foram realizadas no 9º ano e os habituais exames nacionais em várias disciplinas do 12º ano.

No 3º CEB, segundo a Direção-Geral da Educação (2016a e 2016b), os resultados das provas de português revelam percentagens de reprovação inferiores à matemática, apresentando a primeira área 8% de reprovações na 1ª fase, num total de 90545 provas realizadas e 52% na 2ª fase em que foram efetuadas 4854 provas. Na área da matemática o número de provas realizadas e a discrepância de reprovações quando comparados os resultados da 1ª e 2ª fases é semelhante. Na 1ª fase 90817 alunos realizaram a prova, dos quais 34% reprovaram. Este valor subiu para os 64% na 2ª fase em que foram realizadas 4289 provas.

No que diz respeito ao Português Língua Não Materna (PLNM) foram efetuadas provas relativas ao nível A2 e B1 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECL). No nível elementar estiveram presentes 151 alunos, dos quais 133 na 1ª fase, incluindo 6% de reprovações, e 18 na 2ª fase com 100% de taxa de sucesso. Dos 238 alunos que realizaram a prova de nível superior (B1) 95% relevaram-se independentes.

No final do ensino secundário dos 22 exames levados a cabo, e em relação aos alunos internos, o que demonstrou maior percentagem de reprovações na 1ª fase foi o de matemática (15%), seguido da área da Geometria Descritiva (14%) ex-aequo com História A (DGE, 2016c). Na 2ª fase a percentagem de reprovações é francamente superior, chegando mesmo, nalguns casos, a ultrapassar um quarto do número de provas realizadas – francês (30%); matemática aplicada às ciências sociais (29%), história da cultura e das artes (29%) e história A (28%) (DGE, 2016d). Ressaltam destes valores dois dados relevantes: a inclusão da disciplina de história no grupo de disciplinas em que os alunos se defrontam com maiores dificuldades e o facto do português não ser uma área com resultados de reprovações significativamente relevantes face às outras áreas do currículo.

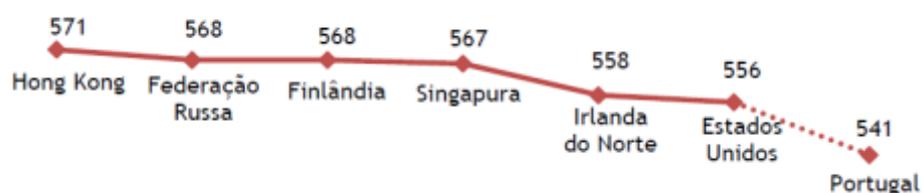
6. Escolarização e qualificação

Para além das provas nacionais, Portugal tem aderido a algumas provas internacionais que contemplam várias áreas e diversos níveis de ensino. Uma dessas provas é o PIRLS (Progress in International Reading Literacy Study), da responsabilidade da Internacional Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA), a que Portugal se associou em 2011.

O PIRLS iniciou-se em 2001, acontecendo de cinco em cinco anos, testando, em mais de 60 países, as competências de leitura dos alunos do 4.º ano de escolaridade (com, pelo menos, 9 anos e meio), assim como as suas atitudes e hábitos (Mullis & Martin, 2016). O último teste foi realizado no presente ano (2016), tendo incluído ainda duas provas mais recentes, o PIRLS Literacy e o ePIRLS, cujo resultados só serão tornados públicos em dezembro de 2017.

Os dados disponíveis dizem respeito ao ano de 2011 que contou com a participação de cerca de 4000 alunos portugueses tendo o país obtido 541 pontos (numa escala de 0 a 1000 pontos), posicionando-se nos 19 países com melhor desempenho em leitura para o 4.º ano, num total de 48 países. Na Figura 21 é possível perceber a posição de Portugal face aos países com melhor desempenho:

Figura 21 - Pontuação dos países com melhor desempenho e de Portugal na área da leitura (ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos, 2012a, p. 2)



É ainda de realçar que “Os alunos Portugueses do 4.º ano tiveram desempenho acima da média global nacional (541 pontos) quando a finalidade de leitura era informativa (544) e abaixo dessa média quando a finalidade era literária (538), sendo estas diferenças estatisticamente significativas” (Ferreira, 2012, p. 10).

6. Escolarização e qualificação

A leitura, no teste PIRLS, é avaliada em quatro níveis de desempenho (*international benchmark*), o nível avançado, cujo objetivo é o de integrar ideias e informação de vários textos para apresentar argumentos e explicações; o nível elevado, que implica realizar inferências e interpretações baseadas no texto; o nível intermédio que considera a necessidade de fazer inferências diretas ou simples e o nível baixo que assume apenas como objetivo a localização e recolha de informação explicitamente apresentada no texto (Mullis, Martin, Foy & Drucker, 2012). Considerando estes níveis de desempenho, Portugal, face aos países com melhor desempenho global, apresentou os seguintes resultados:

Tabela 4 - Níveis de desempenho 4.º ano (*international benchmark*) – países com melhor desempenho e Portugal (Ferreira, 2012, p. 8).

	Portugal	Hong Kong	Fed. Russa	Finlândia	Singapura	Irlanda do Norte	Inglaterra	Estados Unidos	
Avançado	9%	18%	19%	18%	24%	19%	18%	17%	625
Elevado	47%	67%	63%	63%	62%	58%	54%	56%	550
Intermédio	84%	93%	92%	92%	87%	87%	83%	86%	475
Baixo	98%	98%	99%	99%	97%	97%	95%	98%	400

Os resultados do PIRLS destacam, ainda, o efeito das variáveis de contexto no desempenho dos alunos, nomeadamente (Ferreira, 2012, p. 12):

“(i) o contacto precoce na infância com experiências facilitadoras da aprendizagem da leitura quer em casa quer na educação pré-escolar;

(ii) os recursos de aprendizagem disponíveis em casa, a habilitação académica e a ocupação dos pais;

6. Escolarização e qualificação

(ii) a assiduidade dos alunos, a valorização do sucesso académico, a atitude dos alunos relativamente à aprendizagem, um ambiente escolar disciplinado e seguro e um corpo docente motivado e qualificado.”

Um outro teste internacional da IEA, o Trends in International Mathematics and Science Study (TIMSS), avalia também o desempenho dos alunos do 4.º ano de escolaridade, do 8.º ano e, na última edição, também do 12.º ano (TIMSS *Advanced*) nas áreas da matemática (números, álgebra, geometria e medida e apresentação de dados, com questões que pressupõem aplicação, conhecimento e raciocínio) e das ciências (ciências da vida, ciências físicas e ciências da terra) (Mullis & Martin, 2015).

Segundo o IAVE, a última edição ocorreu em 2015 tendo participado “221 escolas/agrupamentos de escolas de todo o território nacional, tendo sido amostradas 332 turmas de 4.º ano e 4908 alunos. No TIMSS *Advanced* (12.º ano), participaram 229 escolas/agrupamentos de escolas de todo o território nacional, tendo sido amostradas 378 turmas de 12.º ano (228 turmas de Matemática A e 150 turmas de Física), 5748 alunos (4009 realizaram o teste de Matemática A e 1739 realizaram o teste de Física).

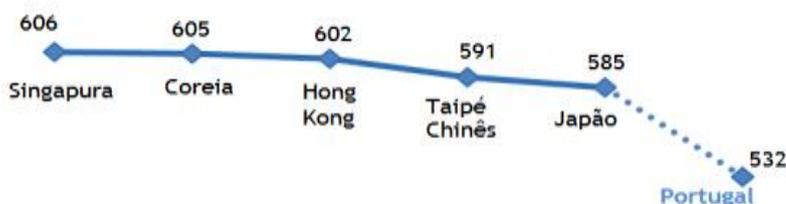
Tal como acontece com o PIRLS, também os resultados da última versão do TIMSS não se encontram ainda disponíveis, pelo que os dados aqui apresentados reportam-se ao ano de 2011. Neste ano, os alunos portugueses apenas participaram nas provas referente ao 4.º ano de escolaridade.

Portugal, na área da matemática, obteve 532 pontos, o que corresponde à 15.ª posição relativamente aos países participantes, sendo que foi obtida uma pontuação de 548 nas temáticas ‘Formas Geométricas e Medida e Apresentação de Dados, 522 em ‘Números’ (ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos, 2012b, p. 5)

A Figura 22 permite perceber a posição relativa de Portugal face aos países com melhor desempenho.

6. Escolarização e qualificação

Figura 22 - Pontuação dos países com melhor desempenho e de Portugal na área da matemática (ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos, 2012b, p. 2)



Sendo uma prova elaborada pela mesma entidade que o PIRLS (IEA) várias componentes de cruzam e se assemelham, nomeadamente os níveis de desempenho (*benchmarks*) – avançado (Aplica conhecimento e compreensão em situações relativamente complexas e explica o raciocínio), elevado (Aplica conhecimento e compreensão para resolver problemas), intermédio (Aplica conhecimentos básicos em situações de resolução imediata) e baixo (Tem alguns conhecimentos matemáticos básicos).

No que à matemática diz respeito, os cinco países com melhor posição geral (Singapura, Coreia, Hong Kong, Taipé Chinesa e Japão) são também os que têm uma distribuição mais elevada pelos dois níveis superiores de benchmarks (cf. Tabela 5).

Tabela 5 - Níveis de desempenho 4.º ano (international benchmark) – países da Ásia Oriental (top 5) e Portugal (ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos, 2012b, p. 5)

	Portugal	Singapura	Coreia	Hong Kong	Taipé Chinês	Japão	
Avançado	8%	43%	39%	37%	34%	30%	625
Elevado	40%	78%	80%	80%	74%	70%	550
Intermédio	80%	94%	97%	96%	93%	93%	475
Baixo	97%	99%	100%	99%	99%	99%	400

6. Escolarização e qualificação

Tal como acontece no caso da avaliação da leitura, também na matemática é destacado no relatório internacional da prova TIMSS o efeito das variáveis de contexto no desempenho dos alunos, nomeadamente no que diz respeito à influência do contacto precoce com a área científica e ainda em relação à assiduidade e atitude dos alunos face à sua aprendizagem e sucesso académico, associando-o ao próprio desempenho e atitude dos professores (Mullis, Martin, Foy & Arora, 2012).

Tal como anteriormente referido, o TIMSS avalia, por um lado, as competências dos alunos em matemática e, por outro, em ciências, tendo Portugal, também nesta última área, participado na prova de 2011 apenas com os alunos do 4º ano de escolaridade.

O desempenho nesta área foi de 522 pontos (Martin, Mullis, Foy & Stanco, 2012), estando nas primeiras posições países que também nas outras áreas apresentaram desempenhos acima da média, tais como Coreia (2ª posição em matemática), Singapura (1ª posição em matemática e 4ª posição em leitura); Finlândia (3ª posição em leitura); Japão (5ª posição em matemática); Federação Russa (2ª posição em leitura) e Taipé Chinês (4ª posição em matemática). Na Figura abaixo é possível constatar as diferenças de pontuação existentes entre Portugal e estes países.

Figura 23 - Pontuação dos países com melhor desempenho e de Portugal na área das ciências (ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos, 2012c, p. 2)



6. Escolarização e qualificação

Comparando os resultados gerais das três áreas das provas da Internacional Association for the Evaluation of Educational Achievement a que Portugal está associado (PIRLS - leitura; TIMSS – matemática; TIMSS – ciências) é possível constatar que, em Portugal, os alunos do 4º ano de escolaridade apresentam desempenhos bastante equilibrados nas três áreas sendo, no entanto, a leitura a área com melhores resultados (541 pontos) em detrimento da matemática (532 pontos) e das ciências (522 pontos).

Os quatro níveis de desempenho em ciências (ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos (2012c, p. 4):

- i) **Avançado** – “Aplica compreensão dos processos científicos e demonstra conhecimento sobre o método científico de investigação”;
- ii) **Elevado**- “Aplica conhecimento e compreensão para explicar fenómenos em contextos quer do quotidiano quer abstrato”;
- iii) **Intermédio** – “Tem conhecimentos e compreensão elementares sobre situações práticas de ciências.”
- iv) **Baixo** – “Tem alguns conhecimentos elementares sobre ciências da vida, físicas e da terra”

São também comparáveis com os dados anteriormente apresentados relativamente à matemática e à leitura, sendo sempre o desempenho avançado o que apresenta menor percentagem, seguindo-se o elevado, o intermédio e o baixo que, em todas as áreas, ultrapassa os 90%, tal como é possível observar na tabela 6:

Tabela 6 – Comparação dos níveis de desempenho dos alunos portugueses do 4º ano de escolaridade nas provas PIRLS (leitura); TIMSS (matemática) e TIMSS (ciências) - 2011

Leitura	Matemática	Ciências
541 pontos	532 pontos	522 pontos

6. Escolarização e qualificação

Avançado	9%	8%	7%
Elevado	47%	40%	35%
Intermédio	84%	80%	75%
Baixo	98%	97%	95%

Esta situação incita a uma reflexão acerca do desempenho dos alunos do 1.º CEB, não pelo facto do resultado geral ser muito insatisfatório relativamente ao panorama dos países participantes, mas sim porque as percentagens obtidas nos vários níveis de desempenho não correspondem a um conhecimento seguro e profundo destes alunos nas áreas da leitura, matemática e ciências. Este nível de **competências** pode gerar percursos escolares irregulares que levem os jovens a não concluir o 3.º CEB na idade expetável (**15 anos**). Nesta linha, um dos indicadores definido a nível internacional, adaptado à realidade de Portugal e que integra o indicador principal “Direito à Educação” tal como estabelecido pelo Grupo de Trabalho constituído no quadro da Comissão Nacional de Direitos Humanos, refere-se às Oportunidades Educativas e Liberdade.

Assim, a percentagem de alunos com **15 anos de idade, com competências reduzidas em leitura, matemática e ciência** é proposto como um dos indicadores de resultado no quadro da avaliação dos efeitos concretos nos detentores dos direitos.

O **PISA – Programme for International Student Assessment** é um estudo internacional desenvolvido pela OCDE que avalia a literacia de jovens de 15 anos, que frequentem pelo menos o 7º ano de escolaridade. O objetivo principal do PISA consiste na avaliação da capacidade dos alunos de 15 anos para enfrentar os desafios que a transição para a vida adulta lhes coloca, conduzindo a um retrato dos sistemas educativos de todos os países e economias participantes. O projeto PISA desenvolve-se em ciclos de 3 anos e avalia literacia de matemática, literacia de leitura, literacia de ciências e mais recentemente resolução de problemas, elegendo, em cada ciclo, uma das três áreas avaliadas como domínio principal.

6. Escolarização e qualificação

Além da prova cognitiva, o PISA, também recolhe informações através da aplicação de questionários aos alunos, aos pais e às escolas que permitem contextualizar o desempenho dos alunos, permitindo assim identificar fatores que influenciam esse desempenho nas várias áreas avaliadas. [aQeduto, 2015]

Os dados do Quadro 19 constituídos por dados da OCDE e PISA, apesar de espelharem a melhoria registada nos últimos anos, continuam a revelar-se preocupantes considerando a percentagem de alunos nesta idade ainda com um conjunto competências reduzidas.

6. Escolarização e qualificação

Quadro 20 - Percentagem de alunos com 15 anos de idade, com competências reduzidas em leitura, matemática e ciência, por ano, em Portugal (%) (2006; 2009; 2012)

Ano	Leitura	Matemática	Ciência
2006	24,9	30,7	24,5
2009	17,6	23,7	16,5
2012	18,7	24,9	19,0

Fonte: DGEEC

Fonte dos dados: OCDE, PISA

Como é referido pela OCDE (2014, p. 4):

“Portugal tem alcançado grandes melhorias nos ciclos do PISA no que refere a matemática, leitura e ciências, com o desempenho no PISA 2012 em torno da média da OCDE em matemática e abaixo da média da OCDE em leitura e ciências.”

Numa perspetiva complementar, referimos a divulgação recente do Eurostat (155/2016 de 11 Agosto 2016) sobre os padrões de educação e empregabilidade dos jovens nos quais se observa que a proporção de jovens que não está em situação de educação ou formação e de emprego (NEET) aumenta consideravelmente com a idade. A percentagem destes jovens que em 2015 regista 6,3 pp para o grupo etário 15-19, quase triplicou para 17,3 pp para o grupo etário 20-24 e atingiu quase 1 pessoa em cada 5 com idades entre os 25-29 (19,7%). Neste documento, Portugal aparece referenciado como um dos dezoito países da União Europeia no qual a proporção de jovens entre os 20-24 anos que não têm emprego, nem está a frequentar programas de educação ou treino aumentou 4.9 pp, para 17.5%.

6.7. Insucesso escolar

Esta parte do relatório incide sobre indicadores de insucesso escolar. Inicialmente apresentam-se os dados para as dimensões do abandono, expresso para os três indicadores previamente definidos e caracterizados: taxa de abandono escolar [10-15 anos], taxa de abandono antecipado [15-17 anos] e taxa de abandono escolar precoce/ Taxa de abandono precoce de educação e formação [18-24 anos] concretizados para a Região de Leiria, para cada um dos respetivos grupos etários. De seguida, apresentam-se os dados referentes às taxas de retenção e à taxa de atraso escolar. Por fim, apresenta-se uma síntese dos resultados sobre a análise da caracterização do desempenho e potencial de sucesso e insucesso escolar de cada concelho da Região de Leiria, medidos em relação às expectativas de cada contexto socioeconómico e publicados no Atlas da Educação (Justino *et al.*, 2015). Esta caracterização é relativa ao tratamento estatístico dos resultados escolares obtidos nos exames do 9.º ano de escolaridade e do Ensino Secundário permitindo a identificação e o diagnóstico dos contextos do território da CIM RL onde a problemática do abandono e do insucesso escolares apresentem expressões mais distintas.

Como anteriormente explicitado, as taxas de abandono traduzem-se pela proporção da população residente de um determinado grupo etário que abandonou a escola e o total da população residente no respetivo grupo, multiplicado pela base 100. [Metadata – Atlas da Educação]

6.8. Abandono escolar [10-15]

Nos Censos de 2011, a taxa de abandono escolar para a faixa etária dos 10-15 anos em termos nacionais era de 1,70 pp. Apesar de se poderem considerar residuais as taxas de abandono obtidas através deste indicador, constituem informação pertinente na medida em que, como refere Justino *et al.* (2014) podem “coincidir com contextos espaciais de exclusão”. De entre os concelhos que integram a CIM RL, **Ansião** encontrava-se entre os 25 concelhos do país identificados como apresentando as maiores taxas de abandono escolar (10-15 anos). É possível também constatar que, em 20 anos, esta taxa, no concelho de Ansião, reduziu 7,47%, tendo passado de 10,57% em 1991, para 3,10% em 2011.

6. Escolarização e qualificação

Por outro lado, no Censos de 2011, **Pedrogão Grande** e **Alvaiázere** encontravam-se entre os 25 concelhos do país com as mais baixas Taxas de Abandono Escolar (10-15 anos), com 0,48% e 0,52% respetivamente.

Apesar dos valores apresentados através desta taxa terem um valor residual, de acordo com a análise proposta no Atlas da Educação (Justino *et al.*, 2014), este fenómeno pode evidenciar-se pela associação a concelhos rurais em risco de desertificação, colaborando para a sua explicação, o contributo dos contextos socioeconómicos, os níveis de formação dos pais, o eventual desemprego jovem e, em termos teóricos também o papel das condicionantes familiares.

Quadro 21 - Taxa de abandono escolar (%) por local de residência nos concelhos da Região de Leiria (à data dos Censos 2011)

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal a)
Portugal	1,70*
Alvaiázere	0,52
Ansião	3,10*
Batalha	1,13
Castanheira de Pêra	1,74
Figueiró dos Vinhos	0,98
Leiria	1,18*
Marinha Grande	0,95*
Pedrogão Grande	0,48
Pombal	1,31*
Porto de Mós	1,15*

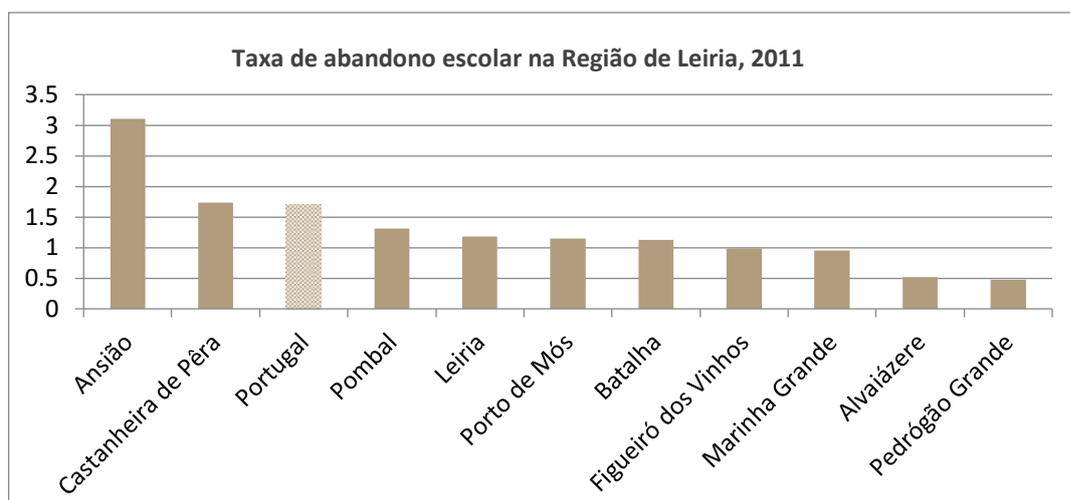
*: Dado retificado

a) População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano/ População residente com idade entre 10 e 15 anos)*100

Fonte: <http://www.ine.pt>

Na Figura seguinte, apresenta-se a mesma informação expondo visualmente o posicionamento relativo de cada concelho entre si e os valores para Portugal.

Figura 24 - Taxa de abandono escolar (%) nos concelhos da Região de Leiria (Censos 2011)



Fonte: <http://www.ine.pt>

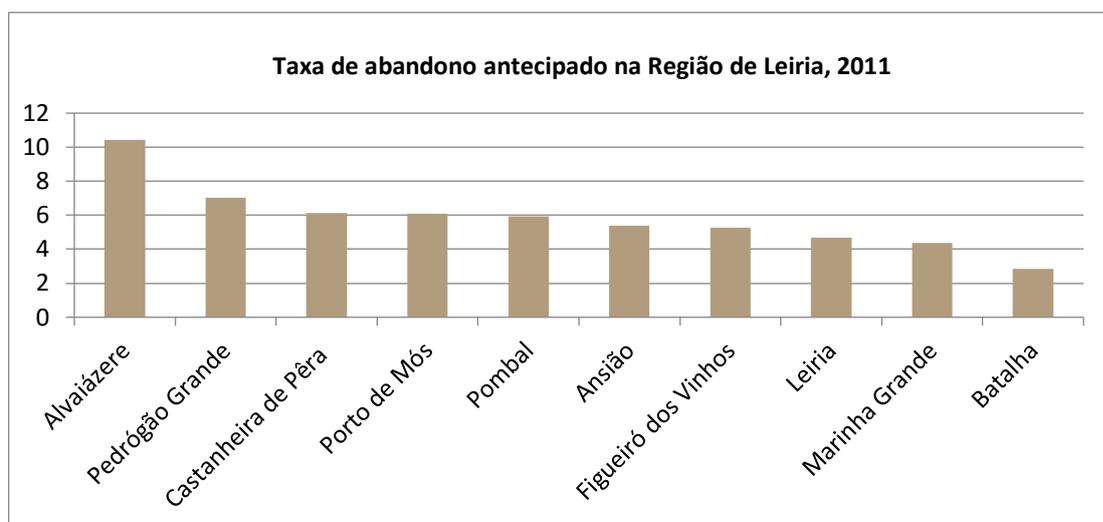
Em 2011, de entre os concelhos que integram a CIM RL, **Ansião** encontrava-se entre os 25 concelhos do país identificados como apresentando as maiores taxas de abandono escolar (10-15 anos) apesar de, em 20 anos, ter reduzido esta taxa em 7,47%, tendo passado de 10,57% em 1991, para 3,10% em 2011.

6.9. Abandono antecipado [15-17 anos]

Na Figura 25 apresentam-se os dados referentes às Taxas de Abandono Antecipado [15-17 anos] nos concelhos da Região de Leiria – 2011. A observação da Figura permite identificar a existência de diferentes realidades entre os vários municípios, nomeadamente Alvaiázere com 10,44pp na taxa de abandono para esta faixa etária e a uma distância aproximada de 3pp de Pedrógão Grande, com 7,02pp e de cerca de 9pp da Batalha, município com a mais baixa taxa.

6. Escolarização e qualificação

Figura 25 – Taxas de Abandono Antecipado nos concelhos da Região de Leiria, 2011



Fonte: Atlas da Educação (2014)

Como explicam Justino *et al.* (2014, p. 54):

“A taxa de abandono 15-17 é claramente determinada pelo passado de insucesso, especialmente no 1º e 2º ciclos e pelo peso dos pais/mães sem instrução. Em termos de contexto são as componentes “rural, envelhecido, de baixa qualificação” e o de “exclusão social” que dão os maiores contributos para a explicação da sua variância. O efeito do mercado de trabalho também é de considerar: baixas taxas de desemprego jovem tendem a criar oportunidades de inserção precoce na vida

Em 2011, **Alvaiázere** era o concelho da CIM RL que apresentava uma maior taxa de abandono antecipado (15-17 anos) de entre os concelhos que integram a CIM RL. No extremo positivo, encontrava-se a Batalha.

ativa, potenciando o abandono.”

6.10. Abandono escolar precoce [18-24]

De acordo com a publicação de julho de 2016 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2016) no documento *Barómetro Centro de Portugal*, em 2015, a taxa de abandono escolar precoce era de 12,5% na Região Centro. “A Região Centro tem sido a região portuguesa com uma das mais baixas taxas de abandono escolar precoce” (p. 33).

Como ilustra o Quadro 21, em termos nacionais, de acordo com o Eurostat (2002-2010) / INE (2011-2015) os dados compilados em fevereiro de 2016 revelam a existência de melhorias significativas nas últimas décadas. No ano 2014 a taxa de abandono escolar (AEP) em Portugal era de 17,7% (20,7% para o sexo masculino e 14,1% para o sexo feminino), e de 13,7% em 2015 mantendo-se a diferença de género (16,4% para o sexo masculino e 11% para o sexo feminino), tratando-se ainda de um fenómeno nacionalmente relevante.

Quadro 22 - Taxa de abandono escolar precoce (18-24 anos), por sexo em Portugal (%) (2002 a 2015)

Sexo	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
Homens	52,7	48,7	47,6	46,2	46,1	42,8	41,4	35,8	32,4	28,1	26,9	23,4	20,7	16,4
Mulheres	37,3	33,6	30,9	30,2	30,7	30,0	28,2	25,8	24,0	17,7	14,0	14,3	14,1	11,0
Total	45,0	41,2	39,3	38,3	38,5	36,5	34,9	30,9	28,3	23,0	20,5	18,9	17,4	13,7

Fonte: DGEEC

Fonte dos dados: Eurostat (2002-2010); INE (2011-2015)

6. Escolarização e qualificação

O Quadro 22 ilustra a Taxa de Variação da Taxa de abandono precoce de educação e formação, por total e sexo entre os anos 2012 e 2015.

Quadro 23 - Taxa de Variação da Taxa de abandono precoce de educação e formação, por total e sexo entre os anos 2012 e 2015.

Anos	Sexo		
	Feminino	Masculino	Total
2012	-	-	-
2013	2,1	-13,0	-7,8
2014	-1,4	-11,5	-7,9
2015	-22,0	-20,8	-21,3

Fonte dos dados: INE - Inquérito ao Emprego

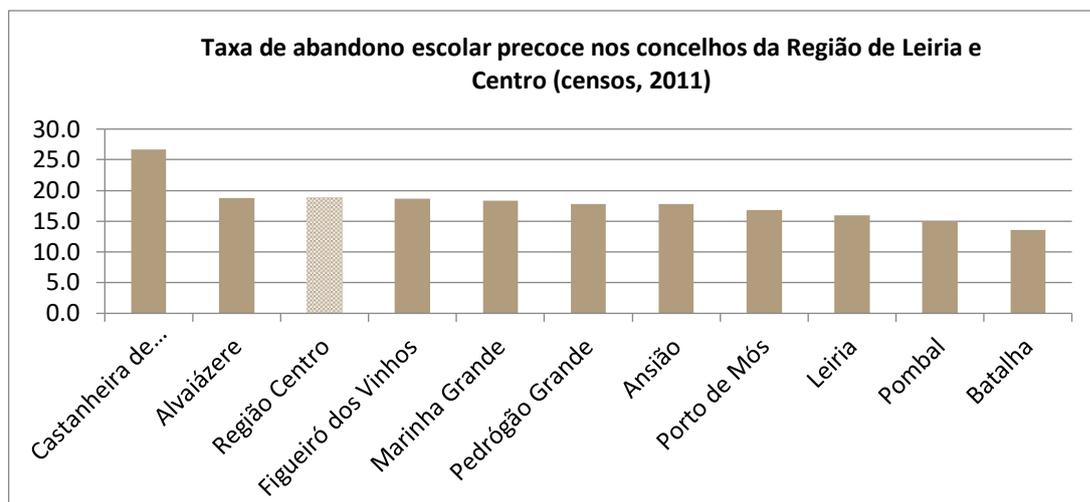
Fonte: PORDATA (Última atualização: 2016-02-10)

Observando o padrão de distribuição geográfica das **Taxas de Abandono Precoce (18-24 anos)** na Região de Leiria, a tendência decrescente dos últimos anos é notória. A título exemplificativo, em 1991, alguns dos concelhos do Pinhal Interior, nomeadamente a Batalha estavam identificados como integrando alguns dos focos nacionais, tendo revelado grandes reduções nas décadas seguintes. Neste concelho a Taxa de Abandono Precoce (18-24 anos) evidenciou uma grande redução nos últimos vinte anos, superior a 50pp (Justino et al., 2014, p. 36) passando a integrar, em 2011, a lista dos 25 concelhos a nível nacional com as mais baixas Taxas de Abandono Precoce (18-24 anos), o que se reflete também entre os concelhos da Região de Leiria.

A Figura 26 apresenta a Taxa de Abandono Escolar Precoce nos concelhos da Região de Leiria (censos, 2011) e na região Centro na qual é possível observar o posicionamento relativo entre cada um e os valores para a Região Centro (18,8pp). Estes dados permitem uma medida do nível de escolarização da população mais jovem (dos 18 aos 24 anos) que está em transição para a vida ativa. Apenas o concelho de Castanheira de Pêra detinha, nesta data, valores superiores ao da Região Centro, em cerca de 7,9pp.

6. Escolarização e qualificação

Figura 26 - Taxa de Abandono Escolar Precoce nos concelhos da Região de Leiria e Centro (censos, 2011)



Informação extraída de <http://datacentro.ccdrc.pt>
 Fonte dos dados: INE, Recenseamento da População e Habitação

Em 2011, a CIM RL apresentava um posicionamento favorável face à média da região Centro cuja taxa de abandono escolar precoce (18-24) era de 18,8%. No panorama municipal, merece destaque Castanheira de Pêra como contexto onde o abandono escolar precoce era mais significativo e claramente acima dos valores médios da Região – 26,7%.

A Tabela seguinte apresenta a Taxa de abandono precoce de educação e formação, Centro, 2011-2015, tendo presente a indisponibilidade de dados estatísticos para a Região de Leiria. É no entanto possível observar a acentuada tendência de decréscimo desta taxa na região Centro, tendo registado em 2015, uma distância de 2,5pp face à meta europeia.

6. Escolarização e qualificação

Tabela 7 - Taxa de abandono precoce de educação e formação, Centro, 2011-2015

	Taxa de abandono precoce de educação e formação				
	2015	2014	2013	2012	2011
	% (série 2011)	% (série 2011)	% (série 2011)	% (série 2011)	% (série 2011)
Centro (100)	12,5	14,0	14,5	18,2	20,3
Região de Leiria	x	x	x	x	x

Fonte: <http://datacentro.ccdrc.pt>

Notas:

(1) Este indicador é um dos indicadores utilizados na monitorização da estratégia Europa 2020. Os valores apresentados seguem a metodologia de cálculo do Eurostat - dados anuais a partir de 2000.

(2) Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados numa nova série que comporta algumas alterações metodológicas: série de 2011. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série). No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011. [Metainformação CCDRC]

Na análise macro efetuada no Atlas da Educação (Justino *et al.*, 2014, p. 32), é evidenciada a elevada sensibilidade do abandono (18-24) às situações de desemprego através da observação da relação de simetria visível entre as Taxas de Abandono Precoce (18-24 anos) e as Taxas de Desemprego Jovem (15-24 anos) ao longo das séries sugerindo que “há uma dependência entre as duas variáveis: quando o desemprego dos jovens é baixo, o abandono precoce tende a ser mais alto, verificando-se o inverso em situações de aumento desse desemprego.” Neste contexto, é sugerido que “quanto mais tardio é o abandono, maior é o poder explicativo do contexto socioeconómico.” (p. 54)

Como é possível constatar, a utilização de diferentes indicadores para a caracterização do fenómeno de abandono escolar com referência a diferentes grupos etários proporciona diferentes perspetivas das realidades, conduzindo a diferentes leituras e diagnósticos. Assim, importa considerar que, para além das perceptíveis diferenças nos valores apresentados por cada indicador proporcionadas pelos distintos grupos etários abrangidos, também a existência de uma maior diversidade de fatores concorrem para a explicação

6. Escolarização e qualificação

dessas diferenças há medida que as idades das populações em estudo aumentam, nomeadamente fatores inerentes ao contexto sociocultural e económico dessas populações mas também de âmbito familiar e individual.

O Quadro seguinte apresenta o posicionamento relativo de cada concelho através de uma síntese dos dados anteriores reunindo a informação sobre cada uma das taxas de abandono escolar proveniente dos três indicadores, todos com referência ao ano de 2011.

Quadro 24 - Síntese do posicionamento relativo de cada concelho da Região de Leiria tendo por base os três indicadores do abandono escolar – 10-15; 15-17; 18-24, 2011.

	Taxa de Abandono Escolar Precoce 18-24	Taxa de Abandono Antecipado 15-17	Taxa de abandono escolar 10-15
+	Castanheira de Pêra	Alvaiázere	Ansião
	Alvaiázere	Pedrógão Grande	Castanheira de Pêra
	Figueiró dos Vinhos	Castanheira de Pêra	Pombal
	Marinha Grande	Porto de Mós	Leiria
	Pedrógão Grande	Pombal	Porto de Mós
	Ansião	Ansião	Batalha
	Porto de Mós	Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
	Leiria	Leiria	Marinha Grande
-	Pombal	Marinha Grande	Alvaiázere
	Batalha	Batalha	Pedrógão Grande

Uma análise descritiva que inclua as relações do abandono com os indicadores educacionais atrás expostos contribuem com importantes evidências para a compreensão do fenómeno de abandono escolar. Como anteriormente explanado, o fenómeno de abandono escolar é influenciado por vários fatores, entre os quais as características socioeconómicas dos diferentes concelhos que podem gerar “padrões territoriais do abandono, os quais assentam em características inerentes à organização económica e social, às dinâmicas demográficas e à forma como a escolaridade responde a esse mesmo contexto local e regional” (Justino *et al.*, 2014, p. 50).

6. Escolarização e qualificação

A síntese atrás apresentada vai ao encontro dos resultados da avaliação do risco de abandono nos concelhos da Região de Leiria presente no Atlas da Educação (Justino *et al.*, 2014). Neste documento é utilizado um novo indicador que expressa “a dimensão socioeconómica dos concelhos e, de certa forma, os tipifique na sua relação com o abandono ” (Justino *et al.*, 2014, p. 50). De forma resumida, os indicadores selecionados por Justino *et al.* (2014) para a construção do modelo estatístico incluíram: indicadores educacionais, indicadores demográficos, indicadores de caracterização socioeconómica e profissional a nível concelhio e variáveis sobre o mercado de trabalho ou de exclusão social.

Nos concelhos da CIM RL, apresentam maior risco de abandono Ansião e Alvaiázere. Ansião, no que se refere à Taxa de Abandono Escolar (10-15), é identificado a nível nacional como um dos 50 concelhos que apresentam maior risco de abandono e Alvaiázere no que se refere à Taxa de Abandono Antecipado (15-17).

Alvaiázere e Pedrógão Grande são identificados, a nível nacional, como dois dos 50 concelhos que apresentam menor risco de Abandono Escolar (10-15) e Batalha e Marinha Grande no que se refere à apresentação de um menor risco de Abandono Antecipado (15-17).

Batalha, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós são identificados como quatro dos 50 concelhos, a nível nacional, com menor risco de Abandono Escolar Precoce (18-24).

6.11. Taxa de retenção

Como atrás referido, o insucesso escolar é entendido como a repetência ou retenção, durante um ou mais anos ao longo do percurso escolar dos alunos.

Para o estudo do insucesso utiliza-se a chamada taxa de retenção que é um indicador construído a partir das informações estatísticas do Ministério da Educação, tendo como origem os registos das escolas. Este indicador não é comparável ao nível de concelho, nomeadamente pela mobilidade entre concelhos decorrente da localização da residência num concelho diferente da escola, nem é comparável ao longo de vários anos.

Como se refere no estudo intitulado “Identificação de Riscos Educativos no Ensino Básico”, desenvolvido pelo Centro de Estudos Territoriais (CET / ISCTE) e promovido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as “taxas de retenção e desistência representam por si só marcas distintivas do maior ou menor sucesso da educação escolar ao remeterem directamente para um dos objectivos estratégicos do sistema educativo, o cumprimento da escolaridade obrigatória.” (p. 31)

A tabela seguinte apresenta a taxa de retenção e desistência, segundo o ciclo de estudo, em Portugal e na Região Centro nos anos letivos 2000/01 e 2013/2014. Em 2014/ 2015, a taxa de retenção média da Região Centro era de 9,4%.

Tabela 8 - Taxa de retenção e desistência, segundo o ciclo de estudo, por NUTS I e II (2000/01; 2013/14)

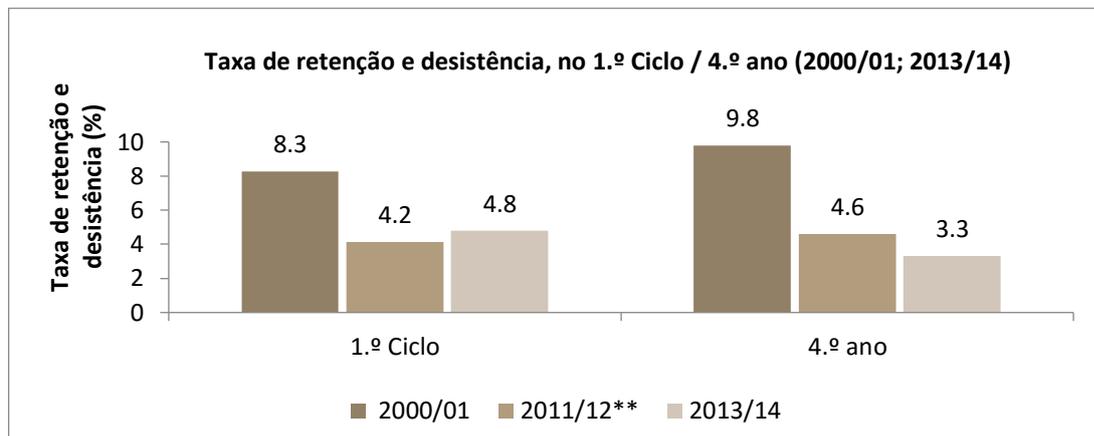
Ciclo e ano letivo	Total		1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo	
	00/01	13/14	00/01	13/14	00/01	13/14	00/01	13/14
NUTS I e II								
Portugal	12,7	10,0	8,8	5,0	12,7	11,4	18,2	15,1
Continente	12,3	9,8	8,3	4,8	12,3	11,2	17,9	14,9
Centro	10,7	8,8	7,7	4,4	9,4	9,9	15,2	13,2

Fonte: <http://www.dgeec.mec.pt>

6. Escolarização e qualificação

A Figura seguinte apresenta a taxa de retenção e desistência no 1.º CEB, no Continente, nos anos letivos 2000/01 e 2013/2014. Percebe-se a existência de melhorias nas taxas de retenção e desistência, quer em termos globais no 1.º CEB como no 4.º ano de escolaridade. No entanto, são visíveis as oscilações nas taxas globais de retenção e desistência do 1.º CEB o que sugere, fruto da comparação com essas taxas para o 4.º ano de escolaridade, que os valores incidem sobre outros anos de escolaridade que não o 4.º ano. Assim, a tendência decrescente das taxas de retenção no 2.º ano de escolaridade parece não estar ainda estabilizada.

Figura 27 - Taxa de retenção e desistência, no 1.º Ciclo / 4.º ano, Continente (2000/01; 2013/14)



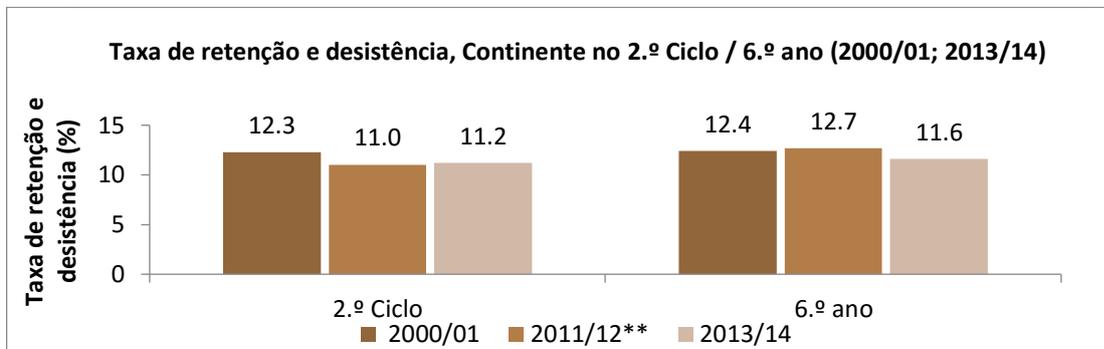
Fonte: DGEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015

**ano de introdução de exames nacionais no currículo dos 4.º e 6.º anos de escolaridade dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, respetivamente.

A Figura 28 apresenta a taxa de retenção e desistência no 2.º CEB, no Continente, nos anos letivos 2000/01 e 2013/2014.

6. Escolarização e qualificação

Figura 28 - Taxa de retenção e desistência, no 2.º Ciclo / 6.º ano Continente (2000/01; 2013/14)

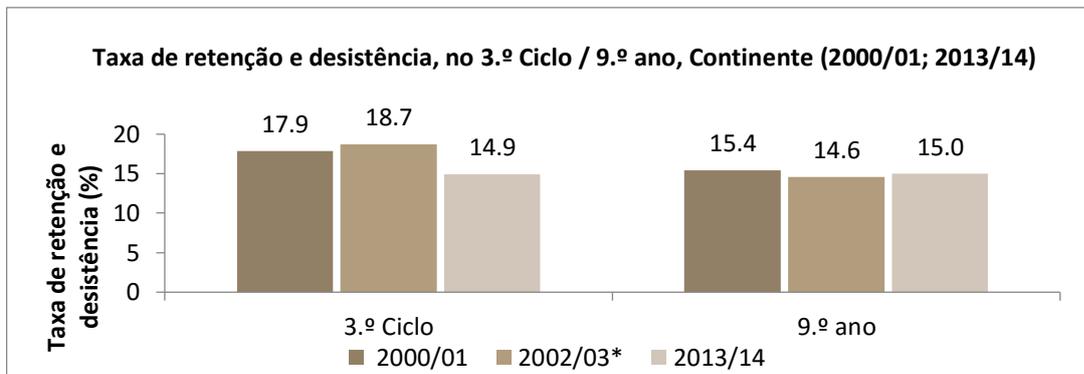


Fonte: DGEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015

**ano de introdução de exames nacionais no currículo dos 4.º e 6.º anos de escolaridade dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, respetivamente.

A Figura 29 apresenta a taxa de retenção e desistência no 3.º CEB, no Continente, nos anos letivos 2000/01 e 2013/2014.

Figura 29 - Taxa de retenção e desistência, no 3.º Ciclo / 9.º ano, Continente (2000/01; 2013/14)



Fonte: DGEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015

**ano de introdução de exames nacionais no currículo dos 4.º e 6.º anos de escolaridade dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, respetivamente.

Através do Instituto Nacional de Estatística é possível observar a taxa de retenção e desistência no ensino básico regular por localização geográfica. Esta taxa indica a percentagem dos efetivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de

6. Escolarização e qualificação

tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino [Metadata – INE]. Os últimos dados disponíveis respeitam ao ano letivo 2013/ 2014.

Tabela 9 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) – 2011/2012 – 2013/ 2014, anual, nos Concelhos da Região de Leiria

Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) – 2011/2012 – 2013/ 2014, anual, nos Concelhos da Região de Leiria			
Concelhos	Período de referência dos dados		
	2011 / 2012	2012/ 2013	2013 / 2014
Alvaiázere	8,3	9,7	10,6
Ansião	7	6,9	7,8
Batalha	9,8	8	9,1
Castanheira de Pêra	16	8,7	13,6
Figueiró dos Vinhos	14	9,5	10,6
Leiria	7,2	6,6	6,5
Marinha Grande	7,8	8	4,7
Pedrógão Grande	5,9	7,8	6,5
Pombal	7,9	9,3	6,9
Porto de Mós	7,4	7,1	6,7

Fonte dos dados: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

Fonte: INE Última atualização destes dados: 22 de março de 2016

Da observação da tabela anterior, verifica-se um decréscimo global das taxas de retenção no Ensino Básico observáveis também no secundário através da informação fornecida pelas Autarquias e Agrupamentos de Escolas e de 2014/2015 para 2015/ 2016. Foi possível aferir que, para esses anos letivos 2014/2015 e 2015/ 2016, **as taxas de desistência nos concelhos da Região de Leiria foram praticamente inexistentes**, havendo casos muito residuais nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e alguns casos com alguma expressão no ensino secundário e profissional.

Relativamente às taxas de retenção os valores sobem à medida que progredimentos pelos ciclos de escolaridade sendo estas taxas bastante mais expressivas no ensino secundário e

6. Escolarização e qualificação

profissional. No ensino profissional, de acordo com a observação genérica efetuada, as taxas de retenção são particularmente elevadas no final do curso. As preocupações relativas aos fenómenos de retenção centram-se no 2.º ano de escolaridade e nas transições de ciclo – 5.º, 7.º e 10.º ano onde são mais agravados.

No 1.º CEB destaca-se a inconstância das taxas de retenção no 2.º ano de escolaridade o que sugere que o esforço para a sua redução, no que respeita a esse ano de escolaridade em particular não está ainda consolidado em todos os Agrupamentos de Escolas da Região de Leiria. Nestes últimos dois anos letivos, no 2.º ano de escolaridade, estas taxas situaram-se aproximadamente entre os 5 e os 12,5pp no global dos agrupamentos de escolas da Região de Leiria sendo, em termos globais, consideravelmente superiores às do 4.º ano de escolaridade.

De acordo com o que foi possível apurar e no que se refere ao 1.º CEB, os compromissos sociais dos Agrupamentos presentes nos respetivos Planos Estratégicos relativos às metas de sucesso e, concretamente, relativos às taxas de transição para o 2.º ano de escolaridade, integram metas distintas de sucesso entre si, especialmente de acordo com o histórico de cada estabelecimento. De acordo com os documentos consultados, as metas de sucesso relativas às taxas de transição para o 2.º ano de escolaridade oscilam entre valores relativamente baixos e melhorias aproximadas de 10% atingíveis até 2017/2018 nos casos em que existe uma taxa de retenção ainda elevada no início do percurso escolar.

Fatores como o da “retenção” (CNE, 2015), a não consolidação das tendências do seu decréscimo e a sua possível reversibilidade são apontados como causa de risco para a divergência face aos padrões médios europeus dos valores do abandono escolar precoce, (Mauriti *et al.*, 2015, p. 12).

6.12. Atraso escolar

Recorrendo aos Censos da população, o Atlas da Educação (Justino *et al.*, 2014) apresenta uma variável de aproximação ao insucesso, isto é, uma aproximação ao problema da repetência e do insucesso designada por “atraso” ao cruzar o ciclo que um determinado indivíduo está a frequentar com a sua idade. Assim, as taxas de atraso medem a “proporção

6. Escolarização e qualificação

entre os indivíduos a frequentar um determinado ciclo de ensino com idade superior à idade ajustada, no total de indivíduos com idade ajustada a esse ciclo” (p. 38).

Em 2011, Ansião estava identificado como um dos 25 concelhos que mais reduziram as Taxas de Atraso do 2º CEB entre 1991-2011, tendo passado de 57,58% em 1991 para 22,47% em 2011, isto é com uma redução de 35,10% tendo passado a integrar os a lista de concelhos com as mais baixas Taxas de Atraso do 2º CEB nesse ano.

Em 2011, Figueiró dos Vinhos integrava a lista dos 25 concelhos a nível nacional que mais reduziram as Taxas de Atraso do 3º CEB entre 1991 e 2011, com uma redução de 19,05%. Assim, nos concelhos da Região de Leiria, Figueiró dos Vinhos juntamente com Alvaiázere integravam, em 2011, os 25 concelhos identificados com as mais baixas Taxas de Atraso do 3.º ciclo, com 23,49% e 22,45% respetivamente.

No que respeita ao Secundário, em 2011, a Batalha integrava os 25 Concelhos com as mais baixas Taxas de Atraso do Secundário, com 32,24%. Pedrógão Grande encontrava-se entre os 25 Concelhos que mais reduziram as Taxas de Atraso do Secundário entre 1991-2011 com 34,58% em 2011, significando uma redução de 21,12% em vinte anos.

A Tabela 10 apresenta as Taxas de atraso nos concelhos da Região de Leiria de acordo com resultados extraídos do Atlas da Educação (Justino, et. *al*, 2014). É possível observar-se que o concelho de Pedrógão Grande registou, em 2011, as mais altas taxas de atraso no 1.º CEB; o concelho de Castanheira de Pêra as mais altas taxas de atraso no 2.º e 3.º CEB e, Alvaiázere, as mais altas taxas de atraso no Ensino Secundário. É igualmente clara a subida acentuada destas taxas ao longo do percurso escolar dos alunos.

6. Escolarização e qualificação

Tabela 10 – Taxas de atraso nos concelhos da Região de Leiria, 2011

Concelho	Taxa de atraso no 1º Ciclos - 2011	Taxa de atraso no 2º Ciclo - 2011	Taxa de atraso no 3º Ciclo - 2011	Taxa de atraso no Secundário - 2011
Alvaiázere	13,02	28,15	22,45	45,21
Ansião	13,2	22,47	26,44	39,64
Batalha	10,7	29,62	27,54	32,24
Castanheira de Pêra	13,68	37,5	34,31	34,88
Figueiró dos Vinhos	11,17	29,91	23,49	39,31
Leiria	10,77	25,42	26,07	38,29
Marinha Grande	10,85	25,29	26,98	37,39
Pedrogão Grande	17,39	30,3	30,58	34,58
Pombal	12,12	24,38	24,48	38,66
Porto de Mós	11,99	27,85	25,2	35,86

Fonte: CESNOVA / Atlas EPIS da Educação.

É igualmente clara a subida acentuada destas taxas ao longo do percurso escolar dos alunos. Batalha, Leiria e Marinha Grande registaram as mais baixas taxas de atraso no 1.º CEB.

Ansião integra a lista de concelhos com as mais baixas Taxas de Atraso do 2.º CEB nesse ano em termos nacionais. Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere integravam, em 2011, os 25 concelhos identificados com as mais baixas Taxas de Atraso do 3.º CEB e a Batalha as mais baixas taxas de atraso no secundário.

6.13. Caracterização do desempenho e potencial de sucesso escolar

Com base nos dados e na análise atrás apresentados e no documento Atlas da Educação 2015 (Justino *et al.*, 2015), apresenta-se uma síntese da caracterização do desempenho e potencial de sucesso e insucesso escolar de cada concelho da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, medidos em relação às expetativas de cada contexto socioeconómico. Como explicitado no Atlas da Educação 2015, esta caracterização é relativa ao tratamento estatístico dos resultados escolares obtidos nos exames do 9.º ano de escolaridade e do

6. Escolarização e qualificação

ensino secundário permitindo completar a identificação e o diagnóstico dos contextos do território da CIM RL onde a problemática do abandono e do insucesso escolares apresentem expressões mais distintas.

Assim, apresenta-se a síntese exposta no Atlas da Educação 2015 sobre a elaboração das tipologias de concelhos (análise de *clusters*). São consideradas as mesmas variáveis de caracterização socioeconómica que constituíram os modelos testados no Atlas da Educação 2014, mas alterada a “medida em que são expressas as variáveis dependentes das análises de regressão múltipla, de médias de cinco anos das médias brutas de resultados anuais, para médias de seis anos dos índices concelhios anuais” (Justino *et al.*, 2015, p. 13). Incidem na mudança de metodologia de apuramento dos valores observados, antes medidos em médias brutas e agora medidos em índices à base nacional (100=Nacional).

No que respeita ao 9.º ano, na **Região de Leiria não há nenhum concelho no cluster “roxo” que se caracteriza por um atraso elevado e um abandono abaixo do estimado.**

O *cluster* seguinte, “vermelho” totaliza 68 concelhos de Portugal Continental com classificações do 9.º ano situadas abaixo do estimado segundo o indicador socioeconómico (média de -2,39) e taxas de atraso superiores à média, sobretudo no 3.º CEB (média de 33,52, para um valor nacional de 29,66). As características principais deste grupo são o **insucesso relativo e o elevado atraso escolar** (Justino *et al.*, 2015, p. 38). Os concelhos da CIM RL que integram este *cluster* são **Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande.**

O conjunto “verde”, com 64 concelhos, tem claramente como elemento identificador o **sucesso relativo**, na medida em que as classificações do 9.º ano se situam acima do estimado (média de 4,03), as taxas de atraso são bastante próximas das nacionais e o abandono está abaixo do estimado (média de -0,28). O concelho da CIM RL que integra este *cluster* é a **Batalha.**

O conjunto “laranja” integra 35 concelhos e distingue-se sobretudo pelo desvio positivo entre os valores observados e estimados do abandono (média de 1,29), caracterizando-se assim por um **abandono acima do estimado.** As taxas de atraso situam-se ligeiramente acima da média nacional, enquanto as classificações de exame são próximas do estimado pelo indicador socioeconómico. **Ansião** integra este *cluster.*

6. Escolarização e qualificação

O *cluster* “amarelo” integra 102 concelhos que conciliam taxas de atraso abaixo da média com classificações de exame e abandono próximos do estimado. Têm **um atraso reduzido, com abandono e resultados perto do estimado**. Os concelhos da CIM RL que integram este grupo são **Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Pombal e Porto de Mós**.

Mantendo a tipologia de cores utilizada no documento Atlas da Educação 2015 (Justino *et al.*, 2015), o Quadro seguinte, apresenta uma síntese da caracterização do desempenho e potencial de sucesso e insucesso nos concelhos da CIM RL, 9.º ano.

Quadro 25 - Síntese da caracterização do desempenho e potencial de sucesso e insucesso nos concelhos da CIM RL, 9.º ano, Atlas da Educação 2015

Síntese da caracterização do desempenho e potencial de sucesso e insucesso, 9.º ano	
Atraso elevado e abandono abaixo do estimado	-
Insucesso relativo e elevado atraso escolar	Castanheira de Pêra
	Pedrógão Grande
Sucesso relativo	Batalha
Abandono acima do estimado	Ansião
Atraso reduzido, com abandono e resultados perto do estimado	Alvaiázere
	Figueiró dos Vinhos
	Leiria
	Pombal
	Porto de Mós

Fonte: Atlas da Educação (Justino *et al.*, 2015)

No que respeita ao **ensino secundário**, **não há nenhum concelho da CIM RL** que integre o *cluster* “vermelho” que totaliza 42 concelhos de Portugal Continental com classificações do secundário situadas abaixo do estimado segundo o indicador socioeconómico (média de – 5,31) e taxas de atraso superiores à média (média de 33,94 no 3º ciclo e 45,21 no Secundário). A característica principal deste grupo é o **insucesso relativo**, embora mantenha o **abandono abaixo do estimado**.

O *cluster* “verde” integra 49 concelhos e tem claramente como elemento identificador o **sucesso relativo**, na medida em que as classificações do Secundário se situam acima do estimado (média de 2,04), **as taxas de atraso são inferiores às nacionais e o abandono está abaixo do estimado** (média de –1,67 nas idades 15-17 e –4,08 nas idades 18-24). Este

6. Escolarização e qualificação

grupo encontra correspondentes, tanto na edição anterior do secundário como no ensaio atual do 9.º ano. **Os concelhos da CIM RL** que integram este grupo são **Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós**.

O *cluster* “verde claro” classifica-se como o grupo de **sucesso relativo com seletividade pelo atraso** e não existe correspondente no 9.º ano. Integra com 31 concelhos e caracteriza-se por ter classificações de exame superiores ao estimado tendo em conta as características socioeconómicas (média de 6,14), e abandono inferior ao estimado (média de -1,23 nas idades 15-17 e -2,23 dos 18-24 anos). No entanto, surge com taxas de atraso superiores à média (tanto no 3º ciclo – média de 33,7 - como no Secundário – 43,9). **Não há concelhos da CIM RL** que integrem este grupo.

O *cluster* “laranja” caracteriza-se por um **abandono superior ao estimado**, taxas de atraso próximas da média nacional e classificações de exame próximas do estimado pelo indicador socioeconómico. Integra 48 concelhos mas **nenhum da CIM RL**.

O *cluster* “amarelo” caracteriza-se pelo **atraso reduzido e o abandono acima do estimado** e totaliza 72 concelhos que conciliam taxas de atraso abaixo da média e classificações de exame próximas do estimado. Ao contrário do 9.º ano, aqui os valores do abandono surgem ligeiramente acima do estimado, sobretudo no caso dos 18-24 anos (média de 1,2). **Os concelhos da CIM RL** que integram este conjunto são **Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos**.

Mantenho a tipologia de cores por *cluster*, o Quadro seguinte apresenta uma síntese da caracterização do desempenho e potencial de sucesso e insucesso nos concelhos da CIM RL referente ao ensino secundário, Atlas da Educação 2015 (Justino *et al.*, 2015). Dado que Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande não têm ensino secundário não estão incluídos nesta síntese.

6. Escolarização e qualificação

Quadro 26 - Síntese da caracterização do desempenho e potencial de sucesso e insucesso nos concelhos da CIM RL, ensino secundário, Atlas da Educação 2015

Síntese da caracterização do desempenho e potencial de sucesso e insucesso, ensino secundário	
Insucesso relativo e abandono abaixo do estimado.	-
Sucesso relativo	Ansião
	Batalha
	Leiria
	Marinha Grande
	Pombal
Porto de Mós	
Sucesso relativo com seletividade pelo atraso	-
Abandono acima do estimado	-
Atraso reduzido, com abandono acima do estimado	Alvaiázere
	Figueiró dos Vinhos

Fonte: Atlas da Educação (Justino *et al.*, 2015)

6. Escolarização e qualificação

6.14. Dificuldades e necessidades identificadas

Nas tabelas seguintes, sintetizam-se algumas das dificuldades e necessidades identificadas a nível local, pelas escolas, agrupamentos e autarquias relativas à finalidade de combater o insucesso escolar, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades de forma a potenciar o sucesso escolar de todos os alunos. Neste sentido, estas informações provêm da consulta e análise do conjunto de documentos recolhidos, em particular Carta Educativa Municipal, Plano Estratégico e dos Planos de Ação Estratégica*.

No Quadro seguinte, apresenta-se o diagnóstico das áreas de intervenção e melhoria identificadas pelos Agrupamentos de Escolas transversais aos concelhos da CIM RL, centradas nos alunos.

Quadro 27 – Diagnóstico das áreas de intervenção e melhoria identificadas pelos Agrupamentos de Escolas transversais aos concelhos da CIM RL, alunos.

Áreas	Domínios
Aprendizagens e resultados	Área de expressão e comunicação (Educação pré-escolar e 1.º CEB)
	Deteção e intervenção precoce (Educação pré-escolar e 1.º CEB)
	Dificuldades Específicas de Aprendizagem (DEA) – 1.º CEB
	Redução da taxa de retenção no 2.º ano de escolaridade
	Melhoria da qualidade do sucesso escolar em particular na área do Português (leitura e escrita) mas também da Matemática - 1.º CEB
	Melhoria da qualidade do sucesso escolar - 2.º e 3.º CEB (Português, Matemática e Ciências)
Formação pessoal e social	Atitudes em relação à escola e à importância das aprendizagens no seu percurso de vida
	Baixas expectativas de vida futura
	Comportamento e disciplina
	Motivação para a aprendizagem
	Clima de escola
	Solidariedade
	Educação para a saúde

Um dos constrangimentos comuns identificado e partilhado pelos vários contextos locais refere-se às baixas expectativas de futuro que os pais e encarregados de educação revelam

6. Escolarização e qualificação

face aos seus educandos. São apontados também constrangimentos associados aos baixos níveis de escolaridade / qualificação dos pais e, em algumas situações, um acesso deficitário a cuidados de saúde, problemáticas sociais associadas ao desemprego e à existência de comunidades étnicas com baixa integração.

No Quadro seguinte, apresenta-se uma síntese das necessidades de intervenção identificadas pelos Agrupamentos de Escolas e transversais aos concelhos da CIM RL, centradas nas famílias.

Quadro 28 – Diagnóstico das necessidades de intervenção identificadas pelos Agrupamentos de Escolas e transversais aos concelhos da CIM RL, famílias

Necessidades de intervenção nas famílias
Educação parental
Atitudes em relação à escola e à importância das aprendizagens no percurso de vida dos seus educandos
Gestão de conflitos
Hábitos e métodos de estudo
Hábitos de sono e de higiene
Segurança
Mediação escolar e familiar
Resiliência
Educação financeira
Educação para a saúde
Comportamentos de risco dos jovens (2.º e 3.º CEB)

De forma transversal a todos os municípios da CIM RL, foram identificadas fortes necessidades de intervenção no pessoal não docente, designadamente através do reforço de formação junto dos auxiliares de ação educativa. No Quadro seguinte, sintetizam-se algumas das temáticas passíveis de intervenção e formação.

6. Escolarização e qualificação

Quadro 29 – Diagnóstico das necessidades de reforço de formação transversais aos concelhos da CIM RL, dos auxiliares de ação educativa

Necessidades de reforço de formação dos auxiliares de ação educativa
Métodos e Técnicas de Intervenção em Espaços Educativos
Atitudes em relação à escola e à importância das aprendizagens no percurso de vida dos alunos
Gestão de conflitos
Higiene
Segurança
Mediação escolar e familiar
Formação Pessoal e Social
Relações Interpessoais e Dinâmicas de Grupo
Educação para os Afetos e para a Saúde
Educação para a saúde
Comportamentos de risco dos jovens

Uma outra necessidade identificada através da análise dos Planos Estratégicos dos Agrupamentos refere-se às necessidades de formação contínua dos educadores e professores. Estas necessidades incidem essencialmente nas áreas do Português e da Matemática no 1.º CEB e em aspetos da gestão e organização dos ambientes educativos.

No Quadro seguinte, apresenta-se uma síntese das necessidades de formação transversais aos concelhos da CIM RL, centradas nos educadores e professores.

6. Escolarização e qualificação

Quadro 30 – Diagnóstico das necessidades de formação identificadas pelos Agrupamentos de Escolas e transversais aos concelhos da CIM RL, centradas nos educadores e professores

Ciclo	Tema
Educação de Infância	Estratégias de desenvolvimento da consciência fonológica
	Estratégias de apoio à deteção e intervenção precoce
1.º CEB	Estratégias de desenvolvimento da consciência fonológica
	Metodologias de leitura e escrita
	Estratégias de apoio à deteção e intervenção precoce
	Técnicas inovadoras de motivação para a leitura e escrita
	Didática da Matemática e materiais específicos
	Didática das Ciências
	Pedagogia diferenciada e diferenciação pedagógica
	Metodologias de trabalho colaborativo, dentro e fora da sala de aula
	Metodologias educativas com recurso às TIC
	Gestão de conflitos: estratégias promotoras de um ambiente favorável de ensino/aprendizagem;
	Resiliência: Prevenção e intervenção sistémica
	Gestão de comportamentos e indisciplina
	Técnicas de “relaxamento” – Mindfulness
	Gestão flexível do currículo;
	Formação em supervisão pedagógica
	Organização e métodos de estudo: técnicas/instrumentos
	Avaliação das aprendizagens
2.º e 3.º CEB	Diferenciação Pedagógica e qualidade educativa numa escola para todos
	Indisciplina: prevenção e intervenção sistémica

Por fim, a necessidade de **reforço de recursos humanos** foi unanimemente identificada, quer pelos Agrupamentos de Escolas nos seus Planos de Ação Estratégica, quer pelas Autarquias. Incide essencialmente no reforço de terapeuta da fala, educador social, psicólogo e nutricionista assim como de técnico de psicomotricidade e professor de apoio

6. Escolarização e qualificação

no 1.º CEB, necessidades transversais aos concelhos da CIM RL. De forma menos significativa são expressas necessidades de reforço nas áreas das ciências, da expressão dramática e da música para o ensino básico.

Os quadros seguintes apresentam as informações remetidas pelos municípios, relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017.

Quadro 31 - Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Alvaiázere.

Nome do Agrupamento: Agrupamento de Escolas de Alvaiázere								
N.º total de alunos no Agrupamento: 550								
N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 171								
N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados¹: 34								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer <u>funções com alunos do 1.º CEB</u>	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/MEC	CEI ²	CRI-CERCIPENELA Outras		abrangidos por técnicos especializados	não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala					1(6h)	45m quinzenal	8	17
Psicomotricista								
Psicólogo					1(12h)	45m semanal/quinzenal	7	17
Terapeuta Ocupacional								3
Nutricionista								4
Intérpretes de LGP								
Educador Social								
Animador Sociocultural								
Outros: ⁵								

¹ Excluir os que apenas têm apoio por parte dos professores de Educação Especial.

6. Escolarização e qualificação

² CEI – Contrato de Emprego e Inserção.

³ Como por exemplo, Associações de Pais.

⁴ Indicar para cada um dos técnicos o tipo de contrato (tempo inteiro/tempo parcial; se tempo parcial indicar o número de horas semanais para cada técnico).

⁵ Indicar quais e as restantes informações.

Quadro 32 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Ansião.

Nome do Agrupamento: Agrupamento de Escolas de Ansião								
N.º total de alunos no Agrupamento: 1389								
N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 415								
N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados ¹ : 25								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer <u>funções com alunos do 1.º CEB</u>	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/MEC	CEI ²	Outras entidades ³		abrangidos por técnicos especializados	não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala					1	Tempo parcial	8	9
Psicomotricista								
Psicólogo					1	Tempo parcial	14	11
Terapeuta Ocupacional					1	Tempo parcial	7	8
Nutricionista								
Intérpretes de LGP								
Educador Social								
Animador Sociocultural								
Outros: ⁵ Fisioterapeuta					1	Tempo parcial	5	0

¹ Excluir os que apenas têm apoio por parte dos professores de Educação Especial.

² CEI – Contrato de Emprego e Inserção.

6. Escolarização e qualificação

³ Como por exemplo, Associações de Pais.

⁴ Indicar para cada um dos técnicos o tipo de contrato (tempo inteiro/tempo parcial; se tempo parcial indicar o número de horas semanais para cada técnico).

⁵ Indicar quais e as restantes informações.

Quadro 33 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Batalha.

Nome do Agrupamento: Agrupamento de Escolas da Batalha								
N.º total de alunos no Agrupamento: 1755								
N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 507								
N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados¹: 18								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer <u>funções com alunos do 1.º CEB</u>	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/MEC	CEI ²	Outras entidades ³		abrangidos por técnicos especializados	não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala					CRI (Cercilei)	18 h	17	0
Psicomotricista							0	
Psicólogo							2	
Terapeuta Ocupacional						2h	5	4
Nutricionista							0	
Intérpretes de LGP							0	
Educador Social							0	
Animador Sociocultural							0	
Outros: ⁵								
Fisioterapeuta						2h	4	1

¹ Excluir os que apenas têm apoio por parte dos professores de Educação Especial.

² CEI – Contrato de Emprego e Inserção.

6. Escolarização e qualificação

³ Como por exemplo, Associações de Pais.

⁴ Indicar para cada um dos técnicos o tipo de contrato (tempo inteiro/tempo parcial; se tempo parcial indicar o número de horas semanais para cada técnico).

⁵ Indicar quais e as restantes informações.

Quadro 34 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Castanheira de Pêra

Nome do Agrupamento: Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Castanheira de Pera								
N.º total de alunos no Agrupamento: 229								
N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 77								
N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados¹: 2								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer funções com alunos do 1.º CEB	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/ MEC	CEI ²	Outras entidades ³		abrangidos por técnicos especializados	não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala					1	T. Parcial (1H15)	2	0
Psicomotricista								
Psicólogo					1	T. Parcial (1H30)	2	0
Terapeuta Ocupacional								
Nutricionista								
Intérpretes de LGP								
Educador Social								
Animador Sociocultural								
Outros: ⁵								

¹ Excluir os que apenas têm apoio por parte dos professores de Educação Especial.

² CEI – Contrato de Emprego e Inserção.

³ Como por exemplo, Associações de Pais.

6. Escolarização e qualificação

⁴ Indicar para cada um dos técnicos o tipo de contrato (tempo inteiro/tempo parcial; se tempo parcial indicar o número de horas semanais para cada técnico).

⁵ Indicar quais e as restantes informações.

Quadro 35 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Figueiró dos Vinhos.

Nome do Agrupamento: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos								
N.º total de alunos no Agrupamento: 547								
N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 150								
N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados ¹ :								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer <u>funções com alunos do 1.º CEB</u>	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de <u>alunos do 1.º CEB</u> identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/MEC	CEI ²	Outras entidades ³		abrangidos por técnicos especializados	não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala					CRI	6h/sem	9	21
Psicomotricista					CRI APPC	1 h/sem 1 h/sem		
Psicólogo					CRI SCMFV	3h/sem 1h/quin	3+1	6
Terapeuta Ocupacional					APPC	2 h/sem		
Nutricionista								
Intérpretes de LGP								
Educador Social	17.5*							
Animador Sociocultural								
Outros: ⁵								

¹ Excluir os que apenas têm apoio por parte dos professores de Educação Especial.

² CEI – Contrato de Emprego e Inserção.

³ Como por exemplo, Associações de Pais.

6. Escolarização e qualificação

⁴ Indicar para cada um dos técnicos o tipo de contrato (tempo inteiro/tempo parcial; se tempo parcial indicar o número de horas semanais para cada técnico).

⁵ Indicar quais e as restantes informações.

* para os alunos do Pré-Escolar, 1º e 2º Ciclos

Quadro 36 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Leiria, por agrupamento de escolas.

Nome do Agrupamento: Agrupamento de Escolas de Caranguejeira – Santa Catarina da Serra								
N.º total de alunos no Agrupamento: 991								
N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 360								
N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados¹: 102								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer <u>funções com alunos do 1.º CEB</u>	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/MEC	CEI ²	Outras entidades ³		abrangidos por técnicos especializados	não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala					1	17h	12	13
Psicomotricista					1	4h	2	5
Psicólogo			1		1	18h e 29h	10	20
Terapeuta Ocupacional								10
Nutricionista								
Intérpretes de LGP								
Educador Social								
Animador Sociocultural								30
Outros: ⁵								
Nome do Agrupamento: Agrupamento de Escolas de Colmeias								
N.º total de alunos no Agrupamento: 854								
N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 342								

6. Escolarização e qualificação

N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados ¹ : 33								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer <u>funções com alunos do 1.º CEB</u>	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/ MEC	CEI ²	Outras entidades ³		abrangidos por técnicos especializados	não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala			1			T parcial 20h45	24	
Psicomotricista								
Psicólogo			2			T parcial 18h00 T parcial 5h45	20	4
Terapeuta Ocupacional			1			T parcial 4h00	4	1
Nutricionista								
Intérpretes de LGP								
Educador Social								
Animador Sociocultural								
Outros: ⁵								
<p>Nome do Agrupamento: AE Dr. Correia Mateus</p> <p>N.º total de alunos no Agrupamento: 1116</p> <p>N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 418</p> <p>N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados¹: 16</p>								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer <u>funções com alunos do 1.º CEB</u>	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/ MEC	CEI ²	Outras entidades ³			

6. Escolarização e qualificação

							abrangidos por técnicos especializados	não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala	0	0	0	0	1	13h	18	0
Psicomotricista	0	0	0	0	0	-	-	-
Psicólogo	0	0	0	0	1	5h30	6	0
Terapeuta Ocupacional	0	0	0	0	1	5h30	7	0
Nutricionista	0	0	0	0	0	-	-	-
Intérpretes de LGP	0	0	0	0	0	-	-	-
Educador Social	0	0	0	0	0	-	-	-
Animador Sociocultural	0	0	0	0	0	-	-	-
Outros: ⁵ Fisioterapeuta	0	0	0	0	1	5h15	6	0
<p>Nome do Agrupamento: D. Dinis</p> <p>N.º total de alunos no Agrupamento: 1456</p> <p>N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 566</p> <p>N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados¹: 68</p>								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer <u>funções com alunos do 1.º CEB</u>	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/MEC	CEI ²	Outras entidades ³		abrangidos por técnicos especializados	não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala			1*			1 Técnico – Tempo Inteiro Anual	3 alunos do 1.º ciclo da Turma de Surdos (e alunos Internos e Externos do Pré-Escolar)	10 alunos (Sinalizados e à espera de Terapia da Fala)
Psicomotricista								
Psicólogo			1			1 Técnico - T. Inteiro – Quadro Agrup.	42 alunos (e 84 alunos do Pré, 2.º e 3.º ceb)	Faltam horas para acompanhamento mais frequente a 10 alunos
Terapeuta Ocupacional			0					
Nutricionista			0					

6. Escolarização e qualificação

Nome do Agrupamento: Agrupamento de Escolas Henrique Sommer								
N.º total de alunos no Agrupamento: 1031								
N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 294								
N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados¹: 6								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer <u>funções com alunos do 1.º CEB</u>	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/ MEC	CEI ²	Outras entidades ³		abrangidos por técnicos especializados	não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala	---	---	---	-	CRI	Horas resultantes de protocolo	6	26
Psicomotricista	---	---	---	-	----	----	-----	---
Psicólogo	---	---	SP O	-	CRI	Horas resultantes de protocolo	4	---
Terapeuta Ocupacional	---	---	---	-	CRI	Horas resultantes de protocolo	3	---
Nutricionista								
Intérpretes de LGP								
Educador Social								
Animador Sociocultural								
Outros:⁵ Fisioterapeuta	---	---	---	-	CRI	Horas resultantes de protocolo	2	---

6. Escolarização e qualificação

Nome do Agrupamento: AE Marrazes								
N.º total de alunos no Agrupamento: 1977								
N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 942								
N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados¹: 64								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer <u>funções com alunos do 1.º CEB</u>	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/ MEC	CEI ²	Outras entidades ³		abrangidos por técnicos especializados	não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala			1*			15h	5	26
Psicomotricista								
Psicólogo			2			tempo inteiro	50	14
Terapeuta Ocupacional			1*			9h	3	7
Nutricionista								
Intérpretes de LGP								
Educador Social								
Animador Sociocultural			1			tempo inteiro	942	0
Outros: ⁵								
1* - Terapeutas contratados pelo AE Domingues Sequeira partilhados com o AE Marrazes								

6. Escolarização e qualificação

Nome do Agrupamento: Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel – Carreira - Leiria								
N.º total de alunos no Agrupamento: 1200								
N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 601								
N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados¹: 76								
Tipo de Técnicos Especializados a exercer <u>funções com alunos do 1.º CEB</u>	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado	
	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Agrupamento/ MEC	CEI ²	Outras entidades ³		Abrangidos por técnicos especializados	Não abrangidos por técnicos especializados
Terapeuta da Fala					1 (CRI)	Parcial (21h)	29	
Fisioterapeuta					1(CRI)	Parcial (6h)	6	
Psicólogo			1		1(CRI)	1(CRI) Parcial (14h) 1 (MEC) Total (35h)	21 13	
Terapeuta Ocupacional					1(CRI)	1(CRI) Parcial (4,5h)	7	
Nutricionista								
Intérpretes de LGP								
Educador Social								
Animador Sociocultural								
Outros: ⁵								

¹ Excluir os que apenas têm apoio por parte dos professores de Educação Especial.

² CEI – Contrato de Emprego e Inserção.

³ Como por exemplo, Associações de Pais.

⁴ Indicar para cada um dos técnicos o tipo de contrato (tempo inteiro/tempo parcial; se tempo parcial indicar o número de horas semanais para cada técnico).

⁵ Indicar quais e as restantes informações.

6. Escolarização e qualificação

Quadro 37 – Informações relativas aos técnicos especializados a exercerem funções com alunos do 1.º CEB no ano letivo 2016/2017, Pombal, por agrupamento de escolas.

Nome do Agrupamento: Agrupamento de Escolas de Pombal										
N.º total de alunos no Agrupamento: 2814										
N.º total de alunos do 1.º CEB no Agrupamento: 760										
N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio por parte de técnicos especializados ¹ : 22 (*) Dos 51 alunos abrangidos pelo D.L.nº3/2008, de 7 de janeiro - Educação Especial, apenas 29 têm intervenção por parte de técnicos especializados.										
Tipo de Técnicos Especializados a exercer funções com alunos do 1.º CEB	N.º de técnicos por entidade empregadora					Tipo de contrato por cada um dos técnicos ⁴	N.º de alunos do 1.º CEB identificados como tendo necessidades de apoio especializado			
	Município	Junta Freguesia	Agrupamento/ MEC	CEI ²	Outras entidades ³		Abrangidos por técnicos especializados		Não abrangidos por técnicos especializados	
							MUN	AE	MUN	AE
Terapeuta da Fala			1			½ tempo		18	16	
					1- CRI	Tempo parcial (10h)		20		
Psicomotricista				1		Tempo inteiro	13			
Psicólogo	1					Tempo inteiro	10			
					1- CRI	Tempo parcial (10h)		10		
			1			Tempo inteiro		1		
Terapeuta Ocupacional					1- CRI	Tempo parcial (10h)		11		
Nutricionista	1					Tempo inteiro	12			
Intérpretes de LGP										
Educador Social	1					½ tempo	10			
Animador Sociocultural										
Outros: ⁵										
Sociólogo				1		Tempo inteiro				
Lic. Ensino Básico	1					Tempo inteiro				
			7			Tempo parcial (14h)		11		
Lic. Ciências da Educação	1					½ tempo				

6. Escolarização e qualificação

Sociólogo				1		Tempo inteiro	3			
Lic. Ensino Básico	1					Tempo inteiro				
Lic. Ciências da Educação	1					½ tempo				
Mediador	1					½ tempo	7			
Mediador	1					½ tempo				
TOTAL	7	0	2	2	2		23(*)	9	9(#)	13

¹ Excluir os que apenas têm apoio por parte dos professores de Educação Especial.

² CEI – Contrato de Emprego e Inserção.

³ Como por exemplo, Associações de Pais.

⁴ Indicar para cada um dos técnicos o tipo de contrato (tempo inteiro/tempo parcial; se tempo parcial indicar o número de horas semanais para cada técnico).

⁵ Indicar quais e as restantes informações.

(*) Alunos em intervenção integrada / potenciação no âmbito do PMPSE – Pombal 2020, Sucesso Escolar 100% - 2 sessões por semana, por cada aluno. Nota: A equipa multidisciplinar, para além da intervenção dirigida, trabalha também com turmas (Ex: sessões de psicomotricidade 1 x semana nos 3 AE) e com famílias (Ex: Formação “Comunicar em Família”, “Donos do Recreio”, “Estudar é Giro” e outras, 3 x ano nos 3 AE).

(#) Técnicos em fase de recrutamento / candidatura CEI.

7. Síntese e recomendações

O relatório que agora se conclui teve como objetivos principais caracterizar a rede educativa da área da CIM RL (Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal, Porto de Mós) e efetuar o diagnóstico da realidade ao nível do sistema de ensino com foco na recolha e análise de dados dos fenómenos da exclusão, insucesso e abandono escolar passíveis de informar a estratégia que visa promover a inclusão, o sucesso educativo dos alunos e a igualdade de acesso ao ensino.

Este processo teve por base uma pesquisa documental sobre o tema, tanto de estudos científicos como de relatórios técnicos, nacionais e internacionais. Apresentou-se também um breve enquadramento legislativo que consistiu na compilação dos documentos de referência na área da educação, nomeadamente dos que se relacionam com a promoção do sucesso escolar no ensino básico e no 1.º CEB em particular.

Foram analisados e apresentados dados qualitativos resultantes dos documentos recolhidos, entre os quais, as Cartas Educativas; Planos Estratégicos Municipais, Plano/Projeto Educativo Municipal, Projetos Educativos dos Agrupamento e Planos Estratégicos dos Agrupamentos. Foram analisados dados quantitativos de diversas fontes, nomeadamente os existentes em Plataformas de dados estatísticos e repositórios de dados. As reuniões efetuadas com os responsáveis pela área educativa dos Municípios nas quais, em algumas, participaram os Diretores dos Agrupamentos, permitiram solicitar e recolher dados e documentos que contribuíram para uma melhor perceção das diferentes realidades ao nível do sistema de ensino em cada um dos contextos territoriais integrados na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria. Estas reuniões foram também importantes para a identificação das necessidades por Município bem como para a partilha de ideias e perspetivas com vista à concretização dos objetivos regionais na redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino.

A concetualização dos âmbitos do relatório implicava a referenciação aos indicadores definidos para a medição dos fenómenos da exclusão, insucesso e abandono escolares.

7. Síntese e recomendações

Considerando os objetivos do relatório, o abandono escolar foi um dos principais indicadores a ter em conta, atentando que se trata de um dos conceitos-chave no plano europeu relativo aos compromissos assumidos na Agenda 2020 e que consiste na redução para menos de 10% até ao final da presente década da taxa de abandono precoce de educação e formação.

Enquanto conceito, apresentámos a noção de que o abandono se foi complexificando sendo frequentemente referido como um fenómeno multifatorial que conjuga diversos fatores, de natureza interna e externa à instituição escolar, nomeadamente de natureza individual, familiar e social e fatores relacionados com o meio, o sistema educativo e com o mercado de trabalho. Caraterizámo-lo como um problema complexo, multifacetado que, frequentemente, tem uma origem precoce e muito anterior à saída dos alunos do sistema de educação e formação, mas cujo eco perdura muito depois. O abandono e o insucesso escolar são vistos como um processo que se desenvolve de forma contínua e ao longo do tempo.

Neste relatório utilizámos três indicadores de abandono escolar correspondentes a três grupos etários específicos: 10-15 anos (Taxas de abandono escolar), 15-17 anos (Taxas de abandono antecipado) e 18-24 anos (conceito de abandono escolar precoce do Eurostat [18-24 anos] e que corresponde ao conceito de saída precoce de educação/formação utilizado pelo INE). Neste contexto, importava definir e caraterizar cada um e salientar a coexistência de diferentes abordagens formais, institucionais, visíveis quer entre diferentes países, quer entre instituições dado que têm, por vezes, imbuídas conceções distintas de educação e formação.

A análise dos referenciais teóricos europeus permitiu igualmente fazer um levantamento prévio de um conjunto de propostas guiadas pela tipologia de medidas de combate ao Abandono Escolar Precoce enunciadas pelo Council of the European Union (2011, C191/5-6): preventivas, de intervenção e de compensação do abandono escolar precoce. Destas propostas, destacámos a promoção ativa de políticas de anti-segregação; a criação de redes com pais e outros atores fora da escola, tais como serviços da comunidade, organizações representantes de minorias, associações culturais e desportivas, entre

7. Síntese e recomendações

outros, que possibilitem soluções holísticas para ajudar as crianças em risco e que facilitem o acesso a apoio externo, tais como psicólogos, educadores sociais, técnicos e mediadores sociais, comunitários e culturais; o reforço da formação de professores sobre estas temáticas; a oferta de atividades extracurriculares, culturais e desportivas dado que podem aumentar a autoestima dos alunos em risco e elevar a sua resiliência contra as suas dificuldades de aprendizagem; a realização de intervenções individuais focadas no desenvolvimento pessoal dos alunos em risco ou em dificuldades concretas de natureza social, cognitiva ou emocional, tais como orientação e aconselhamento vocacional e o acesso a informação suficiente que os apoie nas suas escolhas e que vá ao encontro das suas ambições, interesses e talentos. Em termos nacionais, apresentámos os pressupostos essenciais de um conjunto de estudos e pareceres sobre a promoção do sucesso escolar “para todos e com cada um” CNE (2016).

A utilização desta metodologia promoveu a realização de um exercício com um quadro analítico e teórico que julgamos ter três características: em primeiro lugar, permitiu caracterizar a realidade ao nível do sistema de ensino com base em dados e indicadores adequados e comparáveis no quadro da monitorização da implementação das medidas de combate ao insucesso e abandono escolar e promoção do sucesso. Em segundo lugar, contribuiu para a contextualização de futuras medidas a construir e implementar com modalidades de intervenção de políticas públicas no âmbito do plano integrado e inovador de combate ao insucesso e abandono escolar na área de intervenção da CIM RL. Finalmente, ao estabelecer um quadro global focado nos fenómenos da exclusão, insucesso e abandono escolar, teórica e empiricamente sustentado, permitiu melhor conhecer e diagnosticar a realidade do sistema de ensino no âmbito territorial em foco identificando principais características, necessidades e prioridades de intervenção.

Antes de avançarmos com a síntese da caracterização e do diagnóstico da realidade do sistema de ensino no âmbito territorial dos municípios integrados na CIM RL, importa referir que uma das necessidades identificadas na elaboração deste relatório se refere à importância da existência de evidências que permitam um conhecimento mais aprofundado e detalhado das características do fenómeno de abandono escolar precoce e

7. Síntese e recomendações

que permitam a sua análise e comparabilidade para diferentes grupos de alunos, escolas, tipos de instituição de educação e formação dos concelhos e da região. Não abrangido pelo âmbito deste relatório, identificámos igualmente a pertinência da recolha e análise de informação sobre outros percursos de educação e formação, entre os quais, o ensino profissional considerando as expressivas taxas de abandono e desistência identificadas neste subsistema. Identificámos também a relevância de dar continuidade ao processo iniciado neste relatório desenvolvendo novos estudos sobre um conjunto mais vasto de evidências, entre as quais, a compreensão das motivações subjacentes ao abandono escolar dos alunos bem como o conhecimento das suas perspetivas de emprego e de carreira. Um conhecimento mais aprofundado sobre estas matérias constituiria um elemento importante para complementar a caracterização do fenómeno e para a identificação das necessidades e tendências.

Neste contexto, sugerimos a necessidade do reforço de dinâmicas de cooperação intermunicipal envolvendo as entidades públicas e privadas existentes e as comunidades educativas com efeitos no plano da investigação na medida em que residiriam num contributo importante das políticas públicas na área da educação, apoiando e sustentando a necessária coordenação horizontal entre os diferentes atores no desenvolvimento de respostas e de ações, tanto ao nível local, como regional.

7. Síntese e recomendações

Tendo em conta a caracterização da rede educativa, no ano letivo 2014/2015, o número de estabelecimentos de ensino, públicos e privados, da CIM RL representa apenas 13,7% do universo de estabelecimentos da região Centro. O número de estabelecimentos de ensino públicos corresponde a 14,1% do universo de estabelecimentos da região Centro, enquanto os estabelecimentos de ensino privados representam 12,5% (DGEEC, 2016).

Assim, considera-se relevante salientar a diferença entre os concelhos a norte e a sul, sendo que os concelhos a norte têm efetivamente um número reduzido de estabelecimentos de ensino.

Tendo em conta o número de docentes da CIM RL, no ano letivo 2014/2015, estes representavam 12,3% do universo de docentes da região Centro (DGEEC, 2016).

Já no que diz respeito aos alunos da CIM RL, no ano letivo 2014/2015, estes representavam apenas 13,2% do universo de alunos da região Centro (DGEEC, 2016). Neste contexto importa salientar novamente a diferença entre o número de alunos dos concelhos a norte e a sul da Região de Leiria.

Apresentam-se de seguida, os resultados alusivos aos indicadores de escolarização. Estes resultados tiveram por referência, sempre que a disponibilidade dos dados o permitiu, o posicionamento da área territorial dos Municípios integrados na CIM RL face à região Centro e ao País.

No que se refere à taxa de analfabetismo, em 2011, a CIM RL (6,5%) apresentava um posicionamento ligeiramente desfavorável face à média da região Centro (6,4%) e com espaço de melhoria. No panorama da Região de Leiria, importa referir a dicotomia visível entre os contextos norte e sul, sendo que merecem destaque os concelhos mais a norte com taxas claramente superiores às dos restantes municípios e à região Centro (6,4%).

7. Síntese e recomendações

Em 2013/2014 a taxa bruta de pré-escolarização na CIM RL (95,2%) era ligeiramente inferior à registada na região Centro (96,2%).

No ano letivo 2013/2014, a taxa bruta de escolarização no ensino básico da CIM RL (106,6%) era ligeiramente inferior à registada na região Centro (108,5%). O mesmo aconteceu com a taxa de escolarização bruta no ensino secundário, com a CIM RL a registar 110,13% e a região Centro 114,2%.

A proporção da população com mais de 15 anos sem qualquer grau de ensino completo na Região de Leiria situa-se nos 13pp, quatro décimas acima do valor apresentado no global da região Centro (NUTII).

Na Região de Leiria, tal como na região Centro, a percentagem de indivíduos sem qualquer nível de escolaridade completo e com o 1.º CEB como qualificação máxima, representa 41,1 pp, dos quais cerca de 43% são mulheres.

Na Região de Leiria, a seguir ao grupo dos que detêm no máximo o 1.º CEB, as qualificações correspondentes aos detentores do 3.º CEB, anterior escolaridade obrigatória, constituem o grupo com maior representação com 19,3 pp em termos regionais, oscilando entre os 14 e os 21,8 pp entre concelhos.

O grupo dos diplomados com o Ensino Superior representa 11,2 pp em termos regionais e é aquele que regista menor expressão entre os concelhos onde as qualificações globais da população são mais baixas (não considerando a qualificações de nível médio). Na Região de Leiria destacam-se positivamente Leiria, Marinha Grande e Batalha.

Observando o número de habitantes com escolaridade superior ao 3.º CEB na região Centro (39%) e em Portugal continental (43%) em 2011, estes valores registam 27,6% da população da Região de Leiria, da qual 11,2% com formação superior. Esta disparidade é mais evidente em alguns concelhos da Região de Leiria, designadamente em Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos, concelhos nos quais menos de 20% da população detinha, em 2011, escolaridade superior ao 9º ano.

Constata-se uma desigual distribuição do capital humano na região proporcionado pela escolarização. Apesar do aumento da escolarização média registado nas últimas séries censitárias, prevalece ainda, na Região de Leiria, uma desigual distribuição entre a população e pelos diferentes escalões etários com as novas gerações a apresentarem níveis de escolarização média mais elevados.

Observando a percentagem da população residente do sexo feminino sem nível de escolaridade, percebe-se que o cenário acompanha, de modo geral, o anteriormente traçado. Assim, de entre os vários contextos territoriais, sobressaem, com percentagens acima das da Região Centro e da Região de Leiria (aprox. 16pp), os concelhos de Alvaiázere (28,5%), Pedrógão Grande (26,9%), Figueiró dos Vinho (24,4%), Castanheira de Pêra (24,3%) e Pombal (23,5%).

A percentagem da população residente do sexo feminino com ensino superior na Região de Leiria (13,7%) situa-se ligeiramente abaixo dos valores da Região Centro (14,4%), para os quais contribuem de forma mais destacada Leiria (17,7%), Marinha Grande (13,6%) e Batalha (12,8%).

Numa outra perspetiva, a informação sobre os valores de escolarização média da população permitiram uma maior aproximação às várias realidades educativas. Para além da notória evolução dos últimos 20 anos nas taxas de escolarização média geral em cada um dos concelhos da Região de Leiria, comparando, em termos relativos, estas taxas entre concelhos e entre estes e as médias regional e nacional, percebemos a prevalência de diferentes posicionamentos, designadamente com os concelhos a norte a revelarem valores menores face aos do sul.

O relatório incidiu sobre os indicadores de insucesso escolar

tendo-se apresentado os dados para as dimensões do abandono, expresso para os três indicadores previamente definidos e caracterizados: taxa de abandono escolar [10-15 anos], taxa de abandono antecipado [15-17 anos] e taxa de abandono escolar precoce/ Taxa de abandono precoce de educação e formação [18-24 anos] concretizados para a Região de Leiria, para cada um dos respetivos grupos etários.

Em 2011, de entre os concelhos que integram a CIM RL, Ansião encontrava-se entre os 25 concelhos do país identificados como apresentando as maiores taxas de abandono escolar (10-15 anos) apesar de, em 20 anos, ter reduzido esta taxa em 7,47%, tendo passado de 10,57% em 1991, para 3,10% em 2011.

Em 2011, Alvaiázere era o concelho da CIM RL que apresentava uma maior taxa de abandono antecipado (15-17 anos) de entre os concelhos que integram a CIM RL. No extremo positivo, encontrava-se a Batalha.

Observando o padrão de distribuição geográfica das Taxas de Abandono Precoce (18-24 anos) na Região de Leiria, observámos que a tendência decrescente dos últimos anos foi notória. Em 1991, alguns dos concelhos do Pinhal Interior, nomeadamente a Batalha estavam identificados como integrando alguns dos focos nacionais, tendo revelado grandes reduções nas décadas seguintes. Neste concelho a Taxa de Abandono Precoce (18-24 anos) evidenciou uma grande redução nos últimos vinte anos, superior a 50pp passando a integrar, em 2011, a lista dos 25 concelhos a nível nacional com as mais baixas Taxas de Abandono Precoce (18-24 anos), o que se refletiu também entre os concelhos da Região de Leiria.

Em 2011, a CIM RL apresentava um posicionamento favorável face à média da região Centro cuja taxa de abandono escolar precoce (18-24) era de 18,8%. No panorama municipal, merece destaque Castanheira de Pêra como contexto onde o abandono escolar precoce era mais significativo e claramente acima dos valores médios da Região – 26,7%.

7. Síntese e recomendações

Em síntese, nos concelhos da CIM RL, apresenta maior risco de abandono Ansião no que se refere à Taxa de Abandono Escolar (10-15). É identificado a nível nacional como um dos 50 concelhos que apresentam maior risco de abandono e Alvaiázere no que se refere à Taxa de Abandono Antecipado (15-17).

Alvaiázere e Pedrógão Grande são identificados, a nível nacional, como dois dos 50 concelhos que apresentam menor risco de Abandono Escolar (10-15) e Batalha e Marinha Grande no que se refere à apresentação de um menor risco de Abandono Antecipado (15-17).

Batalha, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós são identificados como quatro dos 50 concelhos, a nível nacional, com menor risco de Abandono Escolar Precoce (18-24).

Para o estudo do insucesso utilizámos a chamada taxa de retenção que é um indicador construído a partir das informações estatísticas do Ministério da Educação, tendo como origem os registos das escolas. Este indicador não é comparável quer ao nível de concelho, fruto da mobilidade entre locais, quer ao longo de vários anos. No entanto, verificou-se um decréscimo global das taxas de retenção no ensino básico observáveis também no secundário através da informação fornecida pelas Autarquias e Agrupamentos de Escolas e de 2014/2015 para 2015/ 2016. Foi possível aferir que, para os anos letivos 2014/2015 e 2015/ 2016, as taxas de desistência nos concelhos da Região de Leiria foram praticamente inexistentes, havendo casos residuais nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e alguns casos com alguma expressão no ensino secundário e profissional.

Inserir-se aqui a síntese apresentada relativa ao posicionamento relativo de cada concelho da Região de Leiria tendo por base os três indicadores do abandono escolar – 10-15; 15-17; 18-24, 2011.

7. Síntese e recomendações

Relativamente às taxas de retenção os valores, observamos que sobem à medida que progredimos pelos ciclos de escolaridade sendo estas taxas bastante mais expressivas no ensino secundário e profissional. No ensino profissional, de acordo com a observação genérica efetuada, as taxas de retenção são particularmente elevadas no final do curso. As preocupações relativas aos fenómenos de retenção centram-se no 2.º ano de escolaridade e nas transições de ciclo – 5.º, 7.º e 10.º ano.

	Taxa de Abandono Escolar Precoce 18-24	Taxa de Abandono Antecipado 15-17	Taxa de abandono escolar 10-15
+	Castanheira de Pêra	Alvaiázere	Ansião
	Alvaiázere	Pedrogão Grande	Castanheira de Pêra
	Figueiró dos Vinhos	Castanheira de Pêra	Pombal
	Marinha Grande	Porto de Mós	Leiria
	Pedrogão Grande	Pombal	Porto de Mós
	Ansião	Ansião	Batalha
	Porto de Mós	Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
	Leiria	Leiria	Marinha Grande
-	Pombal	Marinha Grande	Alvaiázere
	Batalha	Batalha	Pedrogão Grande

No 1.º CEB destaca-se a inconstância das taxas de retenção no 2.º ano de escolaridade o que sugere que o esforço para a sua redução, no que respeita a esse ano de escolaridade em particular, não está ainda consolidado em todos os Agrupamentos de Escolas da Região de Leiria. Nestes últimos dois anos letivos e de acordo com os dados disponibilizados, no 2.º ano de escolaridade, estas taxas situaram-se aproximadamente entre os 5 e os 12,5pp no global dos agrupamentos de escolas da região sendo, em termos globais, consideravelmente superiores às taxas de retenção do 4.º ano de escolaridade.

De acordo com o que foi possível apurar e no que se refere ao 1.º CEB, os compromissos sociais dos agrupamentos presentes nos respetivos Planos Estratégicos relativos às metas de sucesso e, concretamente, relativos às taxas de transição para o 2.º ano de escolaridade, integram metas distintas de sucesso entre si, especialmente de acordo com o histórico de cada estabelecimento. Considerando os documentos consultados, é possível sugerir que as metas de sucesso relativas às taxas de transição para o 2.º ano de escolaridade oscilam

7. Síntese e recomendações

entre valores relativamente baixos e melhorias aproximadas de 10%, atingíveis até 2017/2018 nos casos em que existe uma taxa de retenção ainda elevada no início do percurso escolar.

Em 2011, Pedrógão Grande registou as mais altas taxas de atraso no 1.º CEB; Castanheira de Pêra as mais altas taxas de atraso no 2.º e 3.º CEB e Alvaiázere as mais altas taxas de atraso no Ensino Secundário. É igualmente clara a subida acentuada destas taxas ao longo do percurso escolar dos alunos. Batalha, Leiria e Marinha Grande registaram as mais baixas taxas de atraso no 1.º CEB.

Ansião integra a lista de concelhos com as mais baixas Taxas de Atraso do 2º CEB nesse ano em termos nacionais. Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere integravam, em 2011, os 25 concelhos identificados com as mais baixas Taxas de Atraso do 3.º CEB e a Batalha as mais baixas taxas de atraso no secundário.

A caracterização do desempenho e potencial de sucesso e insucesso escolares de cada concelho da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria apresentada permitiu também perceber que:

Relativamente ao 9.º ano de escolaridade, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande têm um potencial de insucesso relativo e elevado atraso escolar; Batalha, sucesso relativo; Ansião, abandono acima do estimado e, os restantes concelhos, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Pombal e Porto de Mós, atraso reduzido com abandono e resultados perto do estimado.

No que respeita ao ensino secundário, Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós têm como elemento identificador o sucesso relativo, na medida em que as classificações do Secundário se situam acima do estimado, as taxas de atraso são inferiores às nacionais e o abandono está abaixo do estimado. Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos caracterizam-se pelo atraso reduzido e o abandono acima do estimado.

7. Síntese e recomendações

Identificaram-se algumas das dificuldades e necessidades identificadas a nível local, pelas escolas, agrupamentos e autarquias relativas à finalidade de combater o abandono e insucesso escolares, num quadro de valorização da

igualdade de oportunidades de forma a potenciar o sucesso escolar de todos os alunos. As

informações apresentadas provieram da consulta e análise do conjunto de documentos recolhidos, em particular Carta Educativa Municipal, Plano Estratégico e dos Planos de Ação Estratégica.

Apresentou-se o diagnóstico das áreas de intervenção e melhoria transversais aos concelhos da CIM RL centradas nos alunos. Estas áreas organizaram-se em dois grupos: aprendizagens e resultados e na formação pessoal e social.

Na área das aprendizagens e resultados incidiu-se num conjunto de domínios que integram a necessidade de melhorias e intervenção na área de expressão e comunicação (Educação pré-escolar e 1.º CEB), a deteção e intervenção precoce (Educação pré-escolar e 1.º CEB), as dificuldades Específicas de Aprendizagem (DEA) no 1.º CEB, a redução da taxa de retenção no 2.º ano de escolaridade, a melhoria da qualidade do sucesso escolar em particular na área do Português (leitura e escrita) e da Matemática no 1.º CEB e a melhoria da qualidade do sucesso escolar nos 2.º e 3.º CEB (Português, Matemática e Ciências). No âmbito da formação pessoal e social dos alunos identificaram-se os domínios das atitudes em relação à escola e à importância das aprendizagens no seu percurso de vida, a necessidade de intervenção de modo a contrariar as baixas expectativas de vida futura dos alunos, a melhoria dos comportamentos e da disciplina, o aumento da motivação para a aprendizagem, a melhoria do clima de escola, da solidariedade e do reforço da informação no domínio da educação para a saúde.

Um dos constrangimentos comuns identificado e partilhado pelos vários contextos locais, refere-se às baixas expectativas de futuro que os pais e encarregados de educação revelam face aos seus educandos. São apontados também constrangimentos associados aos baixos níveis de escolaridade / qualificação dos pais e, em algumas situações, um acesso

7. Síntese e recomendações

deficitário a cuidados de saúde, problemáticas sociais associadas ao desemprego e à existência de comunidades étnicas com baixa integração.

A síntese apresentada sobre as necessidades de intervenção identificadas como sendo transversais aos concelhos da CIM RL, centradas nas famílias, incidiu sobre aspetos relativos à educação parental, atitudes em relação à escola e à importância das aprendizagens no percurso de vida dos seus educandos, gestão de conflitos, hábitos e métodos de estudo, hábitos de sono e de higiene, segurança, mediação escolar e familiar, educação financeira, resiliência, educação para a saúde e comportamentos de risco dos jovens (2.º e 3.º CEB).

De forma transversal a todos os municípios da CIM RL, foram identificadas fortes necessidades de intervenção no pessoal não docente, designadamente através do reforço de formação junto dos auxiliares de ação educativa. Sintetizam-se algumas das temáticas apresentadas e passíveis de formação e intervenção: métodos e técnicas de intervenção em espaços educativos, atitudes em relação à escola e à importância das aprendizagens no percurso de vida dos alunos, gestão de conflitos, higiene e segurança, mediação escolar e familiar, formação pessoal e social, relações interpessoais e dinâmicas de grupo, educação para os afetos e para a saúde, e comportamentos de risco dos jovens.

Uma outra necessidade identificada através da análise dos Planos Estratégicos dos Agrupamentos refere-se às necessidades formação contínua dos educadores e professores. Estas necessidades incidem essencialmente nas áreas do Português e da Matemática no 1.º CEB e em aspetos da gestão e organização dos ambientes educativos.

Por fim, a necessidade de reforço de recursos humanos constitui uma necessidade transversal aos concelhos da CIM RL, partilhada quer pelas autarquias quer pelos agrupamentos de escolas. Incidem essencialmente no reforço de terapeuta da fala, educador social, psicólogo e nutricionista assim como de técnico de psicomotricidade e professor de apoio no 1.º CEB. De forma menos significativa são expressas necessidades de reforço nas áreas das ciências, da expressão dramática e da música para o ensino básico.

7. Síntese e recomendações

Face à caracterização e ao diagnóstico apresentados e num quadro de valorização da igualdade de oportunidades que permita responder positivamente à diversidade dos alunos de uma forma dinâmica e integrada, baseada na multidisciplinaridade e na diferenciação de forma a potenciar o sucesso escolar de todos e de cada um, recomendamos: uma cooperação mais sólida dos parceiros da comunidade e da região na combinação adequada de prevenção, intervenção precoce e medidas de compensação centradas na redução do abandono escolar, nomeadamente em questões que contribuam para a redução dos contextos de exclusão social que incluam a promoção do bem-estar dos alunos, desde cedo, em termos físicos, sociais, psicológicos e motores; o apoio e/ou desenvolvimento de atividades ou iniciativas de promoção de culturas de sucesso que mobilizem a escola, os alunos, as famílias e a sociedade; o fomento da qualidade das aprendizagens apoiando a rápida identificação e intervenção nas dificuldades de aprendizagem ou outras; o rastreio e o diagnóstico precoce preferencialmente nas crianças que frequentam a educação pré-escolar considerando a taxa de pré-escolarização quase total da Região de Leiria; o reforço do apoio à intervenção orientada para os alunos com dificuldades de aprendizagem e em risco fortalecendo as equipas multidisciplinares nas escolas e/ou recorrendo a profissionais externos, dinamizando ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social; o reforço de oportunidades que permitam ao aluno valorizar o papel da escola e da educação para a sua vida futura e o reforço para a orientação para a carreira dado que podem ajudar os alunos a envolverem-se de uma forma mais positiva no seu processo de aprendizagem contrariando o diagnóstico de baixas expectativas, assinaladamente através de iniciativas e/ou atividades de orientação e informação aos alunos sobre percursos formativos existentes e saídas profissionais, preferencialmente articulados com oportunidades concretizáveis em termos de empregabilidade, nos contextos local e regional; o reforço das oportunidades de participação dos alunos e das escolas em atividades, iniciativas e projetos de cariz educativo e do interesse dos alunos que se desenvolvam em articulação com a escola e a comunidade na medida em que podem fomentar a motivação e o sentido de pertença à escola e prevenir o distanciamento psicológico e presencial das atividades escolares. Estas oportunidades poderão relacionar-se, entre outros aspetos, com as artes e com o património local e regional e complementar

7. Síntese e recomendações

a implementação do currículo e fomentar a participação e a inclusão social e cultural dos alunos na escola, na comunidade e na região; reforçar e/ou potenciar oportunidades educativas que permitam aos alunos desenvolver as suas competências cívicas, sociais e interculturais e a apropriação de valores e direitos fundamentais, a solidariedade e o respeito; reforçar e/ou apoiar intervenções centradas nas famílias que permitam potenciar a participação dos pais no percurso de aprendizagem dos seus educandos e, a valorizando desse percurso, contribuindo para o aumento das expectativas de futuro face aos seus educandos; reforçar e/ou apoiar intervenções centradas nas famílias que permitam o desenvolvimento de competências parentais e outras necessidades formativas diagnosticadas; apoiar intervenções centradas no pessoal não docente, designadamente através do reforço de formação junto dos auxiliares de ação educativa fortalecendo as suas competências pessoais, socioculturais, interpessoais e profissionais; apoiar necessidades formação contínua dos educadores e professores combinando a componente temática, a pedagogia e a prática em contexto de trabalho fortalecendo as suas competências pessoais e profissionais no âmbito das suas práticas pedagógicas e a utilização de materiais e recursos didáticos que possam contribuir para uma aprendizagem inclusiva, diferenciada, quer para prevenir o abandono escolar precoce, quer para potenciar a qualidade do sucesso escolar; promover e apoiar a monitorização contínua dos projetos e medidas implementadas.

Para finalizar, sugerimos a necessidade do reforço de dinâmicas de cooperação intermunicipal envolvendo as entidades existentes e as comunidades educativas com efeitos no plano da investigação na medida em que residiriam num contributo importante das políticas públicas na área da educação, apoiando e sustentando a necessária coordenação horizontal entre os diferentes atores no desenvolvimento de respostas e de ações, tanto ao nível local, como regional.

Referências bibliográficas

CNE - Conselho Nacional de Educação (2010). Estado da Educação 2010. Percursos Escolares. Lisboa: CNE. Disponível em <http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/estado-da-educacao/739-estado-da-educacao-2010-percursos-escolares>

CNE - Conselho Nacional de Educação (2011). Estado da Educação 2011. A Qualificação dos Portugueses. Lisboa: CNE. Disponível em <http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/estado-da-educacao/31-estado-da-educacao-2011-a-qualificacao-dos-portugueses>

CNE - Conselho Nacional de Educação (2012). Estado da Educação 2012. Autonomia e Descentralização. Lisboa: CNE. Disponível em <http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/estado-da-educacao/845-estado-da-educacao-2012>

CNE - Conselho Nacional de Educação (2014). Estado da Educação 2013. Lisboa: CNE. Disponível em <http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/estado-da-educacao/937-estado-da-educacao-2013>

CNE - Conselho Nacional de Educação (2014). Estado da Educação 2014. Lisboa: CNE. Disponível em <http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/estado-da-educacao/1048-estado-da-educacao-2014>

CNE - Conselho Nacional de Educação (2015). Retenção Escolar nos Ensinos Básicos e Secundário. Lisboa: CNE. Disponível em http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Relatorio_Tecnico_-_Retencao.pdf

CNE - Conselho Nacional de Educação (2016). Organização da escola e promoção do sucesso escolar. Lisboa: CNE. Disponível em http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Parecer_Organizacao_da_escola_e_promocao_do_sucesso_escolar_2016_final.pdf

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2016). Barómetro Centro de Portugal. Coimbra: CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento

- Regional do Centro. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Destaque/destaque36/index.html>
- Council of the European Union (2011). "COUNCIL RECOMMENDATION of 28 June 2011 on policies to reduce early school leaving". Official Journal of the European Union, (2011/C 191/01). Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2011:191:0001:0006:en:PDF>
- Direção-Geral da Educação (2012). Educação para a Cidadania – linhas orientadoras. Disponível em:
http://dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf
- Direção-Geral de Educação (2016a). Dados estatísticos das provas finais do 3º ciclo - 1ª Fase – 2016. Disponível em:
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/JNE/eneb_hmlg2016_f1_medias.pdf
- Direção-Geral de Educação (2016b). Dados estatísticos das provas finais do 3º ciclo - 2ª Fase – 2016. Disponível em:
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/JNE/eneb_hmlg2016_f2_medias_1.pdf
- Direção-Geral de Educação (2016c). Dados estatísticos dos exames finais nacionais do ensino secundário - 1ª Fase – 2016. Disponível em:
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/JNE/enes_hmlg2016_f1_resumo_mod4.pdf
- Direção-Geral de Educação (2016d). Dados estatísticos dos exames finais nacionais do ensino secundário - 1ª Fase – 2016. Disponível em:
[Http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/JNE/enes_hmlg2016_f2_resumo.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/JNE/enes_hmlg2016_f2_resumo.pdf)
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (2015). Inclusão e Sucesso Educativo. Disponível em: <http://www.dgeste.mec.pt/index.php/2015/09/inclusao-e-sucesso-educativo/>

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2016). Necessidades Especiais de Educação 2015/2016. Disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/224/>

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2016). Regiões em números 2014/2015 – Centro Volume II. Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). Disponível em: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReN_Vol_II_Centro_1415.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReN_Vol_II_Centro_1415.pdf)

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (Fevereiro de 2016). DESIGUALDADES SOCIOECONÓMICAS E RESULTADOS ESCOLARES – 3.º Ciclo do Ensino Público Geral. Lisboa: DGEEC.

Drabble, S. (2013). Support for Children with Special Educational Needs (SEN). European Union: RAND Europe

Duarte, I. & Matos, M. (2002). Identificação de Riscos Educativos no Ensino Básico. In Cidades – Comunidades e Territórios, 4, pp. 99-114. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais / ISCTE. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3373/1/Cidades2002-4_Duarte_Matos.pdf

Estêvão, P. & Álvares, M. (2013). A medição e intervenção do abandono escolar precoce: desafios na investigação de um objeto esquivo. CIES e-Working Paper Nº 157/2013.

European Commission (2015). Education and Training - Monitor 2015. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Ferreira, A. (Coord.) (2012). PIRLS 2011 - Principais Resultados em Leitura. Lisboa: ProjAVI Grupo de Projeto para a Avaliação Internacional de Alunos.

Ferreira, A., Félix, P. & Perdigão, R. (Assessoria Técnica e Científica do CNE) (2015). Relatório Técnico: Retenção nos Ensinos Básico e Secundário. Lisboa: Conselho Nacional de Educação (CNE). Consultado em 1 de set. 2016. Disponível em http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estudos_e_relatorios/Relatorio_Tecnico_-_Retencao.pdf

IAVE (2016). Resultados nacionais das provas de aferição. Disponível em: http://www.iave.pt/np4/file/292/Informacao_Resultados_PA.pdf

Justino, D., Pascueiro, L., Franco, L., Santos, R., Almeida, S., & Batista, S. (2014). Atlas da Educação: Contextos Sociais e Locais do Sucesso e Insucesso: Portugal, 1991/2012. Lisboa: EPIS.

Justino, D., Franco, L., Santos, R. & Batista, S. (2015). Atlas da Educação: Contextos Sociais e Locais do Sucesso e Insucesso Atualização de 2015. Lisboa: EPIS.

Martin, M.; Mullis, I.; Foy, P. & Stanco, G. (2012). TIMSS 2011 International Results in Science. Chestnut Hill, MA: TIMSS & PIRLS International Study Center, Boston College. Boston: TIMSS & PIRLS International Study Center, Lunch School of Education, Boston College / International Association for the Evaluation of Educational Achievement.

Mauritti, R., Botelho, M. D. C., Nunes, N., & Craveiro, D. (2015). A Austeridade na Educação. Observatório das Desigualdades e-Working Paper, (3).

Miguel, R.; Rijo, D. & Lima, L. (2012). Fatores de risco para o insucesso escolar: A relevância das variáveis psicológicas e comportamentais do aluno. Revista Portuguesa de Pedagogia, v. 46, n. 1, pp. 127-143.

Mullis, I.; Martin, M.; Foy, P. & Drucker, K. (2012). PIRLS 2011 International Results in Reading. Boston: TIMSS & PIRLS International Study Center, Lunch School of Education, Boston College / International Association for the Evaluation of Educational Achievement

Mullis, I.; Martin, M.; Foy, P. & Arora, A. (2012). TIMSS 2011 International Results in Mathematics. Chestnut Hill, MA: TIMSS & PIRLS International Study Center, Boston College. Boston: TIMSS & PIRLS International Study Center, Lunch School of Education, Boston College / International Association for the Evaluation of Educational Achievement

Mullis, I.; Martin, M. (Eds.) (2016). PIRLS 2016 Assessment Framework. Boston: TIMSS & PIRLS International Study Center, Lunch School of Education, Boston College / International Association for the Evaluation of Educational Achievement

Mullis, I.; Martin, M. (Eds.) (2015). TIMSS 2015 Assessment Frameworks. Boston: TIMSS & PIRLS International Study Center, Lunch School of Education, Boston College / International Association for the Evaluation of Educational Achievement

Organização Mundial de Saúde (2004). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.

Projeto Aqeduto – Avaliação, Qualidade e Equidade da Educação. Disponível em <http://www.aqeduto.pt/>, consultado a 2 de setembro de 2016.

ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos (2012a). PIRLS 2011 – Desempenho em Leitura. Ministério da Educação e Ciência. Acedido em 27 de setembro, 2016, em <http://static.publico.pt/docs/educacao/PIRLS%202011%20Read%204.pdf>

ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos (2012b). TIMSS 2011 – Desempenho em Matemática. Ministério da Educação e Ciência. Acedido em 27 de setembro, 2016, em <http://static.publico.pt/docs/educacao/PIRLS%202011%20Read%204.pdf>

ProjAVI – Avaliação Internacional de Alunos (2012c). TIMSS 2011 – Desempenho em Ciências. Ministério da Educação e Ciência. Acedido em 27 de setembro, 2016, em <http://static.publico.pt/docs/educacao/PIRLS%202011%20Read%204.pdf>

UNESCO (2005). Orientações para a Inclusão: Assegurar o Acesso à Educação para Todos. França: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Disponível em http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/20/fl_43.pdf

Bases de dados consultadas:

Datacentro – Informação para a região. Disponível em <http://datacentro.ccdrc.pt/>

DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Disponível em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>

DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. Disponível em <http://www.dgeste.mec.pt>

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Disponível em <http://www.ccdrc.pt>

Eurostat Statistics Explained – Europe 2020 indicators – educations. Disponível em http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Europe_2020_indicators_-_education

INE – Instituto Nacional de Estatística. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

Pordata – Base de Dados Portugal Contemporâneo. Disponível em <http://www.pordata.pt/>

Título: Caracterização e diagnóstico escolar da Região de Leiria

Instituto Politécnico de Leiria

Rua General Norton de Matos,

Apartado 4133,

2411-901 Leiria – Portugal

GPS: 39°44'15.1"N 8°48'40.8"W

Telefone (+351) 244830010

E-mail ipleiria@ipleiria.pt

setembro de 2016



CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO ESCOLAR DA REGIÃO DE LEIRIA

RELATÓRIO TÉCNICO NO ÂMBITO TERRITORIAL
DOS MUNICÍPIOS INTEGRADOS NA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA

SETEMBRO 2016

SANDRINA MILHANO
CATARINA MANGAS
SUSANA REIS